

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

FABIANO JUNQUEIRA DE FREITAS

A MÃO OCULTA

**ESTEVAM MARCOLINO: POLÍTICA E MODERNIDADE
NO INTERIOR PAULISTA (1889-1914)**

FRANCA

2008

FABIANO JUNQUEIRA DE FREITAS

A MÃO OCULTA

**ESTEVAM MARCOLINO: POLÍTICA E MODERNIDADE
NO INTERIOR PAULISTA (1889-1914)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte da
exigência para obtenção do título de Mestre em
História. Área de Concentração: História e Cultura
Política.**

Orientador: Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin

FRANCA

2008

Freitas, Fabiano Junqueira de

A mão oculta : Estevam Marcolino : política e modernidade no interior paulista (1889-1914) / Fabiano Junqueira de Freitas. –Franca : UNESP, 2008

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Estevam Marcolino de Figueiredo – Biografia. 2. Café – História – São Paulo. 3. Patrocínio Paulista (SP) - Modernização urbana. 4. História política – Patrocínio Paulista (SP).

CDD – 981.552092

FABIANO JUNQUEIRA DE FREITAS

A MÃO OCULTA

**ESTEVAM MARCOLINO: POLÍTICA E MODERNIDADE
NO INTERIOR PAULISTA (1889-1914)**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin – UNESP/Franca

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Alexandre Pacheco - UNIR

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares – UNESP/Franca

Franca, 5 de maio de 2008.

Dedico este trabalho especialmente à minha esposa Flávia, cuja doce presença em minha vida renova e enriquece o único e verdadeiro sentido da história: construir a cada dia através do tempo.

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as instituições e pessoas que, através de sua participação, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Agradecemos a todos que, de alguma forma e em diferentes momentos, estiveram ao nosso lado contribuindo com sugestões, idéias, materiais, referências e de tantas outras formas. De modo especial, manifestamos nossa gratidão:

à CAPES/CNPq, pela bolsa concedida durante a fase conclusiva da pós-graduação;

ao meu orientador Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin, cujo profissionalismo, competência e dedicação foram os esteios que sustentaram a construção desta pesquisa, e por cuja amizade e confiança serei eternamente agradecido;

ao Prof. Dr. Walter Cardoso, respeitado mestre e verdadeira referência de toda uma geração de historiadores unespianos, por sua disponibilidade e paciência dedicados à leitura do projeto e a seu enriquecimento com pertinentes sugestões e referências bibliográficas;

ao Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani, amigo e brilhante intelectual sempre disponível quando se tratava de dividir comigo as angústias e dúvidas que um trabalho desta natureza invariavelmente traz, por suas generosas sugestões e valiosos comentários desde a fase do projeto até à conclusão da dissertação;

ao Prof. Dr. Samuel Alves Soares e ao Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira, que me honraram como membros de minha banca de exame de qualificação, pelas consistentes sugestões feitas ao texto já em sua fase mais madura;

à veneranda senhora D. Filomena Graciosa de Figueiredo, sobrinha do Coronel Estevam que, com a sabedoria dos mais vividos e a imprescindível convivência pessoal com o nosso personagem central, nos forneceu os primeiros lampejos de conhecimento para que este trabalho, ainda idéia, ganhasse o papel e se tornasse uma dissertação de mestrado;

à Sra. Marizilda de Andrade, também da família do Coronel Estevam Marcolino, que contribuiu com as primeiras referências de fontes primárias;

ao Sr. Ivaldo Robier Freiria, pela gentileza e prontidão ao facilitar nosso acesso aos documentos da Câmara Municipal de Patrocínio Paulista;

à Profa. Creuza Helena Dutra Lima, minha sogra, respeitada professora de português que fez a revisão gramatical do texto e contribuiu de forma importante para as discussões acerca da modernidade que fazem parte do presente trabalho;

aos funcionários do Museu Histórico “José Chiachiri”, de Franca; do Arquivo do Estado de São Paulo, em São Paulo; e do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, em Brasília, que me guiaram pelo nem sempre fácil – e às vezes árido – caminho da pesquisa de fontes;

aos colegas de pós-graduação e do Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café (CEMUMC), pelo incentivo, troca de idéias e companheirismo durante toda a jornada;

à Flávia, minha esposa, amiga e companheira de caminhada há 26 anos, pelo estímulo contínuo a meu aprimoramento pessoal e profissional, e que, com zelo e competência, revisou a parte metodológica e iconográfica deste trabalho e ofereceu sugestões sem as quais seria impossível concluí-lo;

à minha mãe Marta, pelo apoio incondicional e pelos cuidados pessoais dedicados durante todo o trabalho, especialmente na fase dos créditos e suas viagens constantes;

à minha filha Paula, a quem pretendo brindar com este modesto exemplo de estudo e determinação;

a Gabriela e Mariana, pelo apoio e pela alegria do convívio diário.

“Há certas qualidades que o príncipe poderia ter - inclusive me atreverei a dizer que se as têm e as observa, sempre são prejudiciais – porém, se aparenta tê-las são úteis; por exemplo, parecer clemente, leal, humano, íntegro, devoto e de fato sê-lo, porém, ter o ânimo predisposto de tal forma que se for necessário não sê-lo, possa e saiba adotar a qualidade contrária”.

O príncipe. Maquiavel

RESUMO

A representação política foi um importante instrumento para a concretização do ideal de modernização urbana das cidades do interior paulista durante a Primeira República, ancorado pelo fortalecimento econômico da região propiciado pela expansão da cultura cafeeira. Na região, um dos mais importantes representantes foi o do Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo, personagem central desta pesquisa. Objetivando relacionar estes três elementos fundantes – política, economia cafeeira e modernização urbana – , onipresentes no vertiginoso processo de transformação que varreu o interior de São Paulo no final do século XIX e início do XX, será utilizado como recorte histórico o período que vai de 1889 a 1914 e como referência urbana a cidade de Patrocínio Paulista, onde nosso personagem central nasceu e deu os primeiros passos na política, se afirmando como líder político local e como deputado na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo e na Câmara Federal. Tendo construído sólida carreira política e arrebanhado enorme apoio popular, Marcolino foi também homem influente na cultura e na sociedade, contribuindo para a consolidação política e social de sua cidade natal no rastro das transformações movidas pela força econômica do café na virada do século, estas por sua vez pautadas por novos modelos culturais. O Coronel Estevam Marcolino personificaria esse ideal por sua sua grande influência política, que o projetaria em nível estadual e federal. Sua conduta política, entretanto, daria preferência à ação indireta na promoção das transformações urbanas. Conhecido pela lhanza no trato e pelo perfil reservado no zelo com a coisa pública, o comportamento de nossa figura central se apartava do de muitos de seus pares ao exibir publicamente um sobranceiro distanciamento – embora com inegável proveito do poder econômico e com o permanente cultivo da imagem pública – , que alimentava uma rede de sociabilidade com fins políticos cuja eficiência se comprova pela acelerada implantação de melhorias urbanas durante sua carreira de homem público.

Palavras-chave: política, modernidade, modernização urbana, economia cafeeira

ABSTRACT

The political representation was an important instrument to achieve the ideal of urban modernization of the cities of the interior Paulista during the First Republic, anchored by strengthening the region's economic expansion offered by the coffee culture. In the region, one of the most important representatives of the Colonel was the Estevam Marcolino de Figueiredo, central character of this research. Aiming relate these three elements structures - politics, economy and upgrading urban coffee - and ubiquitous in the vertiginous process of transformation that varreu the interior of Sao Paulo at the end of the nineteenth century and beginning of XX, will be used as crop history the period from 1889 to 1914 and as a reference to urban city of Sponsorship Paulista, where our central character was born and took the first steps in politics, as if saying local political leader and a deputy in the Chamber of Deputies of the State of Sao Paulo and the Federal Board. Having built solid political career and arrebanhado enormous popular support, Marcolino was also influential man in culture and society, contributing to the consolidation of political and social in his hometown track of the changes brought by the economic strength of coffee at the turn of the century, these by turn guided by new cultural models. Colonel Estevam Marcolino personificaria this ideal by its vast political influence, that projetaria in state and federal level. His conduct policy, however, would prefer the indirect action in the promotion of urban transformations. Known for lhanza in dealing and the profile booked in the zeal with public affairs, the behavior of our central figure is apartava of many of his peers to publicly display overlooking a distance - but with undeniable benefit of economic power and the permanent culture of public image - that feed a network of sociability with political purposes which proves the efficiency was accelerated deployment of urban improvements during his career of public man.

Keywords: politics, modernity, urban modernization, coffee economy

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Prédio da Cadeia Pública de Patrocínio Paulista, construído por influência de Estevam Marcolino	37
FIGURA 2 – Músicos posam à frente do cinema de Patrocínio Paulista.....	50
FIGURA 3 – O Jardim “Coronel Batista da Luz”	51
FIGURA 4 – Praça pública em formato triangular de inspiração hausmanniana.....	52
FIGURA 5 – O deputado estadual Coronel Estevam Marcolino	58
FIGURA 6 – Edifício do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo ao tempo de Estevam Marcolino	61
FIGURA 7 – Edifício que ficou conhecido como “Cadeia Velha”, que serviu de sede à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro de 1891 a 1914.....	63
FIGURA 8 – Estevam Marcolino como Deputado Federal.....	66
FIGURA 9 – Hermes da Fonseca	69
FIGURA 10 – Fac-símile de página dos Anais da Câmara onde se estabelece o dia 1 de maio como feriado nacional em comemoração ao trabalho	71
FIGURA 11 – O senador conservador General José Gomes Pinheiro Machado.....	73
FIGURA 12 – Anúncio da “Manteiga Paulista”, produzida na Fazenda Santa Bárbara, de propriedade de Estevam.....	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Mandatos de Estevam Marcolino como Deputado Estadual.....	57
QUADRO 2 – Mandatos legislativos de Estevam Marcolino.....	58
QUADRO 3 – Apoiamentos de Estevam Marcolino a projetos de autoria de terceiros	70
QUADRO 4 – Falas do Estevam Marcolino de Figueiredo na Câmara dos Deputados....	72
QUADRO 5 - Referências oficiais da Câmara dos Deputados a Estevam Marcolino	88

LISTA DE SIGLAS

ACD	Anais da Câmara dos Deputados
ACDESP	Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo
ACPS	Atas da Câmara de Patrocínio do Sapucaí
PRC	Partido Republicano Conservador
PRP	Partido Republicano Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 A POLÍTICA FUNDANTE DA <i>BELLE ÉPOQUE</i> CAIPIRA EM PATROCÍNIO PAULISTA	22
1.1 A transição para a modernidade: República e Município.....	24
1.2 Público e privado na transformação urbana: modernização e sociedade.....	35
CAPÍTULO 2 CARREIRA PARLAMENTAR: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ESTEVAM MARCOLINO.....	53
2.1 A política como instrumento da modernidade	56
2.2 <i>Sic itur ad astra</i> : o mandato federal.....	63
CAPÍTULO 3 ESTEVAM MARCOLINO: UM ATOR POLÍTICO NA TRAMA DA MODERNIZAÇÃO PATROCINENSE	74
3.1 A mão oculta: coronelismo e sociabilidade.....	78
3.2 O fim de uma era da política patrocinese.....	86
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

A representação política foi um dos mais importantes instrumentos para a concretização do projeto de modernização urbana das cidades do interior paulista durante a Primeira República, projeto este alimentado pelas elites locais e ancorado no fortalecimento econômico da região propiciado pela expansão da cultura cafeeira. Invariavelmente operada por homens possuidores de sólidas bases econômicas e sociais cultivadas através de um modelo estribado em uma tradição herdeira do mandonismo coronelista, porém atenta às transformações da dinâmica do poder trazidas pela República, a política tornou-se a força motriz dos processos de modernização urbana que, não obstante, conservavam em sua gênese um perfil eminentemente conservador e oligárquico. Se nos aplicarmos à busca de uma expressão que consiga dar conta do que realmente foram estes potentados no contexto do desenvolvimento econômico e social do Brasil nos albores republicanos, plutocracia cafeeira¹ é o termo que melhor esclarece o que realmente significaram estas elites no período.

Será necessário, ainda, para uma plena compreensão da extensão da influência destas minorias, ter em mente a correlação de forças que se desenhava na cena política nacional. Elias (1993), em *O processo civilizatório*, chama atenção para o fato de que, do emaranhado de interesses, planos e ações individuais dos seres humanos envolvidos no processo social, surgiu, na origem do Estado moderno, uma regularidade que ordenou a totalidade dessas pessoas, sem que na verdade ninguém se dispusesse individual e voluntariamente a fazê-lo, mas que foi aceita e referendada por todos. Antes mesmo das primeiras tentativas de formalização e aplicação de uma identidade jurídica ao Estado, como defendeu Rousseau (2006) em seu *Contrato social*, e antes mesmo que esta entidade sobreposta a todo o conjunto da sociedade tomasse os ares do *Leviatã* de Hobbes (2003), o próprio convívio humano e a conseqüente competição pelos meios que garantissem a sua sobrevivência se encarregaram de instituir os governos como instâncias cuja função maior seria estabelecer o frágil equilíbrio necessário à convivência das várias demandas da sociedade. Por essa razão, o entendimento da gênese e do funcionamento das formações desse tipo nas diversas etapas do desenvolvimento da humanidade e, mais precisamente, o olhar atento e crítico sobre a estrutura de poder sobre a qual se apóia cada uma destas etapas é que permite nos

¹ O termo preserva a força semântica de sua representação literal, isto é, a influência preponderante dos ricos no governo de uma nação, ao mesmo tempo em que remete a uma interpretação mais abrangente que permite estabelecer esse grupamento de homens como uma categoria ou uma classe hegemônica em determinada sociedade. No caso, a classe dos fazendeiros que prosperava com a cultura do café, impondo, a partir de sua condição economicamente privilegiada, a direção tomada pela administração da coisa pública, não como a entendemos hoje, mas eivada de um patrimonialismo que, sem embargo, trazia em si o germen da modernização.

aproximarmos de um nível mais sutil da realidade política: o das regularidades imanentes aos relacionamentos sociais, o campo da dinâmica das relações, enfim, o terreno da sociabilidade.

Dentro deste contexto de análise, observamos então que, no cenário político brasileiro do final do século XIX e início do XX, configurava-se uma nova dinâmica, com a reorganização das forças econômicas e sociais se fazendo representar em um modelo institucional que apenas acabava de se instalar: a República. Após séculos de embates entre as classes dominantes em torno de um projeto político que adequadamente contemplasse as diferentes categorias oligárquicas existentes – cujo aparato mais acabado se concretizou em dois grupos principais: conservadores e liberais, ou luzias e saquaremas, durante o Segundo Reinado –, as elites republicanas mobilizavam-se agora para ocupar seus lugares na estrutura de poder do novo regime. (MATTOS, 2004). Os produtores rurais – leia-se produtores de café, o grande destaque da monocultura no Estado de São Paulo – se preocupavam em fazer prevalecer seus interesses por meio do apoio ao estabelecimento de uma representação fortalecida, por um lado pela presença de um partido centralizador das suas propostas e, por outro, pela eleição de representantes profundamente comprometidos com elas.

Partidariamente, foi o Partido Republicano Paulista (PRP) a agremiação que congregou e sistematizou tais interesses em um programa único – mas não livre de dissensões, como se verá a seguir –; eleitoralmente, por sua vez, foram os distritos existentes em cada região do Estado que se encarregaram de escolher e apoiar, nas hostes das elites locais, os membros mais qualificados para representá-las no seio das nascentes instituições políticas republicanas, não menos carregadas, diga-se de passagem, dos vícios de origem do recém-extinto regime monárquico. Tanto é que, durante toda a Primeira República e além, uma miríade de adesões suspeitas, dissidências eleitoreiras, rachas partidários e oportunismos de toda espécie povoaram as páginas da imprensa política do Estado de São Paulo, servindo de amparo de última hora a todo representante político que desejasse assegurar-se – independentemente das alianças partidárias sempre cambiantes numa realidade institucional ainda incipiente naquele momento como a República brasileira –, do que realmente interessava: fazer-se presente, enquanto articulador de sua zona, nas decisões que contemplassem aqueles que foram os responsáveis por sua eleição e manutenção no poder, ou seja, os donos de terras e agricultores que se ocupavam da próspera cultura dos cafezais.

Este trabalho objetiva relacionar três elementos fundantes – política, economia cafeeira e modernização urbana –, onipresentes no vertiginoso processo de transformação que varreu o interior paulista nos últimos decênios do século XIX e no alvorecer do século XX, através de um personagem central que, durante toda sua vida, ocupou-se da representação parlamentar e esteve visceralmente ligado aos negócios da agricultura: o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo. Será utilizado como recorte histórico o período que vai de 1889 a 1914 e como referência urbana a cidade de Patrocínio Paulista, cidade de origem de nosso político.

Na antiga Patrocínio do Sapucaí, nossa figura central nasceu e deu os primeiros passos na carreira parlamentar, em um momento histórico de íntima coincidência com a emancipação da cidade, cuja Câmara Municipal presidiu por três vezes. Estando presente em um período decisivo para a autonomia e afirmação política de Patrocínio, pôde contribuir para sua consolidação na trilha das transformações operadas pela força econômica do café na virada do século, ampliando um modelo econômico que retirava da pecuária, de uma tímida agricultura de grãos e da extração de diamantes sua subsistência desde a fundação da vila.

Figura emblemática de sua época, Estevam Marcolino foi um dos mais importantes líderes políticos da região, do Estado e do país desde os primeiros anos da República, por suas experiências como vereador, deputado estadual e deputado federal. Ao longo de sua carreira, ombreou com homens como o Coronel Francisco Martins e o Monsenhor Cândido, na política local; com Júlio de Mesquita, Campos Sales, Rodrigues Alves, Adolfo Gordo e Rodolfo Miranda, nas articulações estaduais; e com Hermes da Fonseca, Prudente de Moraes e Pinheiro Machado, entre muitos outros de igual estatura, nas altas esferas do poder nacional. Com esta sólida carreira política, construída a partir de um ideário essencialmente conservador, porquanto, a princípio, monarquista e católico – porém habilmente flexível e articulador todas as vezes em que a política tornou necessária a demonstração de tais características –, Marcolino conseguiu também impressionante apoio popular, a partir de uma ampla rede de influência construída através de importantes contatos políticos em outras cidades da região e no Estado de São Paulo como um todo.

As cidades do interior paulista – jungidas pelo exitoso empreendimento cafeeiro possibilitado pela notável fertilidade das terras, pelo clima favorável à nova cultura e pela sofreguidão com que os donos dos capitais se abraçaram aos intentos modernizadores de vária

procedência, a maioria dos quais, por sinal, iniciativa de empreendedores oriundos do próprio interior de São Paulo – formariam uma espécie de Eldorado agrícola, no qual se gerariam movimentos antecipatórios das experiências grandiloqüentes – porém tardias em relação ao nosso interior – de modernização urbana de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

Além do embelezamento dos lugares públicos e do ideal de higienização presentes em logradouros, edificações e anelos de reforma de toda espécie e por todo canto, registram-se novos modelos de sociabilidade assentados num ideal de alinhamento às novas exigências decorrentes do poder econômico e político do interior de São Paulo à época.

O Coronel Marcolino personificou esse ideal pela projeção que alcançou ao longo de sua carreira parlamentar – a partir da qual, evidentemente, não faltaram benefícios para suas bases eleitorais – e por sua participação na cultura e na sociedade de sua região. É preciso compreender entretanto, como já dissemos acima, as circunstâncias históricas que propiciaram o surgimento de uma liderança política tão significativa como esta, que, uma vez consolidada, amealhou benefícios para a cidade que lhe serviu de berço, ainda que de forma indireta e compreendida pelos limites do projeto econômico de suas elites. Em outras palavras, foi grandemente através da influência de Estevam Marcolino de Figueiredo que Patrocínio Paulista se tornou uma cidade com vida própria. Satisfeita tal necessidade, o município conformava-se à sua condição de economia contributiva de uma rede mais ampla que compreendia parte expressiva do interior do Estado, passando, por isso mesmo, a desfrutar das benesses do desenvolvimento material da região.

Sua conduta política, entretanto, daria preferência à ação indireta na promoção das transformações urbanas. Conhecido pela lhanza no trato e pelo perfil reservado no zelo com a coisa pública, o comportamento de Marcolino se apartava do de muitos de seus pares que, em sua propriedade e mesmo fora dela, além do exercício do poder econômico e da influência social, agiam como legisladores e juizes, expressão de uma dominação de viés patriarcal e personalista, o que em nada lembra o coronel patrocínense. Aqui, o que se vê é muita vez um sobranceiro distanciamento – embora com inegável proveito do poder econômico e com o permanente cultivo da imagem pública – que alimenta uma rede de sociabilidade com fins políticos e absorve um padrão de comportamento que remete ao epíteto de máscara da civilização descrito por Starobinski (2001).

A respeitabilidade de sua posição será amealhada antes pela prudência social e por arranjos internos nos altos círculos que pela distribuição de benesses, pelo favorecimento aberto de acólitos ou por imposições aos meios imediatos de exercício do poder. Não que, eventualmente, nosso coronel não pusesse em prática suas estratégias de força em benefício de seu lugar de poder; como se verá, a aplicação da intensidade da autoridade ou da influência para a obtenção dos fins perseguidos se dará conforme a situação, mas seu *modus operandi* se caracterizará bem mais por privilegiar a distância entre obra e autor. Um exame mais minucioso dessa conduta remeterá às circunstâncias políticas e à influência européia no período, trazendo importantes indagações sobre nosso processo político e sobre a personalidade pública e privada daqueles que o capitanearam.

O Capítulo 1, em sua primeira parte, descreve as origens da autonomia urbana patrocínense e a formação política do município, demonstrando as condições históricas que determinaram o surgimento das lideranças locais, e como Estevam Marcolino aproveitou estas oportunidades para garantir seu lugar na cena política regional à frente dos conservadores. Na correlação de forças em ação neste momento, quando quase ao mesmo tempo se operavam as transições da Monarquia à República e da subordinação política à independência do município em relação a Franca, são analisados os princípios da construção de um projeto de modernidade que seria conduzido pelos dirigentes recém-surgidos. A partir do projeto de estabelecimento de uma identidade política, administrativa e social assentada nos prolegômenos vigentes do progresso e da civilização, a cidade se lança em busca de sua inserção na modernidade².

A segunda parte deste capítulo dará tratamento especial à interpenetração do espaço público pelo privado, não apenas como forma de operação do poder econômico em um Estado que começava a ensaiar seus primeiros passos para a onda liberal que batia à sua porta, mas também e principalmente como um aspecto fundamental da modernidade, onde o governo central se abre às iniciativas daqueles que o engendraram. Nas cidades paulistas, o desenvolvimento era sinônimo de modernização urbana, de preocupações com o saneamento, com a beleza, com o refinamento dos gostos, dos gestos e das relações. Assim, tal com em outros lugares, ocorreu em Patrocínio Paulista.

² Aqui representando a “nova síntese histórica entre poder público e poder privado”. (BERMAN, 1982, p. 17).

Concomitantemente a outras cidades varridas pela chamada “onda verde”, assistia-se a importantes transformações que impregnavam a arquitetura, a estética urbana e o modo com que as pessoas entabulavam seu relacionamento social. Em consequência, serão analisados os sinais inconfundíveis que esta modernidade inscreveu no cenário urbano, indelevelmente marcado pelo estilo da “*belle époque* caipira¹³” – carregado de refinamento europeu ao mesmo tempo em que conservava o sabor das tradições culturais locais –, e como as transformações urbanas se tornaram possíveis através do diálogo entre as esferas pública e privada da sociedade (leia-se a participação privada na construção do público), tornando possível a transposição de modelos urbanísticos e de sociabilidade dos centros europeus irradiadores de cultura no período.

Além disso, parte significativa desta seção procura traçar um perfil biográfico de nossa figura central, como apoio para a compreensão de sua forma de inserção no intrincado funcionamento dessa fase. Sua história pessoal e sua trajetória política nos ajudarão a situar o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo neste momento histórico como um co-autor privilegiado das transformações de seu tempo, compreendendo as características de um fazer político de bases coronelísticas e suas consequências para a modernização urbana em sua área de ação imediata. Ainda dentro de uma perspectiva biográfica, evidencia-se como a participação de Patrocínio Paulista na vida cultural do interior paulista durante a chamada *belle époque* caipira se relaciona à própria inserção sócio-cultural de Estevam Marcolino, que fez da cidade passagem obrigatória de políticos, juristas, literatos e religiosos de alto quilate; por fim, resta claro como esse contato com as elites de seu tempo, propiciado pelo coronel patrocínense, influenciou seus contemporâneos da sua e das futuras gerações, como se verá no Capítulo 3.

O Capítulo 2 procurará delinear a trajetória parlamentar do Coronel Estevam Marcolino, acompanhando os relacionamentos e articulações políticas realizados em nível regional, estadual e federal que tornaram possível sua projeção e continuidade nas esferas do poder durante toda a carreira política. Estabelecerá ainda de que forma estas alianças contribuíram para que, regional e localmente, se fortalecessem as facções políticas em que Marcolino se inscreveu, de forma a propiciar a compreensão das possibilidades abertas com

³ A expressão “*belle époque* caipira” foi cunhada em singela referência ao elevado grau de sofisticação que tomou conta das cidades do interior do Estado de São Paulo durante o período por nós estudado. Para além da originalidade da referência, ela nos remete também, obviamente, à presença, nestas cidades, da transposição de modelos urbanísticos oriundos da Europa *fin de siècle*. (DOIN, 2001).

tais acordos. A parte inicial desta seção retomará a questão da modernidade, não agora em sua expressão de reformas urbanas, mas sim ao modo como se fazia política neste momento. Em um quadro onde a instabilidade institucional era uma realidade, a capacidade de estabelecer alianças certas e romper com as erradas era uma necessidade cotidiana para os parlamentares, e Marcolino foi hábil tanto para visualizar oportunidades quanto para aproveitá-las.

Monarquista ferrenho, aderiu de pronto à República quando percebeu quão inúteis e remotas seriam as possibilidades de restauração e, acima de tudo, quando vislumbrou as imensas possibilidades de ascensão política num novo mundo em que as posses, a boa instrução e a capacidade de reunir em torno de projetos diversos as mais brilhantes personalidades ao seu redor eram decisivas para uma trajetória política de sucesso. Republicano, não hesitou em participar da dissidência do PRP ao notar que ganharia mais espaço com tal gesto, firmando-se como liderança política incontestada entre os paulistas, em detrimento dos ex-colegas adesistas “históricos”, que definharam ao permanecerem conservadores num contexto político em constante transformação. Deputado federal, alinhou-se com a autoridade militar, conferindo sustentabilidade ao seu mandato e escapando da sedução civilista que tomava conta dos homens letrados como ele próprio. Esta fluência, esta flexibilidade, este “passar ao largo”, mais do que atributos pessoais de Marcolino, caracterizam a modernidade na política.

O mandato do nosso coronel como deputado federal não foi isento de contradições. Eleito em uma eleição desacreditada, enfrentou, antes mesmo de tomar posse, uma contestação eleitoral. Vitorioso, levou ao extremo sua capacidade de articulação para aproximar-se dos homens mais poderosos da nação, em cuja companhia defendeu os interesses dos paulistas na Câmara. Enquanto se fortalecia politicamente, privando com homens de alta representatividade, penhorava seu prestígio a projetos de pouca monta, possivelmente para angariar perenemente a simpatia de seus obscuros autores. Por essa razão, dedicamos toda uma seção ao estudo da legislatura federal 1912 – 1914, da qual Marcolino saiu já para o fim de sua vida.

A trajetória de Estevam Marcolino e sua influência política e cultural é o objeto do Capítulo 3, que não perde de vista a temática da modernização urbana patrocínense. Num primeiro momento, trataremos de como o relacionamento social e a permeabilidade às interações humanas contribuíram para forjar uma sociabilidade necessária à implementação

do projeto político de Marcolino e das classes que ele representava. Mais do que isso, tal sociabilidade, deixando para trás as referências coronelísticas de cultivo paternalista do eleitorado, aproximou-se dos cânones da modernidade, naquilo que esta tem de porosidade e de comunicação, formando redes que se integram continuamente. O coronelismo, aqui, é apenas um pano de fundo, pois nosso personagem ultrapassa os estereótipos e as regularidades dos coronéis. Coronelismo e sociabilidade são papéis não antagônicos, mas sim complementares, onde um garante a sustentação e reprodução do outro.

A mão oculta, símbolo por excelência do papel do Estado no ideal liberal, foi a expressão apropriada para fazer a síntese de características de atuação política onde desfilam, ao mesmo tempo, conservadorismo e liberalismo, mandonismo e sociabilidade, coronelismo e democracia. E é justamente esta propriedade de se ajustar agilmente às realidades do mundo e da sociedade que identifica a modernidade: ela é líquida e ambivalente, como diria Bauman (1999). Por essa razão, dedicamos todo o primeiro segmento do segundo capítulo à análise deste contorno da forma de atuação do nosso coronel.

Ainda neste capítulo, em seu segundo segmento, evidencia-se a interveniência do nosso personagem nas melhorias urbanas e sua preferência pela via indireta de atuação, quando buscamos compreender o papel de Marcolino na preparação das condições políticas para que efetivamente se implantassem as melhorias esperadas. Estudando de que maneira Marcolino participou de episódios importantes na consolidação política e da complexa dinâmica da Primeira República no Estado de São Paulo, compreendem-se os motivos que viriam a estabelecer o contorno tradicionalista que identificaria a política e a cultura patrocínense em décadas posteriores, naquilo que se pode considerar um legado duradouro de Estevam Marcolino: o conservadorismo político.

Discorre-se como este legado se formou e se ampliou ao longo dos tempos, contribuindo, de um lado, para a consolidação de um pragmatismo conservador que dominou a política de sua cidade por décadas, e de outro, para a inserção dos habitantes de Patrocínio Paulista em um contexto social mais amplo do que o de suas limitações regionais, produzindo, através das gerações, vários intelectuais e artistas que perpetuariam, no campo da cultura, a universalidade inaugurada pelo político patrocínense no campo da política.

CAPÍTULO 1 A POLÍTICA FUNDANTE DA *BELLE ÉPOQUE* CAIPIRA EM PATROCÍNIO PAULISTA

O processo de modernização urbana que se ampliava nas cidades do interior paulista de forma mais acentuada nos dois últimos decênios do século XIX e nas duas primeiras décadas do novecentos evidenciavam a chamada “modernização conservadora”⁴, que deslocava das áreas rurais para as aglomerações urbanas o centro do poder econômico capitaneado pela plutocracia do café, criando as condições para sua permanência, expansão e reprodução enquanto camada privilegiada no cerne de uma nova ordem política e administrativa não mais baseada na exploração do trabalho escravo e no limitado mercado interno disponível como anteriormente, mas sim mantida pela disputa por mercados internacionais cada vez mais receptivos à rubiácea e, no caso paulista, pela ampliação da produção promovida pelo braço imigrante.

Para tanto, ocorriam dois movimentos paralelos: um de natureza política e outro de natureza cultural. No campo político, visando ocupar os novos espaços das recém-criadas instituições republicanas, os produtores concentravam-se em estabelecer uma representação política forte, capaz de unificar seus interesses e formar um bloco que, independentemente da origem local dos representantes, se fizesse ouvir como a voz das elites cafejeiras do Estado: em São Paulo, a formação desse bloco foi possível através do PRP. Veremos adiante como funcionava em nível estadual e federal esta representação, e como se davam as trocas e negociações de interesses entre os setores econômicos locais com os poderes políticos centralizados do Estado e da União, através da atuação do deputado Estevam Marcolino.

Porém, aqui, nos interessa entender como, a reboque de uma nova realidade econômica e política, se davam as iniciativas de modernização urbana, como aconteciam as transformações nos padrões sanitários, estéticos e de sociabilidade das cidades engolfadas pela “onda verde” que varreu o interior paulista no período recortado por esta pesquisa, entre

⁴ Expressão usada como designação para o conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e arquitetônicas produzidas nas cidades do interior paulista pela colocação em operação, por parte das forças ligadas à posse da terra e ao comércio agrícola – agora em expansão internacional – de novos modelos de sociabilidade e de consumo transpostos de sua origem européia até os lugares mais afastados das grandes cidades, todos respirando a mesma atmosfera de sofisticação caipira. E porque originalmente associadas à plutocracia do café, predominantemente monarquista durante o final do período imperial em que o cultivo da rubiácea se deslocava do Vale do Paraíba para outras regiões inexploradas do Estado de São Paulo, cunha-se o bordão “modernização conservadora”, de que se valem alguns autores na tentativa de elucidar este fenômeno social de bases econômicas, mas que é calcado, sobretudo, em razões políticas, pois preparava-se neste momento a entrada em cena dos representantes dessas camadas na defesa de seus interesses no incipiente ambiente parlamentar republicano. Na verdade, a origem do termo repousa na necessidade, por parte de autores de orientação marxista, de forjar um estratagema que permita explicar o fenômeno em toda sua amplitude sem desqualificar o etapismo implícito no conceito de modo de produção, cuja insuficiência para dar conta de um processo como o aqui descrito se torna evidente.

as quais Patrocínio Paulista. Tal propósito remeterá incontinenti à comparação entre os aspectos culturais de origem predominantemente rural da cidade e os novos ditames emanados de uma Europa que, poucas décadas antes, tratava de preparar suas cidades para o novo século, assim como à identificação dos sinais, na vida urbana, dessa influência.

Da mesma forma, é importante destacar as conexões que permitiram a Patrocínio Paulista incorporar estes modelos, quais sejam: a abertura para a participação privada na construção de um novo espaço público e o papel de Estevam Marcolino na preparação das condições políticas para que esta participação pudesse acontecer. Este papel, evidente e fundamental, reveste-se da característica de um certo distanciamento entre a obra e seu co-autor político, requisito que no caso de Patrocínio Paulista foi contributivo para que seu protagonista se pusesse a salvo de eventuais antagonismos diretos, possibilitando uma continuidade nos bastidores que coincidiria com sua própria carreira parlamentar, de longevidade considerável. A mão que ajudava a preparar o progresso era uma mão oculta.

1.1 A transição para a modernidade: República e Município

Em 1889, ao proclamar a República, as forças⁵ que colocaram em funcionamento o novo regime encontrariam uma peculiar situação social e política: a população praticamente ignorava a mudança, e o Partido Republicano não tinha apelo junto às massas, nem tampouco era unanimidade entre as elites. (NEVES; MACHADO, 1999). Com a instalação do Governo Provisório, seriam necessárias medidas políticas para dar a necessária sustentabilidade ao regime e apaziguar eventuais tensões: nas Províncias, as Assembléias Provinciais seriam fechadas e seriam criados os Estados, que passariam a elaborar sua Constituição e a eleger o chefe do Executivo; nos municípios, a República de imediato reivindicaria o apoio das Câmaras, de cujo apoio não poderia prescindir, haja vista que a concentração do poder local, capitaneado pelos “coronéis”⁶ era o que daria sustentação política ao Estado e à República.

⁵ Considerando aqui a conjunção das forças políticas, militares e civis que promoveram o rearranjo institucional que se preparava ao longo de toda a segunda metade do século XIX.

⁶ O termo remonta “aos autênticos ou falsos ‘coronéis’ da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de ‘coronel’ começou desde logo a se dado a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado”. (MAGALHÃES apud LEAL, 1997, p. 289).

Enquanto isso, no interior de São Paulo, Patrocínio Paulista⁷ - efetivamente instalada como Vila desde o ano anterior⁸ - dava os primeiros passos na construção de sua identidade urbana, e, em seu cenário político, um homem se afirmava como liderança política: o Coronel Estevam Marcolino.

Estevam Marcolino de Figueiredo⁹ nasceu na Fazenda Santa Bárbara – então município de Franca – , epicentro da colonização e povoamento de Patrocínio Paulista. (NOVATO, 1974). A região seria, após a fundação da fazenda em 1828 pelo Capitão José Eduardo de Figueiredo, pai de Estevam, uma referência do poder econômico e político regional. O Capitão foi, ele mesmo, figura de grande influência, pois: “ocupou vários cargos de eleição popular e de nomeação do governo, em uma época em que o simples fato de ser eleitor de paróquia demandava grandes esforços políticos e importava a significação de não menor influência pessoal.” (BOURROUL, 1913, p. 1).

Na Fazenda Santa Bárbara eram recebidas altas autoridades religiosas e políticas em trânsito entre São Paulo e Goiás. (MATOS; COSTA, 1986). O próprio Marquês de Valença¹⁰ fazia parte desse seleto círculo de amizades, tendo Estevam ao nascer, em 11 de dezembro de 1854, recebido esse nome em sua homenagem.

Foi nesse meio privilegiado que cresceu Estevam, dedicando-se, desde muito jovem, à agricultura, enquanto recebia esmerada instrução particular, a cargo de religiosos. Foi educado a princípio na própria fazenda, depois em Franca, e, em 1863, matriculou-se no Seminário Episcopal de São Paulo, onde estudou Humanidades (Português, Francês, Inglês, Retórica, Poética, Latim) e, em seguida, matriculou-se em Filosofia. Com a doença e morte do pai, em 1874, abandona o seminário e dedica-se integralmente à atividade agrícola e à vida

⁷ Nome atual da cidade, que foi conferido oficialmente em 1º de janeiro de 1949 pela Lei paulista nº. 233, de 12/1948, e que aqui será usado de forma corrente. Nas fontes consultadas, obviamente, consta o nome da vila no período estudado, Patrocínio do Sapucahy.

⁸ Oficialmente criada pela lei nº 23, de 10 de março de 1885, a Vila de Patrocínio do Sapucahy só seria efetivamente instalada em 1888, após a eleição dos primeiros vereadores em 10 de dezembro de 1887. (MATOS; COSTA, 1986, p. 32).

⁹ Havia, neste período, um outro Estevam Marcolino com alguma projeção social na região: o tenente Estevam Marcolino, também integrante das fileiras do PRP e residente em Igarapava, como nos faz saber uma nota social do jornal Cidade da Franca, de 1913. Aqui, evidentemente, trataremos do Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo, deputado federal patrocínense de proeminência no cenário político regional durante a Primeira República. (CIDADE DA FRANCA, 1913, p. 2).

¹⁰ Estevão Ribeiro de Rezende, político mineiro do início do século XIX de considerável importância no período imperial e a respeito do qual se dispõe de rara documentação, atualmente concentrada na Coleção Marquês de Valença do Museu Paulista da USP.

doméstica na propriedade da família. Casa-se em 1875 e, depois de 12 anos, perde o primeiro filho com apenas 23 dias de vida e, poucos meses após, também a esposa¹¹.

Marcolino lança-se na militância política em 1881, com 27 anos. Como ocorria em todo o país, as tendências políticas se dividiam em dois grupos, tendo o Partido Republicano de Patrocínio Paulista sido fundado em 1887 por José Nascimento Falleiros, Antônio Corrêa Soares e pelo alferes Henrique Braga. No lado oposto, Estevam Marcolino assumiria a chefia do Partido Monarquista, figurando entre as principais lideranças conservadoras do então 9º distrito de São Paulo¹². Entretanto, os republicanos não tinham representatividade em Patrocínio, sendo a Câmara, à época da proclamação da República, composta na sua totalidade por monarquistas. (MATOS; COSTA, 1986). Desse modo, quando o Governo Provisório, através de circular datada de 16 de novembro de 1889, solicita às Câmaras apoio à nova ordem¹³, é Marcolino quem redige a resposta dos conservadores patrocínenses:

Senhores Membros do Governo Provisorio do Estado de São Paulo.

A Camara Municipal da Villa de Nossa Senhora do Patrocinio do Sapucahy, em sessão extraordinaria de hoje, resolveu, – em resposta a vossa circular de 16 do corrente e em seu nome e no de seus municipes, – adherir ao Governo Provisorio, cooperando efficazmente para que seja mantida a paz e respeitados os direitos legitimos de todos os cidadãos.

Sem entrar em commentarios, hoje superfluos por inuteis, sobre as origens e as consequencias do facto consummado em quinze de Novembro do corrente anno, a Camara e seus municipes convidam o Governo Provisorio, installado para manter e garantir a ordem publica e a liberdade individual e a propriedade, a envidar todos os seus esforços junto do Gabinete do novo regimen para, – quanto antes – convocar o corpo eleitoral dos Estados do Brasil e, por um Apello ao Povo, por meio de um plebiscito, consultal-o sobre si ratifica ou não a Deposição da Dymnastia do Senhor Dom Pedro II, e qual a forma de governo que apraz lhe seja dada.

A doutrina do plebiscito é nimiamenta democrática, e ao passo que rodêa de todas as garantias as aspirações liberais da nação, salvaguarda por igual os interesses conservadores da sociedade brasileira.

Saude e fraternidade. – Paço da Camara Municipal da Villa de N. S. do Patrocinio do Sapucahy, em 25 de Novembro de 1889.

¹¹ Estes trágicos acontecimentos provocaram um impacto tão violento em Estevam que o lançaram em “uma vida meio nomade, viajando constantemente”, até que, refazendo-se, retornou a Patrocínio, abraçando a política. (BOURROUL, 1913, p. 1-3).

¹² Constituíam o antigo 9º distrito de São Paulo em 1886: N. S. das Dores de Casa Branca, S. José do Rio Pardo, Divino Espírito Santo do Pinhal, S. João da Boa Vista, N. S. da Conceição de Caconde, Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, S. Sebastião da Boa Vista, Bom Jesus da Canna Verde de Batataes, Sant’Anna dos Olhos d’Água, N. S. da Piedade de Mato Grosso, Divino Espírito Santo de Batataes, S. Antonio da Alegria, S. Bento e Santa Cruz de Cajurú, S. Rita do Paraíso, S. Antonio da Rifaina, N. S. da Conceição de Franca, N. S. do Patrocínio de Sapucahy, N. S. do Carmo de Franca, S. Simão, N. S. do Belém do Descalvado e S. Sebastião do Ribeirão Preto. O total de eleitores desse distrito era de 2.242. (CASALECCHI, 1987, p. 257).

¹³ Afinal, “será com essas lideranças locais que terão de se entender os poderes federais e estaduais, para as composições políticas, de que vão depender”. (LIMA SOBRINHO apud LEAL, 1997, p. 19).

João Villela dos Reis. Presidente.
José Emygdio de Figueiredo, vice-presidente.
Antonio Jacintho da Silva.
Antonio Alves de Freitas.
João Candido de Souza.
José Candido de Figueiredo.
João Evangelista da Rocha.

Servindo de secretário AD-HOC, *Estevam Marcolino de Figueiredo*. (TRIBUNA DA FRANCA, 1903, p. 1, grifo do autor).

Considerando o perfil político de Patrocínio Paulista naquele momento – e não só de Patrocínio, como também da maioria das cidades do interior paulista – seria natural que a adesão ao novo governo não fosse voluntária, posto que o fulcro de uma transição política deste jaez e com as características de que se revestiu, tendesse a ficar restrita ao Rio de Janeiro e às regiões paulistas onde a causa republicana tivesse alcançado um maior fortalecimento, como Itu, por exemplo, e naturalmente a própria cidade de São Paulo, palco de inúmeros movimentos tanto pró-conservadores quanto republicanos de diversos matizes. Vendo portanto baldadas suas convicções monarquistas, os conservadores patrocínenses trataram logo de se entender com a República, mantendo o domínio privado sobre a coisa pública, independentemente do regime.

Para além de tais considerações, forçoso é constatar que a presença de Estevam Marcolino na condição de secretário nestas circunstâncias constitui já um primeiro e forte prenúncio dos traços que se tornariam marcantes em sua atuação política, quais sejam: a) a tendência a suavizar antagonismos – às vezes severos – por adesões que se conformavam diretamente aos interesses dos grupos em ação na cena política, peculiaridade que, de resto, não era de forma alguma estranha do coronelismo paulista. (PEREIRA, 2005); b) a capacidade de articulação de interesses – mormente econômicos – comuns em torno do projeto político que de imediato contemplasse de forma mais satisfatória esses interesses, bem como a argúcia para identificá-lo em detrimento de outros programas existentes, mas destinados ao insucesso; c) o empréstimo, às causas em que se envolvia, de uma autoridade legitimadora de ações ou iniciativas de outrem, autoridade esta oriunda ora de uma rede de sociabilidade continuamente em expansão, ora de uma sólida experiência parlamentar, ou ainda de um pendor político natural reconhecido pela procedência familiar, como no referido episódio; d) a hábil retórica que, com solene correção mas sem exorbitâncias de erudição, privilegiava as possibilidades de compreensão e de entendimento e minimizava as considerações de teor crítico, característica de evidente proveito político; e) a suavidade com

que se envolvia em cada episódio ou campanha, o que permitia que qualquer movimento futuro, ainda que parecesse contraditório ao primeiro, fosse aceito e compreendido pelos pares e eleitorado sem estremecimentos e, principalmente, sem perda de apoio político; f) por fim, a faculdade de, quando necessário, articular-se politicamente para forjar ações de forma sutil, sem se revelar em proveito da execução do próprio objetivo, comportando-se como uma mão oculta em assuntos de seu interesse direto.

Em *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho demonstra como a República recém-instalada buscou legitimar-se em corações e mentes através do incentivo à criação e à elaboração artística e social de seus símbolos. Essa necessidade de afirmação, essencial à consolidação do novo regime em bases mais sólidas, das quais carecia em razão das circunstâncias políticas que o engendraram (CARVALHO, 1990), encontraria paralelo nas novas cidades que surgiam ou se renovavam sob a sua égide, como foi o caso, respectivamente, de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

No Estado de São Paulo, a renovação do fluxo de capitais propiciada pela decadência da região cafeeira do Vale do Paraíba e pela migração da cultura do café para as férteis terras do Oeste paulista¹⁴ propiciaria um redesenho político nas pequenas cidades do interior, criando condições para a autonomia de muitos municípios, como foi o caso de Patrocínio Paulista.

Aí, a emancipação política havia garantido a manutenção do poder dos produtores rurais, na medida em que circunscrevia sua área de influência, mas era preciso ir além, garantindo seus interesses econômicos em esferas políticas de maior amplitude. Era preciso que o espaço urbano fosse preparado para receber, de pronto, alterações no plano material que assegurassem a inserção da cidade nos novos padrões de sociabilidade, bem-estar e higiene reclamados pelos centros produtores, colocando-se em sintonia com a modernidade, conforme a definiu Marshal Berman em “Tudo que é sólido desmancha no ar”:

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura,

¹⁴ O termo *Oeste paulista*, obviamente impróprio a partir das referências geográficas e políticas atuais, designa a região correspondente ao nordeste do Estado, englobando uma vasta faixa territorial dominada pela lavoura cafeeira que compreende a Zona da Mogiana, Central, Baixa Paulista e Araraquarense.

poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. [...] As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso; tal sentimento engendrou inúmeros mitos nostálgicos de um pré-moderno Paraíso Perdido. Na verdade, contudo, um grande e sempre crescente número de pessoas vem caminhando através desse turbilhão há cerca de quinhentos anos. Embora muitas delas tenham provavelmente experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições, a modernidade, no curso de cinco séculos, desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias. (BERMAN, 1982, p. 15, destaque do autor).

Além disso, era preciso fundar uma cultura própria, desenhar os contornos do que viria a ser a personalidade urbana, valorizando elementos de uma identidade social e de uma cultura que demarcariam a singularidade daquele espaço de convivência e de trocas entre indivíduos que dividiam, além dos limites territoriais em que habitavam, interesses econômicos comuns. Era esse o desafio imposto àqueles que estavam no comando da política patrocínense.

Trabalhando a relação entre o corpo humano e o espaço urbano, em *Carne e pedra*, Sennet assinala que a legitimação dos grupamentos urbanos se dá através da transformação do espaço físico onde se realizam suas ações, da mesma forma que este espaço em transformação influencia diretamente no pensar e no sentir dos homens que o compõem, criando novas implicações que se refletem na cultura e no fazer político. Dessa forma, o social e o estético nada mais são que expressões diretas dos desejos e das ações das sociedades; assim foi desde a Grécia Antiga, passando pelo Renascimento e pela Revolução Francesa até a Paris do século XIX, que servirá de modelo a tantas outras cidades. (SENNETT, 1997).

As transformações em curso no início do século XX, fruto da reestruturação política do país e do processo de crescimento da economia com a cultura do café nas terras do Oeste, impulsionam o surgimento de uma nova sociedade que faz da cidade, por excelência, um lugar de complementaridade ao campo, relação que se cria na modernidade e faz dos centros urbanos o seu lugar privilegiado. A classe alçada a patamares ainda mais privilegiados por esse movimento da sociedade demanda melhorias e avanços no cenário urbano que, até então, não haviam sido exigidas em virtude da concentração das decisões nas propriedades rurais. Por meio de iniciativas públicas e privadas inicia-se, então, um trabalho de ordenação urbana

cuja finalidade última é adequar o espaço físico à ação desta elite ávida de novidades e sôfrega por participar de uma nova cultura.

Patrocínio Paulista passaria, neste momento, a figurar no mapa político do Estado de São Paulo quase concomitantemente com o aparecimento, na organização urbana da cidade, dos primeiros traços de modernidade e da implantação de melhorias que garantiriam uma condição menos inóspita que a experimentada pelos patrocínenses há poucos anos, quando da passagem da Monarquia à República.

As condições urbanas das cidades do interior e mesmo de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, foi precária durante a maior parte do oitocentos. (CHALHOUN, 1996). O predomínio, no período, da vida rural, associada a culturas anteriormente predominantes como a da cana-de-açúcar ou à mineração, fez com que as pequenas vilas do interior pouca ou nenhuma importância tivessem até à metade do século. A falta de atenção aos aspectos sanitários, urbanísticos e sociais emprestava às cidades um contorno desolador, onde as privações eram tantas e tão grandes que não se via solução possível, considerando a carência crônica de recursos materiais própria de uma economia combatida, resultado tardio – e ainda sem perspectiva possível – da crise agrícola que se abateu sobre o Brasil no século XVII.

Ao estudar a cidade de Batatais – também pertencente ao 9º. Distrito¹⁵ - desse período, antes do impulso modernizador dado pela política municipalista de Washington Luis como intendente municipal, Robson Mendonça Pereira descreve um retrato melancólico, que de resto era coincidente com o que se observava em outras tantas cidades da região e do país:

As necessidades da municipalidade eram imensas, o que não se poderia dizer das condições financeiras que, como pudemos verificar anteriormente, eram exíguas. Não havia qualquer investimento ou obra relacionada ao saneamento e salubridade da área urbana pronta ou em andamento, e o aspecto geral da cidade lembrava um imenso curral por onde transitava uma infinidade de animais, por ruas esburacadas e casarões com largos beirais, largas janelas e portas de uma só folha. (PEREIRA, 2005, p. 109).

A pujança trazida pela cultura cafeeira nas terras do nordeste de São Paulo viria garantir, a partir da metade do século XIX, uma série de transformações nas cidades antes esquecidas. Não apenas pelo aporte financeiro diretamente resultante da comercialização do

¹⁵ Ver nota 14.

fruto, mas também pela onda modernizadora que veio junto com as ferrovias que passaram a cortar o Estado, e com elas os imigrantes, sua cultura e seus empreendimentos.

A Patrocínio Paulista em 1889, entretanto, faltava muito daquilo que se podia esperar de um lugar que pretendesse ser chamado de cidade. Em termos urbanos, tudo estava por fazer: as ruas não tinham calçamento, a rede sanitária era precária, não havia médico nem hospital, e raros eram os serviços públicos oferecidos à população. Era preciso transformar a pequena vila em um lugar à altura da sua condição de politicamente emancipada. Na busca da modernização material, observam-se as primeiras iniciativas particulares e do poder público visando expandir e planejar o espaço urbano, a exemplo do que ocorria nas demais cidades do interior paulista.

Seria a política, contudo, a via pela qual a cidade passaria a integrar a modernidade anunciada pelo século XX, facilitando a implantação das transformações urbanas e de suas benesses, demandadas por uma classe produtora que passava a fazer da cidade a sua referência, integrando-a, em uma relação de complementaridade típica da modernidade, ao *locus* rural predominante no período monárquico.

Estevam Marcolino, como já se viu, gozava de representatividade na região, e tratava de se adequar à nova realidade política, ocupando os espaços que se abriam às poucas pessoas capazes de ocupá-los. Esta limitação se impunha pela necessidade de cabedais, que àquele momento se faziam imprescindíveis para garantir a participação nas decisões políticas, e também pela ignorância generalizada daqueles que possuíam os cabedais mas de nada cuidavam além das cercas de suas propriedades. Por essa razão, estas oportunidades eram normalmente usufruídas pelos bacharéis, que constituíam o elo de ligação entre o poder público e o privado, representando os interesses do coronel, detentor do comando privado, junto à esfera administrativa. Esta complexa relação entre as esferas pública e privada, mediada pelo bacharel a mando dos coronéis durante a Primeira República, é ilustrada em *Coronelismo, enxada e voto*:

Não conheço os outros Estados do Brasil e falo só de São Paulo. Aqui, tivemos numerosas categorias de chefes políticos. Desde logo, dividiam-se eles em coronéis e doutores. Muitas vezes, existindo isolados; o coronel dominando de sua fazenda e congregando outros fazendeiros, com influência na cidade porque deles dependiam o comércio como fornecedor, advogados e médicos para garantia da clientela, funcionários que eles podiam nomear e demitir arbitrariamente, outras atividades por idênticos motivos; o doutor, mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina às famílias ricas ou às massas pobres. Muitas outras vezes, em simbiose: o coronel entrava com a influência pessoal ou do clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a

ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates da vereança quando havia oposição. (AMARAL apud LEAL, 1997, p. 41).

Há que se ter em conta, porém, que esta divisão entre poderes e responsabilidades esbarra nas dificuldades que normalmente se encontram quando se tenta tipificar os estereótipos do coronel e do bacharel, posto que a diversidade de formas que estas personagens adquiriram ao longo da história brasileira escapam às regularidades dos modelos e muita vez encontram-se presentes em uma mesma pessoa, que exerce ambos misteres. Assim acontece com a figura de que ora tratamos. Coronel da Guarda Nacional¹⁶, chefe político e dono de uma ilustração sem paralelo para os padrões locais, Marcolino também ocupava-se das atribuições típicas do doutor, apesar de a rigor não sê-lo. Assim é que:

Dissolvidas as Câmaras Municipaes, o novo governo não podia deixar de dirigir-se ao pessoal, unico competente para fazer política ordeira e liberal n'aquella zona. E mesmo quando tivesse pensado diversamente, não ha negar que nada poderia abalar e muito menos destruir a influencia e o prestigio de Estevam Marcolino e dos outros chefes do partido no districto, que procederam correcta e patrioticamente, não se arredando da direcção da política local e regional e não abandonando os interesses de seus amigos, parentes e partidários aos *adventícios*, foragidos de outras bandas á procura de collocações, prebendas e rendosas situações, em pescarias de aguas turvas [...]. (FRANCO, 1902, p. 135).

De qualquer forma, não é novidade que o elemento modernizador das cidades estivesse a cargo de homens letrados, com refinamento europeu e que, não raro, se ocupassem eles mesmos dos trâmites comerciais e judiciais oriundos dos negócios agrícolas de que eram proprietários:

[...] amiúde o fazendeiro, rei do café, era letrado, de anel de doutor enfiado no anular, prendedor de gravata de esmeralda, colete, relógio de corrente, *plastron*, bengala e chapéu de coco.

Acostumado com as lides dos negócios cafeeiros que se realizavam todos nas cidades, o fazendeiro tinha um forte viés urbano, seu cotidiano era consumido no *zafe-zafe* dos bancos e das casas comissárias, nos escritórios de despacho e na alfândega, junto aos bacharéis, quando não era o próprio doutor a cuidar de seus contenciosos na política, espaço nunca desprezado para afirmar seu prestígio e suas benesses, indispensáveis para o empreendimento.

Falava, não raro, outra língua e, vez ou outra, cometia seu soneto ou até mesmo versos livres, enfim, era um homem acabadamente urbano e viajado. Esta paisagem mental o levava a pretender para sua cidade os confortos da vida moderna, as belezas urbanas que ele vivera em Paris, Londres e Viena, que ele conhecera, naquele *fin de siècle*, como diria Machado, de vista e de chapéu. (DOIN, 2001, p. 25).

¹⁶ Marcolino tinha a patente de Coronel Comandante Superior da 9ª. Brigada da Guarda Nacional da Comarca de Patrocínio do Sapucaí (LIVROS da Guarda Nacional em Franca. Cat. 27, l. I., fls. 31-32).

A próxima cartada política do Coronel seria tornar-se membro do Conselho da Intendência de Franca, cargo de nomeação por parte do governador do Estado. Entretanto, exonerar-se-ia do cargo em 1890.

Marcolino, sabedor de seu potencial eleitoral, preparava-se para alçar vôos mais altos, concentrando-se em arregimentar os conservadores paulistas na capital¹⁷, para onde se mudara, ao mesmo tempo em que cuidaria de seu reduto, ocupando o cargo de presidente da Câmara patrocínense pela primeira vez, no triênio 1892/1894. (MATOS; COSTA, 1986, p. 189). Na ocasião, encaminharia a seguinte carta aos francanos:

Cidadãos,

Tendo fixado minha residencia nesta Capital, vejo-me forçado a pedir minha exoneração do cargo de membro do Conselho da Intendencia dessa Cidade, o que faço nesta mesma data, em officio dirigido ao honrado governador do Estado.

Dóe-me, confesso, dóe-me cruciantemente abandonar a terra que me viu nascer e os amigos que, em todos tempos, teem-me rodeado de estima, affecto e consideração, si bem que immerecido.

Cumpre-me, portanto, agradecer-vos, como interpretes do sentimento popular, as finezas com que teem-me cumulado, principalmente nos poucos mezes em que tive a honra de desempenhar, conjunctamente convosco, o espinhoso encargo de Intendente Municipal, na quadra anormal que atravessamos.

Onde quer que a sorte me lance e me chamem os interesses da vida estarei sempre prompto a cunprir as vossas ordens e solicito em defender, por todos os meios licitos (ilegível) as minhas mais ternas e duradouras afeições.

Aqui ou lá, de perto ou de longe, continuarei a ser o que sempre fui: um francano amigo dos seus Amigos, um filho que estremece o torrão natal, um soldado entusiasta de seu progresso e bem estar. Nestas condições seja-me lícito mandar-vos as minhas entusiasticas felicitações pelos valiosos e incontaveis melhoramentos que já implantastes em nossa localidade, no período tão curto mas tão fecundo de vossa patriótica administração.

Saude e Fraternidade.

(a) – Estevam Marcolino de Figueiredo

Aos ilustres

Cidadãos, Cel. (VILA FRANCA, 1962, p. 356-357, destaque do autor).

¹⁷ Em 15 de junho de 1890, Estevam Marcolino participa da fundação do Partido Católico de São Paulo, agremiação não propriamente partidária na acepção política do termo, mas fortemente aglutinadora do pensamento conservador, em torno da qual gravitaram nomes de peso da política paulista e que mais tarde, em pleno adesismo, viriam a engrossar as fileiras do Partido Republicano Paulista a lado do próprio Marcolino. (PALMA, 1912, p. 24-25).

Nas linhas finais, Marcolino manifesta especial atenção em relação às melhorias urbanas da administração francana, as quais, sem dúvida, contaram com seu concurso enquanto membro do Conselho de Intendência. Tal interesse estaria presente de forma constante na carreira legislativa que estava por começar. No caso de Patrocínio Paulista, uma das primeiras preocupações de Estevam Marcolino foi mesmo a de consolidar politicamente o município recém-emancipado, cuidando de deixá-lo preparado para as circunstâncias em que deveria operar dentro do regime republicano, como se observa no episódio da resposta da Câmara patrocínense ao Governo Provisório, em 1889¹⁸.

Um outro posicionamento de importantes conseqüências políticas assumido por Marcolino refere-se à questão da autonomia municipal, assunto aliás em que se empenhavam várias municipalidades da região¹⁹. Na sessão de 6 de maio de 1905, como primeiro ato do segundo mandato de Estevam Marcolino como vereador em Patrocínio, a Câmara Municipal, por ele presidida, emitia a seguinte correspondência, dirigida ao Congresso Constituinte do Estado de São Paulo:

A Camara resolveu por unanimidade de votos o seguinte: Exmos. Snrs. Presidente e Membros do Congresso Constituinte do Estado. A Camara Municipal desta Cidade, em sessão ordinária de hoje, resolveu, por unanimidade de votos, adherir á representação das Câmaras Municipaes de Lorena e de Guaratinguetá, derigida ao Congresso Constituinte, ora em trabalho, protestando contra a parte do projecto (*sic*) de reforma Constitucional, apresentado pela respectiva Comissão, e no qual se vibra um golpe desapiedado na autonomia municipal. Deixa esta Camara de se alongar, por inúteis, em considerações que já foram tão proficiente e criteriosamente desenvolvidas pelas suas collegas acima citadas. Lembra, entretanto, que, se municípios há, por ignorância ou má fé, tenham abusado das regalias que o nosso Estatuto fundamental confere, consuante a índole do regimem, aos municípios, - essa excepção odiosa não justifica absolutamente o attentado que se projecta contra a autonomia municipal. Ferir o município, é ferir a própria natureza do regimem que tentamos servir: é solapar pela base o edificio que nós mesmos construimos, com tanto carinho e devotamento. O remedio contra os abusos encontramol-o facilmente em leis especiais que moderem a precipitação ou a má fé dos municípios recalcitrantes. Mas, corrigir, as faltas destes com um castigo tão rigoroso e cruel, que fere por igual os municípios bem orientados e zelosos de suas prerrogativas e o próprio regimem que nos governa, é um acto que destôa em absoluto dos honrosos precedentes do Congresso legislativo Paulista. Que outros perpetrem tão feio attentado contra a dignidade Municipal, menos o Congresso do nosso grande Estado – o precursos da Republica, o paladino imperterrito das liberdades publicas; a jóia mais refulgente da União brasileira. Confiante nas luzes, no criterio, no patriotismo e no sincero amor do Congresso Paulista, ás liberrimas instituições que filizmente nos regem, esta Camara tem a certesa de que será regeitado esse enxerto perigosíssimo e deprimente que, em má hora; se pretendeu adicionar á Constituição do Estado – e que tanto alarme e desgosto despertou em todos os municípios. Se desgraçadamente malograrem-se as nossas bem fundadas esperanças, fique ao menos consignado nos annaes do Congresso Constituinte de São Paulo que essa mutilação á nossa liberdade, autonomia e dignidade não se perpetrou sem o nosso humilde e obscuro protesto²⁰.

¹⁸ Palma (1912, p. 27-28).

¹⁹ Pereira (2005, p. 50-62).

²⁰ ACPS (lv. 02, fls. 97-99).

Com efeito, a primeira revisão da Constituição Política do Estado de São Paulo deu-se exatamente em 1905. Entre as alterações aprovadas, o novo texto reduzia uma série de prerrogativas dos municípios, impondo restrições importantes à autonomia que lhes havia sido outorgada pela Constituição de 1891²¹. Por essa razão, os vereadores patrocineses prontamente reagiram. Além do estilo do texto não deixar dúvida acerca de seu autor, não havia, entre os edis patrocineses, outro representante que conhecesse tão em profundidade os trâmites legislativos do Estado quanto o Coronel Estevam Marcolino.

Mas, concomitantemente à defesa política da autonomia municipal em consórcio com outros municípios de outras regiões paulistas, a Câmara patrocinesa ocupava-se em reforçar seu orçamento através de uma proposta de reforma, no mesmo ano, do Código de Posturas Municipais, impondo taxas, multas e expedientes diversos cuja finalidade última era preservar, através das finanças, a municipalidade ameaçada pelo texto centralizador da revisão constitucional. Além disso, este reforço financeiro serviria de esteio ao processo de modernização urbana que se acelerava sob a iniciativa de empreendedores privados²².

1.2 Público e privado na transformação urbana: modernização e sociedade

Nas cidades da nova região cafeeira sucedem-se os primeiros e inequívocos sinais de modernidade, renunciando a ruptura com a tradição e a estética coloniais, numa sanha de apagar os resquícios do atraso dos tempos monárquicos, conforme se vê em *O Capitalismo Bucaneiro*:

Com fé e vontade, pás e picaretas apagam nos vilarejos do nordeste paulista e nas cidades médias das terras do café (Campinas e Santos) os seus vestígios sociais. Praças com jardins geométricos submetem a natureza a um racionalismo de sabor *haussmanniano*, ruas têm seu traçado ordenado em quarteirões triangulares, edifícios *ecléticos* barafundam estilos, arquitetos da capital e do exterior pululam por Franca, Araraquara, Ribeirão Preto, Rio Claro, Campinas, Araxá, Santos, semeando hotéis, cassinos, sedes municipais, fóruns e câmaras, teatros e cinemas, enfrentando a poeira e as fagulhas das locomotivas pela Mogiana, pela Paulista, pela Araraquarense [...].

Assim como as capitais e o Distrito Federal, as cidades do café (Campinas, Santa Bárbara, Araraquara, Pirajuí, Ribeirão Preto, Cravinhos, Batatais, Franca) sofrem, em maior ou menor medida, *intervenções cirúrgicas* que as amoldam e disciplinam, dentro de uma concepção geometrizar e higienizadora de sotaque gaulês, amiúde antecipando-se às próprias capitais. A *caipirada* orgulhosamente civilizava-se! (DOIN, 2001, p. 12, grifo do autor).

²¹ São Paulo (1998, p. 13-14).

²² ACPS (lv. 02, fls. 121-124).

Em Patrocínio Paulista, a população aumenta consideravelmente, passando a contar com uma média – somente de 1900 a 1904 – de 9.500 habitantes, contra uma média de 6.000 habitantes de toda a década anterior²³.

Atendendo aos imperativos da modernização urbana, melhorias começam a ser feitas em Patrocínio Paulista: é concluída a construção, em 1902, do imponente primeiro edifício público, projetado para abrigar a cadeia e o fórum, graças à influência direta de Estevam Marcolino (FIGURA 1). Vale notar que tal diligência nos assuntos urbanos antecede ao próprio período republicano, remontando já aos primeiros anos do surgimento de nosso personagem na cena política sapucaense.

A cadeia velha foi construída em 1884 á custa do Governo da antiga provincia á cuja frente se achava o Conde de Parnaíba, mediante os esforços e a influencia dos Coronéis João Villela e Estevam Marcolino de Figueiredo. Hoje em dia é próprio municipal, e no rés de chão as aulas da escola municipal do sexo masculino, servindo a mesma sala escolar as vezes também de teatro. A cadeia nova que tem nos altos a sala do juri foi construída em 1902 á custa do Governo Estadual. Foram principalmente os esforços do Coronel Estevam Marcolino como deputado estadual e do atual juiz de direito Dr. Pedro Fernando Paes de Barros que levaram o Governo a esta despesa. (MATOS; COSTA, 1986, p. 15).

Em 1903, é concedida, pela Câmara Municipal, licença para a construção de um necrotério, e é instalada a primeira linha telefônica, ligando o município a Franca; no ano seguinte, cria-se um centro telefônico e inaugura-se a comunicação com Itirapuã²⁴. Entretanto, as melhorias urbanas se intensificam após a eleição da nova Câmara Municipal para o triênio de 1905 a 1907, da qual Estevam Marcolino é eleito presidente²⁵. Tendo asseguradas as condições políticas e econômicas que dariam sustentabilidade à modernização urbana que apenas se esboçava, a nova Câmara encontraria na esfera privada o impulso necessário para uma série de avanços materiais no cenário urbano, conforme se verá.

²³ O rápido crescimento demográfico que se verifica então tem suas raízes na expansão econômica gerada pela cultura do café, e se registra em todas as regiões produtoras. (CAMARGO, 1981).

²⁴ ACPS (lv. 2., fls. 31-36, 59-70).

²⁵ ACPS (lv. 2., fls. 82-84).



FIGURA 1 – Prédio da Cadeia Pública de Patrocínio Paulista, construído por influência de Estevam Marcolino

Fonte - MATOS; COSTA, 1986.

Na sessão da Câmara de 6 de maio de 1905, a mesma em que a edilidade patrocínense oficiava seu protesto em relação à limitação da autonomia municipal trazida pelo novo texto constitucional, apreciava-se a proposta que previa que o

Snr. Luiz de Grazzie propunha-se a fazer, durante o corrente exercício, todo o serviço de concerto de ruas e praças da cidade, inclusive o estivamento da rua do Sapo e do corredor da estrada que se dirige para Santa Bárbara e fazenda dos Chagas, pela quantia de 2.000\$000, cuja proposta submettia a consideração da Camara²⁶.

Da mesma forma, em 3 de novembro de 1905, “leu-se um requerimento do Capitão Firmino Rocha, commerciante desta praça, propondo-se a promover o abastecimento d’água potável para esta cidade, a sua custa, mediante a garantia de juros de 12% ao anno [...] o que foi unanimemente aprovado²⁷”.

²⁶ ACPS (lv. 2., fls. 103-104).

²⁷ ACPS (lv. 2., fls. 118-119). Esta proposição certamente foi uma ulterior e bem sucedida tentativa de implantar o melhoramento, já que o jornal “O Francano”, em sua edição de 4 de abril de 1901 publicava: “Consta-nos que a Camara Municipal desta cidade (Patrocínio do Sapucahy) contractou com o hábil engenheiro dr. Paes Leme, o abastecimento de água potavel á população, devendo esse serviço ter começo brevemente”. (O FRANCANO, 4 abr. 1901, p. 2). Não foi possível verificar esta informação nos registros da Câmara de Patrocínio Paulista, pois o primeiro volume do livro de atas, correspondente ao período aqui tratado, extraviou-se.

Ao lado destas iniciativas de particulares, acolhidas e apoiadas pela Câmara patrocinese, a edição do novo Código de Posturas Municipais procurava, além de – como já foi visto – amealhar recursos para financiar o aumento das despesas com as melhorias materiais, regular o convívio social e promover alguma urbanidade entre os cidadãos, a partir dos ideais republicanos que já neste momento se incorporavam em definitivo aos costumes e ao vocabulário da edilidade patrocinese, ainda há tão pouco ferrenhamente monarquista.

Assim, na sessão de 4 de dezembro de 1905,

A Camara Municipal de Patrocínio do Sapucahy decreta:

Art. 1º. O código de posturas municipais vigente, sancionado em 1º. de julho de 1902, continuará a vigorar com as seguintes alterações: O art. 66 Título 2º., Capítulo 3º. será redigido da forma seguinte: – “aquele que, sem licença do proprietário, ou de pessoa que legitimamente o represente, apanhar ou colher fructas ou cereaes de qualquer espécie em mattas e roças de propriedade alheia, será multado em 50\$000, ou soffrerá a pena de 8 dias de prisão. A metade da multa imposta pertencerá ao denunciante. Os paes e tutores responderão pelas faltas dos filhos menores e tutelados.”

Art. 2º. O art. 112 da secção 13ª., Título 1º. Capítulo 4º., vigorará com as seguintes alterações: “§1º. É absolutamente prohibida, durante o periodo de 1º. de Agosto a 28 de Fevereiro, a toda e qualquer pessoa, mesmo aos próprios fazendeiros em suas propriedades, a caçada de perdizes, codornas, macucos, mutuns, jacus, jaós, nanbús, urus e todas as aves congeneres. § 2º. Fóra deste periodo, só é permittida a caçada de qualquer ave do campo ou do matto, aos fazendeiros em suas propriedades, e ás pessoas que deles obtiverem auctorisação por ordem escripta, datada e assignada do proprio punho, e visadas pelo Agente Executivo. Estas ordens vigorarão somente de 1º. de Março a 30 de Julho de cada anno. § 3º. É expressamente prohibida a caçada de veados e de quaesquer animaes selvagens sem auctorisação expressa do dono da fazenda, por ordem escripta nos termos estabelecidos no § 2º. § 4º. O contraventor das disposições deste art. e seus §§ será multado em 50\$000, ou soffrerá a pena de 8 dias de prisão; cabendo ao denunciante a metade da multa estabelecida. Repondendo os paes e tutores pelas faltas dos filhos menores e tutelados. § 5º. Considera-se caçando, e ipso facto sujeita ás penas deste art. e seus §§, toda e qualquer pessoa que fôr encontrada em terras alheias munida de arma de fogo e acompanhada de cão de caça de qualquer especie.

Art. 3º. O art. 113 ficará assim redigido: “É expressamente prohibida a pesca nos rios, córregos, lagoas e tanques do municipio, servindo-se de parys, de fogos, de chiqueiros e de materias nocivas e tóxicas, como timbó, dynamite e outras. § 1º. Ninguém poderá pescar nos rios, corregos, lagôas e tanques situados em terras alheias sem ter auctorisação, por ordem escripta, datada e assignada pelo próprio punho do proprietário, e visada pelo Agente Executivo. Estas ordens vigorarão somente dentro do anno em que forem concedidas, e não isentam o pescador da obrigação restricta de avisar previamente ao proprietário todas as vezes que fôr pescar em sua propriedade. § 2º. O contraventor deste art. e seu § será multado em 50\$000, ou soffrerá a pena de 8 dias de prisão; cabendo ao denunciante metade da multa imposta. Os paes e tutores respondem ás faltas dos filhos menores e tutelados.”

Art. 4º. Ao art. 173 da secção 7ª., Título 1º. acrescenta-se: § 49 De cada usina de electricidade estabelecida em territorio do município, 200\$000.

§ 59 De cada cão perdigueiro, de raça pura ou mestiça, cujo proprietário não possua terras, 50\$000. Sendo de fazendeiro, 10\$000.

§ 60 de cada representante de casas commerciaes que fizer vendas por amostras, a commerciantes ou particulares, 20\$000. É expressamente prohibido animaes cavallares nas ruas.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara em 4 de Dezembro de 1905²⁸.

Na mesma sessão, a Comissão de Finanças da Câmara apresenta o orçamento de despesas e fixa a receita para o exercício de 1906, já prevendo melhorias como a construção do novo cemitério que, da mesma forma que outros melhoramentos urbanos desta década, ficou a cargo de particulares²⁹. Já em fevereiro, com o Coronel Marcolino reeleito como presidente da casa, a Câmara aprecia

[...] uma proposta dos Cidadãos Eliseu Cibischini e Carmo Pulha propondo-se a construir o novo cemitério municipal, que a Camara pretende construir nesta cidade, com as dimenções de cem metros em quadra com alicerce de pedras, com um metro de profundidade e meio de espeçura, com paredes de tijolos de dois metros de altura, pela quantia de 6:000\$000³⁰.

A obra seria aprovada em 2 de abril de 1906 com pequenas alterações no projeto. Na mesma sessão,

Leu-se um requerimento do Cidadão Cel. Manoel Basilio de Andrade, pedindo auctorisação para encannar para a sua casa situada nesta cidade, a agua que nasce na Rua da Tabatinga, nas proximidades da olaria do Snr. Angelo Galdini, obrigando-se o requerente a deixar livre para a servidão pública, afim de que não fiquem privadas de servirem-se della as pessoas que moram na referida Rua, a metade da água em questão³¹.

Ao final de 1906, a Câmara aprovava o orçamento para 1907, prevendo a feitura de mais melhorias urbanas. Entre elas, o novo matadouro municipal, cuja construção se autorizava no mesmo ato³². Construído o local destinado ao abate de reses, a Câmara tratou logo de propor novas alterações no Código de Posturas, visando regular tanto seu funcionamento quanto o comércio e o consumo de carnes na cidade. Dessa maneira, na sessão ordinaria de 1º. de maio de 1907,

²⁸ ACPS (lv. 2., fls. 121-123).

²⁹ ACPS (lv. 2., fls. 123-124).

³⁰ ACPS (lv. 2., fl. 135).

³¹ ACPS (lv. 2., fls. 137-138).

³² ACPS (lv. 2., fls. 147-148).

[...] a Camara Municipal de Patrocinio do Sapucahy, decreta:

Art. 1º. O codigo de posturas municipaes continúa em vigor com as seguintes alterações:

Onde convier:

Art. 2 Nenhuma rez, em caso algum, poderá ser abatida fora do matadouro. O infractor soffrerá a multa de 30\$000.

Art. 3 A mesma pena do art. anterior, soffrerá aquelle que puser á venda carne de animal bovino, morto fóra do matadouro.

Art. 4 Ninguem poderá matar gado para vender, sem previo aviso e exame do fiscal, e na falta deste do zelador do matadouro, sob pena de soffrer a multa estabelecida nos arts. anteriores.

Art. 5 Os quatros das rezes serão conduzidos em carros ou vehiculos fechados, para os açougues, e as carnes verdes serão expostas á venda, sendo os donos dos açougues obrigados a tel-os com o mais rigoroso asseio e limpeza. O infractor soffrerá a multa de 20\$000.

Art. 6 Todo aquelle que se dér esse commercio, pode fazel-a, pagando annoalmente a importância estabelecida neste art. O infractor pagará a multa de 30\$000.

Art. 7 No caso do art. o açougue, balcão, vasilhas e logares em que forem depositadas as carnes, serão conservados limpos e com todo o asseio, sob pena de multa de 20\$000.

Art. 8 Se as carnes expostas a venda forem deterioradas ou de gado morbido, a juizo de pessoas entendidas, serão as mesmas inutilizadas e o infractor soffrerá a multa de 25\$000. Se houver precedido exame do fiscal ou do zelador, estes pagarão a multa.

Art. 9 Não serão admittidos como espectadores no matadouro, crianças ou pessoas estranhas ao serviço. O zelador por falta de advertência deste art. será multado em 10\$000, e no dobro se fôr qualquer criança offendida.

Art. 10 Os instrumentos para o matadouro serão fornecidos pela intendência e ficarão sob a guarda do zelador; aquelle que os utilizar propositalmente será obrigado a repor outro igual e pagará a multa de 5\$000.

Art. 10 Os couros não poderão vir para a cidade ou açougues, senão depois de seccos, sob pena de multa de 5\$000.³³

Art. 11 O gado será abatido um dia antes daquelle que for exposta a carne á venda. Multa de 10\$000.

Regula a hygiene e os açougues:

Art. 12 Os açougues só poderão ser estabelecidos mediante as condições seguintes:

- A) Commodo largo, claro e arejado.
- B) Paredes ladrilhadas de azulejos ou aleadas até a altura de dois metros.
- C) Chão acimentado ou ladrilhado.
- D) Portas de grades de ferro.
- E) As carnes devem ser dependuradas em ganchos de ferro liso e separadas das paredes por meio de pannos asseitados.
- F) O balcão deve ser de marmure.

³³ No texto original aparecem duas vezes o termo: Art. 10.

Art. 13 As carnes devem ser conduzidas do matadouro para os açougues dentro de carros apropriados a esses serviços.

§ Unico – Esses carros devem ser fechados e podem pertencer a particulares que aluguem.

Art. 14 Fica absolutamente proibido ter-se chiqueiros, deposito ou curraes no centro da cidade, de gado vacum, capados, carneiros e cabritos e abatel-os fóra do matadouro.

§ Unico – No matadouro cobrar-se-á o imposto seguinte: De cada rez – 5\$000. De cada capado – 4\$000. De cada carneiro ou cabrito – 1\$000. A matança deverá ser concluída até as 5 horas da tarde.

Art. 15 Os infractores pagarão a multa de 50\$000 que será cobrada executivamente pela procuradoria da Camara, depois de passadas 48 horas.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário³⁴.

Nesta mesma sessão, foi lido parecer pedindo a criação de mais uma escola para o sexo feminino, em consideração ao número crescente de meninas já existente na zona urbana e em todo o município, e que se achavam destituídas de instrução, já que a única escola disponível se encontrava com suas poucas vagas completamente esgotadas. Pedia-se então a nomeação da Profa. Maria Venância Falleiros para reger a escola proposta. O pedido foi acatado e imediatamente aprovado pela Câmara patrocinese³⁵.

Com isso, em 1907 já se encontram em funcionamento três estabelecimentos de ensino em Patrocínio Paulista: a escola municipal aqui criada – que ganharia o nome de sua regente, “Professora Maria Venância Falleiros” – , destinada ao sexo feminino, e duas outras, destinadas respectivamente aos sexos masculino e feminino, como decidido em sessão extraordinária da Câmara Municipal em 1905:

Para offerecer á consideração da caza aos pareceres sob n° 8 e 9 da Comissão de instrucção publica, e relativos á representação assignada pelos cidadãos Claudiano Alves Falleiros, João Hippolito de Figueiredo, Francisco Alves Ribeiro e outros, em que pediam a nomeação da Exma. Snra. D. Maria Augusta Falleiros para o cargo de professora municipal; e relativo a indicação do Snr. Vereador Capitão Firmino Rocha sobre a nomeação do Cidadão Francisco Corrêa Soares de Mattos para igual cargo de uma nova escola do sexo masculino: assim, e como se tratava de matéria urgentemente reclamada pela opinião publica, deu-se pressa em attender aos reclamos da população do município, convocando a Camara em sessão extraordinária para ser de prompto resolvido o assumpto. Em seguida foi lido o parecer sob n° 8, da referida commissão de instrucção publica, no qual deixou de assignar o Snr. vereador Capitão Firmino Rocha, por ser o autor da indicação, opinando pela reabertura da 1ª. escola do sexo masculino desta cidade, e de que era professor o Snr. Major Antonio Corrêa de Mattos, cuja aula fora suspensa por tempo indeterminado pela Camara Municipal tranzata. Baseia a commissão o seu parecer na

³⁴ ACPS (lv. 2., fls. 155-158).

³⁵ ACPS (lv. 2., fls. 155-158).

necessidade palpável que há do estabelecimento de mais uma escola daquele sexo e daquela categoria, por haver número suficiente de alunos para frequentarem as duas aulas; acrescentando ainda o direito que assiste ao cidadão Francisco Corrêa Soares de Mattos no provimento da referida escola, pelos enestimáveis serviços prestados à instrução pública da Comarca: concluiu o parecer pela reintegração do alludido cidadão. Posto em discussão e a votos, foi aprovado unanimemente, e sem debate. Leu-se o parecer sob nº 9, da mesma comissão, opinando pelo deferimento do pedido constante da representação dos cidadãos Claudiano Alves Falleiros e outros, e emitindo largas considerações sobre o assumpto, concluiu pedindo a conservação da Exma. Sra. D. Carolina Alouysia Corrêa no cargo de professora da escola já existente, attendendo a que a população escolar do sexo feminino do município reclamava a conservação da alludida escola. Posto em discussão e a votos, foi unanimemente aprovado, sem debates; e remetidos os pareceres ao Snr. Agente Executivo para os fins de direito³⁶.

A necessidade de dotar a cidade de um sistema educacional que pudesse fazer frente à crescente demanda decorrente do aumento da população urbana, com o conseqüente aumento do número de crianças carentes de vagas no ensino público leva a municipalidade, em 1908, a requisitar ao governo do Estado a instalação de um grupo escolar na cidade. O fato alcançou tamanha repercussão que o jornal *Tribuna da Franca* publicou um comentário em cujas entrelinhas se prenuncia o destino exitoso do projeto:

Acostumados como estamos a prestar o nosso insignificante apoio a todas as boas idéias que visam o bem commum e o interesse colectivo da sociedade, não podemos por isso deixar de render os nossos applausos aos habitantes da vizinha cidade de Patrocinio do Sapucahy que, em boa hora, resolveram solicitar do governo do Estado a criação naquelle lugar de um Grupo Escolar.

Tal resolução, que representa uma necessidade palpitante, estamos certos, merecerá benevolento acolhimento do seio do legislativo paulista que tanto tem se esforçado para diffundir o mais possível a instrução, convencido certamente de que é só por esse meio que se consegue a solução dos mais complicados problemas economicos-sociaes.

Além de tudo, o favor que pretende a população da vizinha comarca não importará em pesados ônus para os cofres estadoaes, porque, segundo fomos informados, se promptifica ella em fornecer um prédio em condições para o estabelecimento do desejado Grupo Escolar.

Só da boa vontade do governo depende, pois, a instalação da alludida casa de ensino, que grandes beneficios virá prestar a não pequeno numero de creanças que, por falta de escolas, estão crescendo sem educação³⁷.

³⁶ ACPS (lv. 2., fls. 108-110). De fato, a criação do estabelecimento de ensino surtiu o efeito desejado, segundo nota publicada na imprensa francana: “Temos em mãos o resultado dos exames ultimamente procedidos na escola publica do Sapucahy ao encargo da talentosa e applicada professora, D. Maria Augusta Falleiros. Lamentando immenso que a falta de espaço nos iniba por agora de dar o resultado completo dos mesmos, não furta-nos-emos todavia ao prazer de accentuar em ligeiras linhas o esforço, tenacidade e dedicação desenvoltos pela emerita educadora da infância, a quem sinceramente apresentamos as nossas felicitações”. (CIDADE DA FRANCA, 1906, p. 2).

³⁷ Este esforço continuaria em 1909, quando se noticiava que “o secretario do interior transmittiu a camara dos deputados, o pedido para criação de escolas feito pela Camara de Patrocinio do Sapucahy”. (CIDADE DA FRANCA, 1909, p. 2).

Voltando a 1907, as atas da Câmara registram outros cometimentos importantes de ordem privada em benefício público, todos acatados pela edilidade patrocínense que, ela mesma, em algumas ocasiões, promovia, através deste ou daquele potentado, um novo empreendimento³⁸. Assim, em fevereiro, o cidadão Ceciliano de Castro peticionou aos vereadores propondo levar uma linha telefônica até a cidade de Santa Rita de Cássia, em Minas, requisitando para tanto isenção dos impostos municipais. De igual modo, em abril do mesmo ano o Capitão Francisco Custódio Faleiros, à época zelador da empresa telefônica da cidade, propôs

[...] a Camara a compra da parte que a mesma é possuidora na referida empresa, nas seguintes condições: oferece a quantia de novecentos mil reis, cujo pagamento será feito em tres prestações de 300\$000 cada uma, a primeira a seis mezes de praso, a segunda a dose meses e a terceira a desoito meses, ficando os melhoramentos e a empresa garantindo os pagamentos da divida, tendo a Camara o direito a todos os recados que tiver necessidade, e aos das auctoridades em cumprimentos de ordens referentes aos serviços, cedendo a Camara ao proponente o direito do uso, gozo e exploração da empresa dentro do municipio pelo praso de vinte e cinco annos³⁹.

Com isso, inaugurava-se em Patrocínio Paulista o primeiro caso de que se tem notícia de concessão de serviços públicos ao domínio de um particular, o que a Câmara deferiu prontamente, assim como a isenção tributária solicitada pelo particular que faria levar a linha telefônica de Patrocínio à cidade mineira.

Desde 1906, conforme nos faz saber um órgão noticioso de Franca, “cogita-se aqui (Patrocínio do Sapucahy) na fundação de uma Santa Casa de Misericórdia, achando-se á frente dessa humanitaria empreza os prestimosos e estimados cavalheiros: João Novato, João Villela dos Reis e João Evangelista da Rocha⁴⁰. Entretanto, somente no ano de 1908, após o término do triênio em que Estevam Marcolino esteve à frente da Câmara e quando se iniciava seu quarto mandato como deputado estadual, é que da criação deste estabelecimento de saúde se concretizou, sendo inaugurado aquele que seria o primeiro hospital patrocínense. A partir de iniciativa da Confraria de S. Vicente de Paulo – da qual participava ativamente Marcolino, que não poupou esforços em prol da obra – , construiu-se a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio do Sapucahy que, conforme informava a imprensa, estava sediada em prédio espaçoso, confortável e bem mobiliado⁴¹. Com a intervenção do Coronel Estevam, foi

³⁸ Cidade da Franca (1909, p. 33).

³⁹ ACPS (lv. 2., fls. 150-154).

⁴⁰ Cidade da Franca (1906, p. 2).

⁴¹ Tribuna da Franca (1908, p. 1).

conseguida uma visita à instituição por parte do inspetor sanitário do distrito, além da verba no orçamento estadual com que o nosocômio foi contemplado (MATOS, 1986, p. 228). Cinco anos depois, a instituição seria ampliada, com a construção de um novo prédio destinado aos “desvalidos e tuberculosos⁴²”.

Sennet (1997) aponta, como corolários da modernidade, a abertura de novas vias de transporte e de comunicação, facilitando a interação do indivíduo com o mundo, e as trocas daí decorrentes. Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, em *Cidades capitais do século XIX* (SALGUEIRO, 2001, p. 11), a importância da inserção das cidades modernas numa malha viária ou – no sentido mais lato empregado por Milton Santos (SANTOS, 2004, p. 19) – em redes, é que garante a livre fluência dos indivíduos rumo a centros referenciais de intercâmbio econômico e cultural. Tal necessidade não implica somente na busca de eventuais recursos ausentes nas próprias cidades; antes, assegura sua inclusão em um mundo que precisa ser cada vez mais permeável à circulação e à comunicação. Esta necessidade, nas cidades inscritas na representação simbólica da modernidade trazida pelo século XX, concretiza-se pelo avanço da comunicação falada e escrita – com a disseminação do uso do telefone e o contínuo desenvolvimento da imprensa, chegando a um número cada vez maior de leitores – e dos meios de transporte, através das ferrovias, do automóvel e do acompanhamento interessado das ainda incipientes experiências com a aviação na Europa.

Ao final de 1909, Estevam Marcolino apresentava projeto solicitando uma verba de dois contos de réis para a conservação da estrada que “vae da Franca a Santa Rita de Cássia, passando por Patrocínio do Sapucahy⁴³”. Em 1911, João Alberto de Faria manifesta a intenção de construir uma estrada de ferro partindo de Franca até a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, passando por Patrocínio Paulista⁴⁴. As câmaras municipais de Patrocínio Paulista⁴⁵ e de Franca aprovaram a concessão, foi feita uma bem sucedida subscrição de capital para o empreendimento e a Companhia Mogiana prontamente franqueou seu apoio e auxílio ao projeto, por considerá-lo de benefício público. Além disso, a idéia rapidamente arrebanhou forte apoio popular, embalada por uma entusiasmada participação da imprensa francana. Vieram engenheiros e técnicos, visitaram-se as principais localidades a

⁴² Cidade da Franca (1913, p. 2).

⁴³ Tribuna da Franca (1909, p. 1).

⁴⁴ ACPS (lv. 3, fls. 39-40).

⁴⁵ ACPS (lv. 3, fls. 40-42).

serem assistidas pela linha férrea, acolheram-se novas sugestões para a melhoria do traçado⁴⁶. Os entendimentos com a Mogiana estenderam-se até 1912, quando se tratou de buscar uma solução definitiva para a questão, da qual participou Estevam Marcolino. Em Campinas, ele e outros nomes de destaque da política patrocínense e o próprio João Alberto de Faria buscariam uma solução em uma reunião com a diretoria daquela empresa⁴⁷. Entretanto, apesar de todas as iniciativas e denodados esforços dos envolvidos, a colaboração da Mogiana não se concretizou, inviabilizando o empreendimento. Sem se abater com o malogro do projeto, João Alberto de Faria, amparado pelas concessões outorgadas sem dificuldades pelas câmaras municipais de Franca e Patrocínio Paulista e aliado a outros sócios, fundam, no ano seguinte, uma empresa de transporte de passageiros e carga com itinerário de Franca à Fazenda da Mata⁴⁸, com paradas em Patrocínio e Itirapuã e dotada de uma estação para abrigo dos passageiros e recebimento das cargas em Patrocínio Paulista. Diante da inexistência de estrada que comportasse trânsito de automóvel, os empreendedores mandaram construí-la (MATOS; COSTA, 1986, p. 98). Em 20 de abril de 1913, os automóveis da companhia entravam pela primeira vez na área urbana, cercados por diversas festividades em comemoração a este feito inédito⁴⁹.

Na concepção de Habermas, para que se chegasse a esta possibilidade de associação entre o que é da ordem do privado ao que é da ordem do público, foram necessários séculos de amadurecimento político e de reconhecimento da particularidade destas duas esferas: a privada e a pública. Primariamente, a esfera privada, restrita ao domínio familiar e patriarcal, ficava excluída do cenário onde aconteciam as trocas, o intercâmbio, a discussão – inclusive em nível literário: a esfera pública. Com o aparecimento de novos modos de produção em que já não era possível manter a polarização entre estas duas esferas, e da conseqüente mediatização do que ele chama de “esfera pública burguesa”, a sociedade economicamente estruturada, ou *capitalistamente organizada*, passa a admitir que, em determinadas circunstâncias, que sejam do interesse comum de ambas as esferas, privado e público se

⁴⁶ Tribuna da Franca (20 ago. 1911, p. 1; 5 out. 1911, p. 1; 8 out. 1911, p. 1; 9 nov. 1911, p. 1; 15 nov. 1911, p. 2; 3 dez. 1911, p. 2-3) - Cidade da Franca (17 set. 1911, p. 2; 5 nov. 1911, p. 2; 9 nov. 1911, p. 2).

⁴⁷ Cidade da Franca (1912, p. 2).

⁴⁸ A Fazenda da Mata ficava na região limítrofe entre São Paulo e Minas Gerais.

⁴⁹ Há que se observar, aqui, que iniciativa semelhante já tinha sido tentada antes pelos empreendedores Francisco Cunha e Dario Barbosa, que requereram à Câmara patrocínense, em 3 de setembro de 1912, a concessão para exploração no município, durante 20 anos, de uma linha de transporte de mercadorias e passageiros por meio de automóveis com isenção dos impostos devidos à municipalidade durante o período, o que foi prontamente aprovado pelos vereadores. Entretanto, o serviço viria a se concretizar somente sete meses depois, com a associação de Francisco Cunha e Dario Barbosa a João Alberto de Faria, formando a firma Cunha, Barbosa, Alberto e Companhia, operadora da concessão. (ACPS, lv. 3, fls. 52-54).

interajam em mútuo benefício. Com a regulamentação jurídica pós-iluminista e a consolidação da opinião pública como uma referência fundamental para a sociedade, o direito e a participação política representativa passam a nortear o relacionamento público-privado. Isto equivale a dizer que, estabelecidas as regras do intercâmbio de mercadorias – que, obviamente, podem ser entendidas também como prestação de serviços de qualquer espécie, inclusive serviços públicos, desde que se aceite a máxima marxiana de que no capitalismo tudo é passível de transformação em mercadoria – e que estas estejam sob a fiscalização do “grande público” mediante sua presença em sistema político representativo que funcione em conformidade com os cânones do Direito e de uma racionalidade reguladora, uma *ratio* que se imponha a uma *voluntas*, está o sistema legitimado, e portanto pronto a operar dentro da lógica capitalista moderna. Quanto ao seu mecanismo de funcionamento, diz Habermas:

De acordo com a concepção que a sociedade burguesa tem de si mesma, o sistema da livre-concorrência pode regular a si mesmo; sim, mas só com o pressuposto de que nenhuma instância extra-econômica intervenha no processo de trocas é que ele promete funcionar no sentido do bem-estar de todos e respeitar uma justiça de acordo com o critério da eficiência individual. Tal sociedade determinada apenas pelas leis do mercado-livre se apresenta não só como uma esfera livre de dominação, mas sobretudo como sendo livre de poder; o poderio econômico de qualquer proprietário de mercadorias é concebido dentro de uma escala em que ele não pode ter nenhuma influência sobre o mecanismo dos preços e, em decorrência disso, jamais pode tornar-se efetivo como poder sobre outros donos de mercadorias. Ele permaneceria, portanto, submetido à decisão do mercado – onde a força estaria ausente – e que acabaria resultando anônimo e, de certo modo, autônomo em relação ao processo de trocas. Nesta direção de uma esfera privada tendencialmente neutra quanto à força e emancipada quanto à dominação é que as garantias jurídicas apontam a sua constituição econômica básica. As garantias jurídicas, ou seja, vincular as funções do Estado a normas gerais, protegem, junto com as liberdades codificadas no sistema do Direito Privado burguês, a ordem do “mercado-livre”. Intervenções estatais sem autorização através de uma lei não são, da perspectiva de seu sentido sociológico, primariamente condenáveis por ferirem princípios de justiça estatuídos por Direito Natural, mas simplesmente porque seriam imprevisíveis e, por isso, quebrariam a espécie e a extensão de racionalidade que há no interesse das pessoas privadas operando capitalistamente. [...] A própria lei, a que o Executivo e a Justiça precisam se ater, tem de ser igualmente obrigatória para todos: não deve, em princípio, permitir nenhuma dispensa ou privilégio. Nisso as leis do Estado correspondem às leis do mercado: ambas não permitem exceções ao cidadão nem à pessoa privada. Elas são objetivas, ou seja, não podem ser manipuladas por indivíduos (o preço escapa à influência de cada proprietário individual de mercadorias); elas não são endereçadas a determinados indivíduos (o mercado livre proíbe convenções particulares). (HABERMAS, 2003, p. 99-100, destaque do autor).

Esse impulso modernizador que tomava conta da cidade não passava despercebido à população e tampouco à imprensa, que tratava de capitalizar as melhorias urbanas em favor desta ou daquela corrente, ao sabor das conveniências políticas. Independentemente de tais

inclinações de interesse político, o que se mantém de unânime é que o progresso campeava pela antes acanhada e mesquinha cidade, que recebia entusiasmada

[...] diversos melhoramentos locais, isto é, concertos de pontes, de estradas de rodagem e de ruas damnificadas pelos pesados e morosos carros de bois.

Já não se vêem mais, vagando pelas ruas da cidade, a canzoada, que antes aggreiam os incautos transeuntes.

O matadouro acaba de passar por uma completa reforma higienica – antes era pouco asseado e somente vizitado pelos açougueiros, que levavam umas rezes magras para matarem – e isto sem nenhuma fiscalisação.

Hoje, felizmente, tem se mudado tudo, ou, melhor, tudo está *nos seus eixos* [...] ⁵⁰.

Da mesma forma, as notas dos jornais francanos, obviamente dirigidos os membros das elites regionais, são bastante ilustrativas do movimento que se processava no seio de uma sociedade que se urbanizava e se modernizava cada vez mais rapidamente, ufanando-se de sua nova condição social e material:

Nesta pequena e pitoresca cidade, centro de importante municipio cafeeiro e muitas outras industrias ainda não exploradas, é grato notar-se que os seus habitantes, principalmente a mocidade, não poupam esforços em acoroçoar o seu progresso moral, economico e material. Os tempos são outros; a rotina do passado não mais pode servir aos actuaes habitantes de Sapucahy, sedentos de aperfeiçoamento em todos os departamentos da lucta social ⁵¹.

Neste momento, em que campeia tanto entusiasmo, um importante segmento ligado à comunicação e de tradicional respeitabilidade desde os tempos imperiais, os correios, mostram irrefutáveis sinais de falência, conforme notícia detalhada publicada na “Tribuna da Franca”. Os correios no Estado de São Paulo, especialmente, encontravam-se, então, em um tal estado de carência que a situação chamava a atenção dos meios de opinião pública, que requeriam providências por parte das autoridades. Estevam Marcolino teve então um papel decisivo na questão, porquanto na condição de deputado federal e conhecedor do problema, tratou de se empenhar junto ao governo federal no sentido de um maior provimento de verbas visando à melhoria do serviço em todo o Estado:

Para as nossas columnas trasladamos do nosso presado confrade *Commercio de S. Paulo*, as linhas que se seguem, relativamente ao serviço postal deste Estado e pelos quaees deixam bem patente o quanto tem se empenhado por esse ramo da administração publica, o illustre deputado federal Cel. Estevam Marcolino.

⁵⁰ Cidade da Franca (1912, p. 2, grifo do autor).

⁵¹ Cidade da Franca (1913, p. 2).

S. s, tomando em consideração as justas reclamações da imprensa não tardou em providenciar para que a reforma desse serviço seja em breve uma realidade.

Assim sendo, a esse illustre representante do povo no Congresso Federal, o nosso Estado vae dever mais esse extraordinario melhoramento, – a remodelação de seu serviço postal.

‘*O Commercio de S. Paulo*, numa serie de artigos, analysou há mezes, minuciosamente, a situação deploravel do nosso serviço postal, apontando os seus erros, as suas lacunas, as suas irregularidades e os meios de acudir aos justos reclamos do publico.

As palavras desta folha despertaram felizmente a attenção de um digno e estimado representante paulista na Camara Federal, a cujos esforços se deverá dentro em breve a transformação da administração dos correios deste Estado.

Foi o acatado republicano coronel Estevam Marcolino que, tomando em consideração os nossos reparos, verificou o seu absoluto fundamento, dirigindo-se aos chefes da politica nacional, dos quaes reclamou, com empenho, providencias para a cessação do presente estado de cousas.

Posto em contacto com o coronel Ernesto Lyrio de Siqueira, director geral dos Correios, homem de superior criterio e orientação intelligente, nelle encontrou a melhor boa vontade e com elle combinou as medidas necessarias para satisfazer ás exigencias dos nosso notável desenvolvimento e ás queixas do publico, tão fundamente prejudicado pelas insuficiencias e defeitos do serviço postal.

Graças a essa utilissima intervenção, o Congresso Nacional votou uma verba de mil contos para melhorias nos correios, sendo essa quantia exclusivamente destinada pelo coronel Lyrio de Siqueira á directoria geral e á administração de S. Paulo.

Para este Estado serão nomeados, sem demora, mais 180 funcionários de differentes categorias e dentro de pouco tempo virá a esta capital uma commissão da directoria geral, afim de estudar quaes os melhoramentos mais urgentes a introduzirem-se na repartição paulista.

Em relatorio, essa commissão dará conta detalhada de sua incumbencia e a directoria tratará immediatamente de realizar os aperfeiçoamentos recommendados.

Registrando com desvanecimento a attenção que mereceram os nossos artigos, damos parabens ao coronel Estevam Marcolino pelo exito dos seus esforços e á população de S. Paulo pela regularisação de um serviço, cujo desmantelamento não condizia absolutamente com o progresso e a cultura deste Estado’⁵².

Festejado pelo órgão republicano como o autor privilegiado do movimento que propiciou as reformas tão reclamadas, Marcolino, entretanto, manteve-se anônimo quando, no mesmo ano de 1913, a agência postal de Patrocínio Paulista ganhou novas instalações, sendo contemplada com um novo prédio, mais a contento de suas crescentes necessidades. Naturalmente, os fatos estão intimamente relacionados, mas aqui mais uma vez manifesta-se a mão oculta do coronel.

⁵² Tribuna da Franca (1913, p. 1, grifo do autor).

Sevcenko (1992), ao se debruçar sobre as transformações urbanas na São Paulo na década de 20 – em sua explosão de crescimento e urbanização –, remonta à história de Orfeu, herói da mitologia grega louvado como o celebrante da música, da exaltação e do êxtase coletivo, usando as imagens dos rituais órficos como um emblema. Destaca, dessa forma, o impacto das novas tecnologias nos processos de metropolização, e o apelo aos sentidos e a aceleração do ritmo de vida transformados em experiência sensorial são agora expostos numa pletora de novas sensações vivenciadas sem a referência do passado, porquanto novíssimas e sem similaridade conhecida. Esse frêmito de velocidade se transpõe para os corpos e as mentes por meio de uma miríade de celebrações físicas e míticas no espaço público, das quais o cinema constitui o representante por excelência, uma vez que a combinação entre imagem e significado remete à nova dinâmica nascida com a *belle époque*. O mundo, mais do que percebido, deve ser sentido de acordo com matrizes individuais de percepção, inaugurando a significação de individualidade que viria a ser a precursora da chamada “modernidade líquida” descrita por Bauman, ao se referir à sua capacidade de penetração em todos os espaços (BAUMAN, 2001).

No início de 1913, publicava-se o edital de concorrência para a iluminação pública elétrica da cidade⁵³ e, em 15 de agosto de 1914, inaugurava-se o fornecimento da luz elétrica em Patrocínio Paulista⁵⁴, em meio a festejos que, por diversos dias, ocuparam as páginas dos jornais francanos⁵⁵. Um desses registros permite-nos compartilhar um pouco do esplendor desses dias:

Com brilhantismo e pomposidade excepcionaes realizaram-se em 15 do corrente as festas promovidas pela Camara Municipal em homenagem á inauguração da luz electrica nesta cidade. Não só nas vésperas, como no dia que se lhe seguiu, innumeras familias e pessoas gradas desta e de outras comarcas circumvisinhas, chegaram em automoveis para assistirem ao importante melhoramento de que Sapucahy ia ser dotado.

[...] Acompanhada de grande massa popular a banda ‘Sete de Setembro’ percorreu em passeata civica as principaes ruas da cidade, fazendo ponto final no corêto do Largo da Matriz, onde deu um concerto magistral. Seguiu-se a inauguração do cinema ‘Sete de Setembro’, de propriedade de Radesca e Cia., cujos filmes escolhidos agradaram aos innumeros espectadores.

O baile no salão nobre do Paço Municipal foi a nota chic que fechou com chave de ouro a esplendida festa, deixando após si um rastro de luz e de saudades⁵⁶.

⁵³ Tribuna da Franca (1913, p. 2).

⁵⁴ ACPS (lv. 3, fl. 85).

⁵⁵ Tribuna da Franca (13 ago. 1914, p. 1; 15 ago. 1914, p. 1; 20 ago. 1914, p. 1).

⁵⁶ Tribuna da Franca (1914, p. 1-2, destaque do autor).

Como se vê, simultaneamente à inauguração da luz elétrica em Patrocínio, acontecia a primeira experiência com o cinema. Após a inauguração, as sessões eram realizadas com costumeira frequência, sendo as exhibições cercadas de grande expectativa, ocasião em que a população acorria ansiosa ao cinema, não como meros assistentes passivos da fita, mas como co-autores de um processo de integração social assistido por uma tecnologia que seduzia mais pela novidade do que puramente pelo senso estético. A música, nestes momentos, ocupava lugar de destaque, com músicos que, individualmente, animavam as sessões tocando peças apropriadas para o acompanhamento da fita, ou ainda por meio de conjuntos musicais ou pequenas orquestras formadas por músicos patrocínenses ou vindos de localidades vizinhas (MATOS; COSTA, 1986, p. 51), como se vê na FIGURA 2.

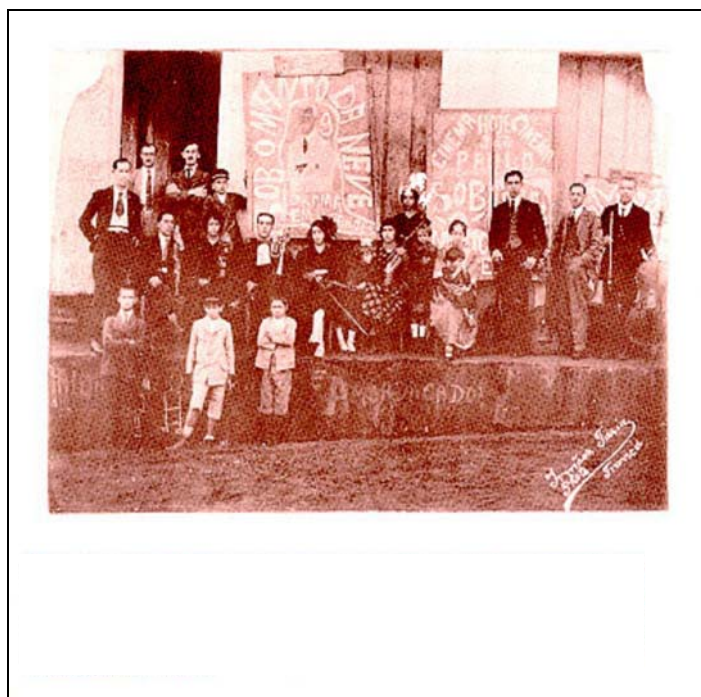


FIGURA 2 – Músicos posam à frente do cinema de Patrocínio Paulista
Fonte – MATOS; COSTA, 1986.

Mas não era somente no cinema que a música se mostrava como uma das mais fortes expressões da cultura urbana que se descortinava. Como se viu por ocasião da inauguração da iluminação elétrica, a banda de música – que se tornaria um verdadeiro símbolo da sociabilidade e da cultura urbana do interior paulista – encontraria em Patrocínio lugar de destaque por décadas. No momento em que assistimos a todos estes acontecimentos, é a “Banda Sete de Setembro” que ocupa o lugar de destaque. Presente em todas as ocasiões cívicas de significado para a cidade e marcando ao ritmo de seus instrumentos a um novo significado cultural peculiar à modernidade,

este agrupamento musical foi, no caso patrocinese, formado com a ajuda da Câmara Municipal, mediante a condição de que se dispusesse a “tocar gratuitamente nos dias de Festas Publicas de accordo com seu requerimento”.⁵⁷

Coroando o período aqui estudado, é inaugurada, em 27 de setembro de 1914, na praça central da cidade (que, em 1921, herdaria o nome do Coronel Estevam Marcolino) um novo jardim público, o “Jardim da Luz”, transpondo várias características do modelo da *belle époque*. Cabe aqui uma reflexão sobre a denominação dada ao espaço público mais importante da cidade, “Jardim da Luz”, já que ela sugere de imediato tanto uma referência ao logradouro homônimo da capital como uma doce alusão aos jardins parisienses. Em qualquer das hipóteses, das quais a primeira parece a mais provável, a denominação teve o poder de remeter o imaginário da população a uma referência externa de maior amplitude, de algum modo emblemática de paradigmas muito vívidos da modernidade, pois os patrocineses pareciam não vincular esse nome à sua real origem, isto é, uma homenagem a um militar patrocinese, o Coronel Antônio Batista da Luz⁵⁸.

Prova disso é que a própria Câmara, em 2 de janeiro de 1915, tratou de mudar o nome anterior para “Jardim Coronel Batista da Luz⁵⁹”. (FIGURA 3).

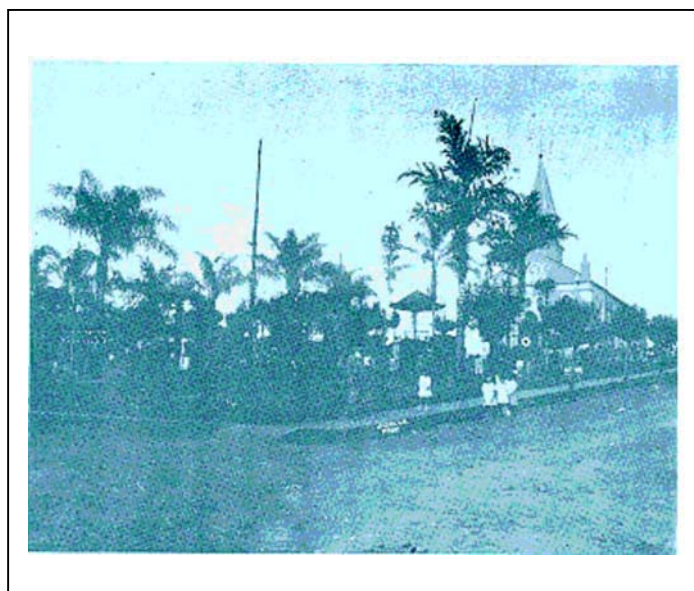


FIGURA 3 – O Jardim “Coronel Batista da Luz”.

Fonte – MATOS; COSTA, 1986.

⁵⁷ ACPS (lv. 3, fls. 34-37).

⁵⁸ ACPS (lv. 3, fls. 87-88).

⁵⁹ ACPS (lv. 3, fls. 92-93).

De qualquer forma, esta apropriação de um modelo externo para a criação do novo já ocorria em Patrocínio Paulista desde muito antes, como indica o desenho do Largo Municipal, quarteirão triangular com inspiração no traçado das novas avenidas abertas em Paris na segunda metade do século XIX, quando da reforma da cidade pelo prefeito nomeado para esse fim, o Barão Haussmann. (SALGUEIRO, 2001) (FIGURA 4). A verdadeira febre de produtos franceses que dominou as cidades brasileiras no início do século XX, examinada em detalhe por Jeffrey D. Needell em *Belle époque tropical* ao tratar do Rio de Janeiro (NEEDELL, 1993), encontra paralelo em Patrocínio Paulista pela aparição, no ainda acanhado comércio da cidade da virada do século, de artigos franceses à disposição dos refinados clientes. (MATOS; COSTA, 1986, p. 244-245).



FIGURA 4 – Praça pública em formato triangular de inspiração hausmanniana.

Fonte – MATOS; COSTA, 1986.

**CAPÍTULO 2 CARREIRA PARLAMENTAR: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE
ESTEVAM MARCOLINO**

A atuação política de Estevam Marcolino se distingue por duas características principais, naquilo que se refere à sua relação com a modernização urbana patrocínense: primeiramente pela habilidade de articulação com todos os setores da vida pública municipal e estadual – de forma plena e contínua – , conseguindo reunir, em torno dos projetos de modernização urbana em tramitação pela Câmara Municipal, tanto os elementos mais conservadores quanto os personagens de perfil político mais liberal; em segundo lugar, por lograr tal articulação através de uma presença que, embora totalizante – é possível vê-lo ocupando os postos mais importantes na política e na organização social locais – , prima pela não-intervenção direta nos assuntos da administração pública.

O papel desempenhado por Marcolino foi, na verdade, de um fomentador e facilitador da atuação da esfera privada nas iniciativas de modernização urbana de Patrocínio Paulista. Na Câmara patrocínense, liderava a maioria em torno dos projetos de interesse público nas ações de saneamento e melhoramentos urbanos. Na sociedade, emprestava sua reputação de autoridade em evidência para catalisar uma sociabilidade renovada através de hábitos, objetos e significados de coloração urbana, referenciados em modelos franceses, estabelecendo uma nova relação de complementaridade com uma cultura rural cujo epicentro era a sociabilidade de origem religiosa.

No Congresso do Estado de São Paulo, fez da articulação política um instrumento que lhe permitiu amealhar apoio – e votos – para seus quatro mandatos como deputado estadual, prolongando sua condição de apoiador político em instância superior. Uma vez estabelecido em cada uma dessas legislaturas, preparou o terreno para que as solicitações e demandas de sua cidade, a cargo de seus pares no legislativo municipal, fossem prontamente atendidas, num contexto político de autonomia municipal restrita e cada vez mais dependente do bom relacionamento com o governo estadual. Como deputado paulista, compôs com a bancada do Estado para a defesa de assuntos de interesse regional, procurando fortalecer a representação dos produtores cafeeiros, mas em tais condições é difícil estabelecer uma relação imediata entre seu papel na bancada paulista, seu relacionamento com Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca e as modestas aspirações modernizantes de um pequeno município. De qualquer forma, este mandato, se não trouxe benefícios adicionais para a cidade, serviu para reforçar ainda mais o papel no Coronel Estevam enquanto ator político na inserção de Patrocínio Paulista na modernidade.

Conservador de origem – portanto monarquista –, na República abraçou o adesismo republicano sem restrições, percebendo o imenso horizonte de oportunidades que se abriam à sua frente, qualificado que era para estar no mundo da alta política: proprietário de terras, letrado e habilidoso nos círculos sociais, além de ter acumulado considerável experiência política, Marcolino sabia que era uma promessa num terreno em que os competidores à sua altura eram poucos. Uma vez nas hostes da República, em pleno PRP, foi um dos líderes da dissidência do partido, por sabiamente perceber que ampliaria seu espaço de manobra com esta decisão; com isso, tornou-se reconhecido e respeitado nas mais diversas cidades paulistas, arrebanhando adeptos até mesmo entre os antigos companheiros conservadores dos tempos áureos do adesismo.

Na Câmara Federal, Estevam Marcolino dedicou-se à “grande política”. Aliado de primeira hora das propostas identificadas como conservadoras e militaristas, garantiu a necessária sobrevivência do seu mandato após uma eleição difícil e desacreditada. Astuto, repudiou o civilismo que costumava entusiasmar homens instruídos como ele, mas sem seu tino político. Feito deputado enfrentou, mesmo antes de sua posse, o constrangimento de ir à tribuna defender-se de uma contestação eleitoral. Tendo sido legitimado seu mandato, valeu-se de sua capacidade de articulação para aproximar-se das figuras mais poderosas do país, com cujo apoio defendeu os interesses do Estado de São Paulo na Câmara. Mas o mandato do nosso coronel teve também os seus paradoxos. Enquanto se fortalecia politicamente, dividindo espaço com homens de alta representatividade, emprestava seu apoio a projetos de pouca monta, possivelmente para continuar se nutrindo politicamente da reciprocidade de seus obscuros autores.

Este capítulo percorrerá a trajetória legislativa de Estevam Marcolino, lançando luz sobre as relações e conexões realizadas nas esferas políticas de abrangência regional, estadual e federal, as quais possibilitaram sua afirmação enquanto representante público e sua permanência nos círculos do poder durante toda a carreira política. A análise da forma tomada por estas articulações nos encaminhará à compreensão de como elas contribuíram para que, em nível regional e local, se desenvolvessem e consolidassem as facções políticas com que o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo se identificou e as quais, conseqüentemente, apoiou, proporcionando o entendimento das oportunidades tornadas possíveis a partir destas alianças.

Inicialmente, revisitaremos a instigante proposta de modernidade embutida nas ações políticas de nosso personagem, que nos remeterá ao modelo de como os privilegiados legisladores brasileiros operavam a política no momento histórico de que aqui nos ocupamos. Se tivermos em mente o contexto do frágil equilíbrio em que se apoiavam as recentes instituições republicanas, o estabelecimento, por parte dos políticos, de pactos fortes era um diferencial importante, e Marcolino mostrou-se competente tanto para firmar tais acordos e como para deles tirar o necessário proveito.

2.1 A política como instrumento da modernidade

A atuação do Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo como deputado inicia-se em 1895, quando é eleito para a 3^a. Legislatura da Câmara dos Deputados do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo (1895 / 1897). Nessa eleição, amealhou 30.209 votos. Terminado o mandato, Marcolino se elege para a 4^a. Legislatura (1898 / 1900), totalizando desta vez 32.151 votos. Segue-se nova eleição para a 5^a. Legislatura (1901 / 1903), com um resultado final de 23.903 votos. Com um intervalo de uma legislatura, inicia-se então o último mandato do Coronel Estevam como deputado estadual, na 7^a. legislatura (1907 / 1909), desta vez pelo 10^o. Distrito, com 3.309 votos. Em todos os mandatos, elegeu-se pelo PRP⁶⁰. No Quadro 1 abaixo, apresentamos a seqüência dos mandatos estaduais e o número de votos obtidos para a eleição em cada um deles.

Marcolino gozava de incontestável prestígio eleitoral em sua zona, o que lhe rendeu os votos necessários às suas investidas políticas até o final de sua carreira. Numa época em que o exercício dos direitos políticos ainda era coisa para poucos, o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo quase sempre encabeçava as listas eleitorais. A princípio elegendo-se com maior folga, com a entrada em cena de novos candidatos e com as cisões entre os representantes tradicionais já eleitos, esta vantagem tornou-se menor, mas permanecia suficiente para assegurar uma cadeira no legislativo estadual ou federal. Exemplo disso é sua eleição para deputado estadual para o mandato 1901/1903, quando obteve, somente na cidade de Franca, o total de 209 votos, 10 a mais que o segundo colocado. À primeira vista a diferença pode parecer pequena, mas se considerarmos que, dos 27 candidatos mais sufragados, nenhum obteve menos do que 192 votos, poderemos ter uma idéia da justiça destas eleições⁶¹.

⁶⁰ São Paulo (1998, p. 85-89).

⁶¹ Tribuna da Franca (1901, p. 4).

LEGISLATURA	PERÍODO	VOTOS	DISTRITO	PARTIDO
3ª. Legislatura	1895 / 1897	30.209	9º. Distrito	PRP
4ª. Legislatura	1898 / 1900	32.151	9º. Distrito	PRP
5ª. Legislatura	1901 / 1903	23.903	9º. Distrito	PRP
7ª. Legislatura	1907 / 1909	3.309	10º. Distrito	PRP

QUADRO 1 - Mandatos de Estevam Marcolino como Deputado Estadual

Fonte - SÃO PAULO, 1998.

Também na Câmara de Patrocínio Paulista, onde o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo alterna os mandatos de vereador e de deputado, ocupando a presidência da casa nos triênios 1892 / 1894 (MATOS; COSTA, 1986), 1905 / 1907 e 1911 / 1913⁶², pode-se verificar a supremacia eleitoral que de que nosso personagem e seus correligionários desfrutavam. Mesmo com Estevam Marcolino tendo sido eleito para a Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo em 1901 – estando portanto afastado das eleições municipais –, seus colegas conservadores arrebanharam a totalidade dos votos para a Câmara Municipal, conforme nos informa *O Francano* de 21 de dezembro de 1901: “Em Patrocínio do Sapucahy os governistas fizeram a Camara unânime e bem assim os juizes de paz, tendo a dissidencia abandonado as urnas⁶³”.

Procedimento bastante usual durante a Primeira República – exatamente porque o representante precisava estar próximo de suas bases eleitorais, prerrogativa imprescindível no voto distrital –, os políticos às vezes ocupavam, simultaneamente, uma cadeira de vereador na cidade de origem ao mesmo tempo em que se cumpriam seus mandatos estaduais ou federais. Ao analisar a composição da Câmara de Batatais, Robson Mendonça Pereira constata essa realidade, e chama atenção para

[...] o fato de o Congresso do Estado, e principalmente a Câmara dos Deputados, serem compostos sempre, em grande maioria, por homens estreitamente ligados à vida de uma cidade ou de várias delas, do distrito eleitoral a que pertenciam, ocupando com freqüência simultaneamente um lugar de vereador. (PEREIRA, 2005, p. 71).

⁶² ACPS (lv. 2, fls. 78-84; lv. 3, fls. 22-26).

⁶³ O Francano (1901, p. 1).

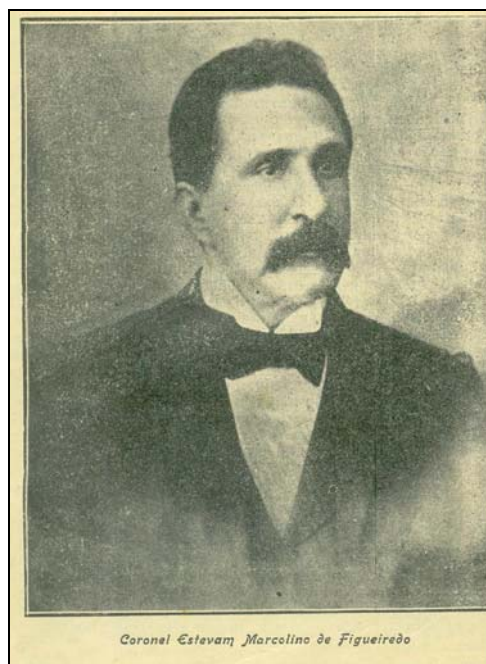


FIGURA 5 – O deputado estadual Coronel Estevam Marcolino
 Fonte - PALMA, 1913.

No QUADRO 2 pode-se comparar como, mesmo em uma prolífica carreira política como a de Estevam Marcolino, era possível ao nosso personagem permanecer muito próximo de sua base eleitoral, através do exercício de mandatos de vereador.

MANDATO	PERÍODO
Vereador	1892 / 1894
Deputado Estadual	1895 / 1897
Deputado Estadual	1898 / 1900
Deputado Estadual	1901 / 1903
Vereador	1905 / 1907
Deputado Estadual	1907 / 1909
Vereador	1911 / 1913
Deputado Federal	1912 / 1914

QUADRO 2 – Mandatos legislativos de Estevam Marcolino
 Fonte - MATOS; COSTA, 1986; SÃO PAULO, 1998; BRASIL, [19--].

No primeiro mandato estadual de Marcolino, em 1895, evidencia-se uma importante preocupação com vistas à consolidação da autonomia política municipal patrocinese⁶⁴: a questão da demarcação das divisas, conforme pronunciamento proferido em justificativa a projeto apresentado à Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo:

Sr. Presidente, já o período normal da presente legislatura começa a sumir-se na penumbra de seu declínio; já cerca de sessenta sessões deste Congresso escoaram-se na ampulheta incorruptível do tempo, e entretanto o humilde representante do Estado (*não apoiados*) de S. Paulo que ousa neste momento tomar a preciosa atenção de seus honrados collegas uma palavra sequer dedicou ainda á localidade que mais directamente o mandou a esta Camara.

Grave injustiça, feia ingratidão por certo, determinadas antes pelo meu natural acanhamento do que por indesculpável descuido, inadmissível aliás para quem conheça os extremos de dedicação que voto ao meu caro torrão natal.

Felizmente, opportuno ensejo se me depara de advogar os direitos e interesses de meu Sapucahy, o que vou fazer em breves e despreziosas palavras, mas com summo desvanecimento.

Proporciona-me esse feliz ensejo uma representação que a Camara Municipal de Patrocínio de Sapucahy faz, por meu intermédio, chegar á criteriosa consideração deste illustre Congresso, e que visa duplo objectivo: primeiro, o de trazer ao esclarecido conhecimento do poder legislativo do Estado o acto pelo qual aquella municipalidade elevou a villa de Patrocínio de Sapucahy á categoria de cidade, facto credor de todos os aplausos e que attesta a intuição progressista do povo daquelle prospero municipio, fadado aos mais alevantados destinos; segundo, o de reclamar o restabelecimento, em parte, das antiqüissimas divisas do primitivo 2º. districto da Franca, que constitue hoje o municipio e comarca do Patrocínio de Sapucahy.

A representação, si bem que synthetica, é assaz luminosa para trazer a animo dos illustres congressistas a convicção de que se trata de uma reivindicação, indispensável ao desenvolvimento de um municipio porventura dos mais futurosos do nosso Estado.

Consigna a mensagem de que sou portador um breve período que revela sublime e louvável nobreza de sentimentos. Vou reproduzil-o, com abstracção de descabidas referencias á minha humílissima individualidade. (*Não apoiados.*)
(Lê.)

“O deputado filho e representante deste torrão melhor esclarecerá este ponto triste dos annaes deste municipio.”

A municipalidade sapucahyense escrupulizou historiar os factos, tristes na verdade, que trouxeram como consequência o esbulho de grande parte de seu território, certamente porque, para fazel-o, seria mister revolver as cinzas de pessoas cujos nomes não mais se inscrevem no registro dos vivos, e por isso commetteu-me essa ingrata e espinhosa tarefa perante este Congresso.

Eu, porem, por meu turno, me deixo assoberbar pelos mesmos escrúpulos, porque sempre tributei verdadeiro culto ao *parce sepultis*. Para mim a memória dos mortos é summamente sagrada.

⁶⁴ Da mesma forma que em seu primeiro ato do segundo mandato como vereador em Patrocínio Paulista.

Correndo um véu espesso e impenetrável sobre o passado, limito-me a scientificar a este Congresso que o município de Patrocínio de Sapucahy foi victima de flagrante injustiça, que, estou certo, os meus nobres e honrados collegas irão agora reparar, em parte, visto como a Camara, recta, imparcial e justiceira, reclama somente parte do território esbulhado.

De accordo com as normas regimentaes, sr. Presidente, a representação deve encaminhar-se á commissão de estatística; e nesse intuito eu faço desde já um requerimento. Releve-me a comissão que espere promptas providencias no sentido de se requisitarem urgentemente as informações exigidas pelo regimento, afim de ser convertida em lei, ainda nesta sessão, uma medida de tanta justiça e relevância.

Sala das sessões, 22 de junho de 1895. – *Estevam Marcolino*⁶⁵

Na questão em tela, em que se deu ganho de causa a Patrocínio Paulista, chama a atenção o fato de que o próprio Marcolino atende prontamente à contestação francana, em mais uma demonstração de habilidade política com relação a uma cidade que representava parcela significativa das votações distritais e onde, durante toda a carreira, manteve sólidas relações políticas. Homens de peso da política francana como o Coronel Francisco Martins e o Monsenhor Cândido Rosa, entre outros, eram correligionários de Estevam Marcolino e, resguardados os próprios interesses locais, tributavam importantes adesões às suas candidaturas.

Não obstante a consideração às suas bases eleitorais – no que diz respeito a Franca, especificamente neste caso – persevera no pleito de revisão da demarcação entre os municípios até lograr os efeitos esperados, que resultaram no aumento da extensão territorial do município de Patrocínio Paulista.

⁶⁵ ACDESP. Annaes da sessão ordinária de 1895 (1º. anno da 3ª. legislatura), 1896. p. 567-569. O projeto no. 185/1895, estabelecendo as divisas entre os municípios do Patrocínio Paulista e de Franca, é apresentado em 2ª. discussão em 26 de agosto de 1895, através de requerimento de Estevam Marcolino para retorno à Comissão de Estatística, com a seguinte redação: “Constando do expediente de uma das sessões passadas uma reclamação da Camara Municipal da Franca contra o traçado de divisas estabelecido no projecto da illustrada commissão de estatística, requeiro a v. exc. que se digne consultar a casa sobre si consente em voltar o projecto á mesma illustrada commissão afim de ser tomada em consideração a reclamação da municipalidade da Franca” (p. 1025).



FIGURA 6 – Edifício do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo ao tempo de Estevam Marcolino.

Fonte - SÃO PAULO, 1998.

Ainda no mandato de 1895, em seu primeiro projeto como deputado estadual, Estevam Marcolino defendia a criação de escolas primárias em diversos municípios do Estado. Há que se considerar que, nesse período, a falta de recursos para os investimentos públicos era imensa, mesmo num Estado economicamente poderoso como São Paulo, onde a agricultura cafeeira movia um volume incomensurável de capitais. No entanto, a precariedade dos orçamentos públicos se mantinha, a despeito dos progressos materiais operados pela iniciativa privada. Assim sendo, abrir uma simples vaga em uma escola primária era obra para não poucos esforços políticos dos homens que representavam as cidades do interior.

No momento em questão, vemos o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo empenhando-se em adequar as cadeiras escolares de várias cidades de seu distrito eleitoral. Sendo então as vagas escolares divididas por sexo, Marcolino tem também a preocupação de equilibrar a oferta de cadeiras para servir a ambos os gêneros:

Sr. Presidente, vou ter a honra de enviar á mesa, para ser submettida á esclarecida consideração da casa, uma emenda ao projecto no. 48, agora depurado em 3^a. e ultima discussão.

A emenda crea algumas cadeiras de instrucção preliminar, transfere outra e converte uma de cadeira mixta em cadeira do sexo masculino.

Entre as cadeiras, de cuja criação cogita a emenda, figura uma que já foi contemplada em projecto anteriormente apresentado a esta casa, mas que ainda não obteve parecer da respectiva commissão. Por essa razão, inclui na emenda a mencionada cadeira, com o fim de adeantar expediente.

Parece-me ocioso, sr. Presidente, e até certo ponto de mau gosto, ocupar por largo tempo a atenção da Camara com a fundamentação de emendas como a que venho de formular. Lembrarei apenas que escolas nunca serão de sobra; quanto mais escolas se crearem, quanto mais diffusão se fizer da instrucção popular, tanto mais se elevará o nível moral da sociedade, porquanto cada escola representa um novo foco de luz que irá a pouco e pouco espancando as trevas da ignorância e do erro, preparando, portanto, cidadãos dignos e aptos para todos os encargos e misteres da vida social.

Paraphraseando o grande poeta Victor Hugo, o homem-seculo, como mui justamente foi appellidado, terminarei dizendo: Abramos escolas e teremos concorrido poderosamente para a restricção das estatísticas do crime e para o conseqüente fechamento das cadeias.

Envio, pois, á mesa a minha emenda com toda a confiança, certo de sua approvação.
(*Muito bem*)

Vae á mesa, é lida, apoiada e posta em discussão, a seguinte:

EMENDA

Accrescente-se onde convier:

Fica removida a cadeira mixta do bairro da Ilha Grande, municipio de Batataes, para a Estação Engenheiro Brodowski, no mesmo municipio.

Ficam creadas as seguintes cadeiras:

uma para o sexo feminino na Ilha Grande, municipio de Batataes;
duas para Santa Rita do Paraizo, sendo uma para cada sexo;
uma para o sexo masculino na villa Octaviano, municipio de Capivary.

Fica convertida em cadeira do sexo masculino a cadeira mixta do bairro de Aparecida, municipio de Patrocinio do Sapucahy.

Sala das sessões, 23 de maio de 1895. – *Estevam Marcolino*⁶⁶

Em cada um dos seus mandatos subseqüentes à primeira legislatura estadual, Marcolino tratou de fortalecer suas bases políticas e eleitorais no Estado de São Paulo, numa estrutura partidária republicana ainda em formação. Ampliou os contatos partidários nas bases eleitorais do distrito a que pertencia, estabeleceu novos acordos e alianças com políticos de outros distritos, ganhou projeção dentro do Partido Republicano Paulista e nele criou o necessário lastro para eleger-se e fazer-se respeitado por seus no Congresso Estadual. Ali, conheceu homens como Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Adolfo Gordo, Rodolfo de Miranda e Júlio de Mesquita, a quem se aliou na dissidência do partido. Foi um período em que concentrou-se na política estadual intensivamente, pois o segundo, terceiro e quarto

⁶⁶ ACDESP. Annaes da sessão ordinária de 1895 (1º. anno da 3ª. legislatura), 1896, p. 345.

mandatos estaduais ocorreram sucessivamente, sem alternância com postos na Câmara patrocínense⁶⁷, como se pode ver no QUADRO 2 acima.

2.2 *Sic itur ad astra*⁶⁸: o mandato federal

Depois de estar em evidência no Congresso paulista por quatro legislaturas, estava preparado o caminho para que o Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo assumisse a disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados.



FIGURA 7 – Edifício que ficou conhecido como “Cadeia Velha”, que serviu de sede à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro de 1891 a 1914.

Fonte: RIO DE JANEIRO, on-line.

Marcolino, com efeito, foi eleito em 30 de janeiro de 1912 a deputado federal para a 8ª. legislatura (1912 / 1914), com apresentação de diploma em 18/04/1912⁶⁹. Em 1 de maio de 1912, Marcolino pediu sua exoneração do mandato de vereador e do cargo de presidente da Câmara Municipal de Patrocínio Paulista, oferecendo seus préstimos no mundo da alta política e, na oposição ao executivo, concitando seus pares da edilidade patrocínense a uma maior autonomia, como nos faz saber a ata desta sessão da Câmara:

O Snr. Presidente, communicou a casa que, tendo sido eleito deputado Federal pelo terceiro districto neste Estado, via-se impossibilitado de continuar a exercer o honroso cargo de veriador e Presidente nesta Ilustre corporação, em virtude da

⁶⁷ Sobre a proximidade do político com suas bases do interior, já foram feitos comentário na nota anterior, p. 54.

⁶⁸ “Assim se vai aos astros”, expressão virgiliana muito usada durante as descobertas aeronáuticas e que obviamente influenciou o período aqui tratado.

⁶⁹ ACD, Rio de Janeiro (1912, v. 1, p. 6).

necessidade que tem de permanecer ausente do municipio, para desempenhar os deveres do seu novo cargo, no Rio de Janeiro, onde terá de permanecer a maior parte do anno legislativo. Sintia deixar de compartilhar da bôa camaradagem que sempre unio os membros desta Camara, mas impunha-lhe a sua consciencia o dever de resignar a sua cadeira, que pode ser occupada por outro municipe que esteja habilitado a prestar serviços reaes e effectivos á collectividade administrativa. Prevalencia-se do ensejo para se despedir carinhosamente dos seus dignos e bons colegas e cooperadores, agradecendo-lhes as atenções com que o cumularam, e bem assim a todos os funcionarios da repartição municipal, em quem encontrou sempre a melhor bôa vontade no desempenho de suas respectivas funções, e a maior gentileza para com o humilde Presidente da Camara. Offereceu a todos, os seus serviços dedicados na Capital da Republica e no alto mundo político. Nada mais havendo a tratar o Snr. Presidente levantou a sessão, pedindo aos Snrs. Veriadores que se dignem acceitar a sua renuncia na primeira sessão ordinaria da Camara, concitando os Snrs. Veriadores a empregar os seus melhores esforços e dedicação em prol do progresso e prosperidade do nosso municipio, que infelizmente vae-se inutilizando numa vida ronceira e impatriotica, ficando a perder de vista dos municipios progressistas do Estado que vão contribuindo para firmar cada vêz mais o grande renome do primoroso Estado de S. Paulo, a que temos a honra de pertencer. E levantou a reunião⁷⁰.

Entretanto esta, diferentemente das anteriores, não foi uma eleição fácil para o Coronel Marcolino. Num momento em que o poder político oligárquico dava os primeiros, porém irreversíveis, sinais de desgaste, candidatou-se pelo partido hermista, sendo um dos partidários e propagandistas em São Paulo da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República e mantendo ligações políticas com o chefe do partido republicano conservador, o senador e general José Gomes Pinheiro Machado. (ABRANCHES, 1918, p. 413). O próprio jornal hermista de São Paulo, “A Tarde”, dava como praticamente perdida a candidatura de Marcolino: “Os srs. Cyrillo Junior, Benedicto Netto e Estevam Marcolino continuam a trabalhar, com poucas esperanças de successo, pelas respectivas candidaturas⁷¹”. Contrariando as expectativas negativas, entretanto, Estevam elegeu-se deputado federal, mas, ao chegar ao Rio de Janeiro, porém, enfrentou o pedido de anulação de sua eleição pelo candidato Carlos Cyrillo Junior, sob alegação de irregularidades na apuração do pleito. Nesse episódio, Estevam Marcolino, em sua refutação, demonstra a suposta origem eleitoreira da contestação:

[...] Allega o candidato contestante a nullidade das mesas eleitoraes dos municípios de Patrocínio do Sapucahy, Ituverava e Igarapava, por terem funcionado nas juntas respectivas como supplentes do substituto do juiz seccional e ajudantes do procurador da Republica, indivíduos que não prestaram o respectivo compromisso.

Poderia demonstrar que tal versão, resultado de documentos capciosamente redigidos, não está de accôrdo com a verdade. Mais fácil e mais decisivo é oppôr a

⁷⁰ ACPS (lv. 3, fls. 49-50).

⁷¹ Cidade da Franca (1912, p. 1).

esta supposta nullidade, dado de barato que o facto argüido seja real, a jurisprudência parlamentar, que não o considera como causa de nullidade. [...]

O resultado final da eleição do 3º. districto do Estado de S. Paulo, é o seguinte, segundo a Junta Apuradora e o mappa organizado na Secretaria da Camara dos Deputados:

Votos
Estevam Marcolino 5.966
Carlos Cyrillo Junior 2.945

Deduzidos, porém, da minha votação os votos de Igarapava, Ituverava e Patrocinio do Sapucahy, isto é, 2.171 votos a votação do contestante continuaria inalterada, ao passo que a minha ficaria reduzida a 3.795 votos, mas, em todo caso, 850 votos acima do contestante!

Este, porém, não se deu por vencido com o resultado esmagador de um pleito liberrimo e limpo, que faz honra ao tradicional renome do Estado de S. Paulo e aos seus costumes politicos, e proclama-se eleito!

Por mais que investigasse, nunca me foi possivel atinar com o fundamento de tal pretensão, até que, examinando as actas e mais papeis existentes na Secretaria da Camara, descobri o gato, ou melhor, o grillo...

O contestante pretende socorrer-se de uma acta... posthuma do município de Amparo, que o premiou com o bello presente de 2.792 votos!

Na cidade de Amparo existem 10 secções eleitoraes, das quaes só funcionaram, a 30 de janeiro, oito, deixando de se reunir a quinta e a sexta.

O resultado conhecido, publicado pela imprensa, apurado pela junta competente em Ribeirão Preto dá ao meu competidor apenas 812 votos, computados no total de 2.945.

As actas daquelle município foram lá postas no Correio a 31 de janeiro, como é facil verificar dos carimbos do Correio. Pois bem: Surge a 10 DE ABRIL na Secretaria da Camara uma acta eleitoral da sexta secção da cidade de Amparo, e lá posta no Correio a 7 DE ABRIL!

Só esta circumstancia de aqui apparecer cerca de quarenta dias depois da eleição, uma acta que não foi presente á Junta Apuradora, e da qual perante ella, ninguem exhibiu boletim, é o sufficiente para ser considerada positivamente falsa. Em rigor, essa acta não devia ser aberta na Secretaria e nem devia ser exarado no quadro geral da apuração o resultado que della decorre. Mas, por outro lado, seria um crime negar della conhecimento ao publico, que ficaria ignorando os primeiros surtos de uma vocação notavelmente precoce no terreno da fraude eleitoral, e que leva lampas a tudo quanto de mais fértil e maravilhoso tem apparecido no genero!

Consta dessa acta, não acompanhada da acta da installação da mesa, que votaram na sexta secção da cidade de Amparo 723 eleitores, dos quaes 598 como fiscaes do candidato José Mendes, fiscaes esses que eram eleitores das outras secções, que, aliás, nas sua maioria funcionaram!

É muito commum nomearem os candidatos mais de um fiscal para a mesma mesa, com o fim de não perder o voto de eleitores que, por qualquer motivo, não podem comparecer na occasião á sua respectiva secção.

O curioso no caso é que se trata de 598 fiscaes nomeados por um supposto candidato, que ninguém conhece, e que nem mesmo dos seus constituídos recebeu sequer um voto!!

A acta é explicativa e solemne.

Não lhe falta um til; mas a lista dos eleitores que a acompanhou é uma preciosa vergonheira! Nota-se logo á primeira inspecção que o tal abaixo assignado foi, em sua quase totalidade, a obra de um limitado grupo de falsificadores de firmas zelosos pelo triumpho do candidato contestante... na verificação de poderes. Mas, affinal, esse papel não é uma acta eleitoral: é uma affronta ao Parlamento Brasileiro.

A illustrada Commissão só poderá dela tomar conhecimento para ver de que excessos são capazes as ambições mal contidas. Não ha duvida que o jovem contestante esta destinado a uma maravilhosa carreira, pois que *Sic itur ad astra!*

Rio, 22 de abril de 1912. – *Estevam Marcolino de Figueired*⁷²

Após acirrada polémica na entre o contestante e o contestado, com os respectivos trâmites documentais, a Câmara aprova o parecer reconhecendo o mandato de Marcolino⁷³ e procede à sua proclamação e posse, com o respectivo compromisso regimental, em 14/05/1912⁷⁴.



FIGURA 8 – Estevam Marcolino como Deputado Federal

Fonte - PALMA, 1912.

⁷² ACD, Rio de Janeiro (1912, v. 2, p. 330-335).

⁷³ “Em face do exposto, a Commissão dá como não realizada á eleição da 6ª. secção do municipio do Amparo do 3º. districto do S. Paulo, e não sendo licito á mesma Commissão declarar nullas as realizadas nos municipios de Patrocinio de Sapucahy, Ituverava e Igarapora (sic), já pelo que ficou dito e já porque as referidas eleições foram approvadas pela Camara quando reconheceu ou outros candidatos diplomados pelo referido districto, é de parecer que tambem seja reconhecido Deputado eleito o candidato diplomado coronel Estevam Marcolino de Figueiredo”. (ACD, Rio de Janeiro, 1912, v. 2, p. 601).

⁷⁴ ACD, Rio de Janeiro (1912, v. 2, p. 601-602).

O envolvimento do Coronel com a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca merece aqui uma análise mais particularizada, já que é possível entrever, pelas ligações efetuadas em torno deste movimento, como algumas correntes do pensamento conservador⁷⁵ se alinhavam em torno do movimento que viria a ser conhecido como hermismo. Na visão José Murilo de Carvalho

[...] Seria um equívoco considerar o governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional. Mas pelo envolvimento de militares, principalmente nas salvações estaduais, e pelo fato de um militar ter sido, pela primeira vez, levado, em eleições nacionais à presidência, o fenômeno merece ser discutido.

O hermismo se coloca num contexto já muito distinto de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura Hermes se enquadra dentro do jogo da política dos Estados, e só pelo desacordo entre Minas e São Paulo e pela divisão interna de Minas, teve condições de surgir e vencer. O novo na questão é que as lideranças civis, principalmente a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o exército, ambos membros mal aceitos no clube dos donos da República. Hermes aceitou a candidatura por insistência de seu amigo Pinheiro Machado e se reconhecia um instrumento político de Pinheiro. Além disto, sempre tivera uma atitude contrária à intervenção militar na política. Fizera-se notar pela primeira vez ao abortar uma rebelião da Escola Preparatória do Realengo que planejava aderir à da Praia Vermelha em 1904. Isso dava às elites civis uma garantia de que não se repetiria o fenômeno de 15 de novembro. Embora politicamente incompetente como o tio, Hermes não tinha o descontrole emocional e a rigidez deste, deixando-se levar pela liderança de Pinheiro.

A conotação militarista surgiu muito mais pela campanha de Rui (Barbosa) do que pela presença de Hermes. Rui comete então um engano mais sério em relação ao exército de que o primeiro quando incentivou a questão militar. Em primeiro lugar, a candidatura Hermes estava dentro do jogo político dos Estados. Mais próximo da verdade, descontada a linguagem, estava o *Correio da Manhã* ao dizer: ‘O hermismo é o interesse congregado do marechal, cuja espada as oligarquias bandalhas empunham para se defenderem contra o ataque da indignação nacional’. Em segundo lugar, as posições de Hermes, pessoalmente, e dos militares em geral, estavam muito mais próximas das do próprio Rui do que das de Pinheiro Machado. Hermes, apesar dos ataques violentos de Rui durante a campanha, o convida para o ministério. No fundo, tanto Rui como os militares eram contra as práticas da política dos Estados e combatiam as oligarquias regionais. Hermes ia inclusive mais longe nesta oposição. Foi o primeiro candidato, por exemplo, a mencionar os operários em sua plataforma, e patrocinou o 4º Congresso Operário Brasileiro de 1912 quando presidente. (PINHEIRO, 1997, p. 218-219, grifo do autor).

⁷⁵ Fazemos aqui esta ressalva porque não é possível reconhecer, no pensamento conservador da Primeira República, uma unicidade ideológica. Na verdade, os posicionamentos políticos se faziam muito mais em razão das conveniências pessoais dos grupos representados nos órgãos legislativos do que em virtude de simpatias ou razões ideológicas *per se*. Por essa razão é que foram tão freqüentes as cisões e dissidências nas correntes políticas existentes, principalmente entre os conservadores, já que o pensamento liberal organizado, nesse período, era quase inexpressivo, e os poucos grandes nomes com que contava eram procedentes do Segundo Reinado. Em relação ao hermismo, especificamente, um pequeno excerto de um articulista de um jornal francano do período ilustra bem que tipo de referência poderia ter levado Marcolino a ele aderir: “Não sei Por Que quase todo Monarchista é Hermista”. (TRIBUNA DA FRANCA, 1911, p. 1).

De fato, criou-se no período uma polarização, cujo equívoco caberia à posteridade esclarecer, entre hermistas, gravitando em torno de Pinheiro Machado, e os chamados civilistas, que apoiavam a candidatura de Rui Barbosa. As paixões políticas, naturalmente, se acirraram entre as partes, e a imprensa favorável ao civilismo se incumbia de criar, em cores berrantes, a pintura caricatural de Hermes da Fonseca e seus seguidores como tenazes militaristas, caudilhos e oligarcas de toda casta. Servimo-nos de um destes artigos para ilustrar com que estado de ânimo os opositores do hermismo se pronunciavam nos órgãos que lhes serviam de arautos:

O sr. Pinheiro Machado, - mui justamente já qualificado de mesquinho caudilho político em querer collocar à fina força como mandão mor da Republica o ex commandante da brigada policial do Rio, - bem merece as ogerisas, as maldições das classes conservadoras deste paiz, que, valha-nos Deus, ainda não é, não pode, não deve e jamais será um rebanho passivo aos damnados interesses de um político sem escrúpulo, que não quer ver o perigo imminente da infeliz candidatura militar, que quer arrastar o Brasil para o infernal clangor das luctas civis ou das conflagrações fratricidas⁷⁶.

A despeito da forte oposição à candidatura militar, Rui Barbosa e seus seguidores não conseguiram, enfim, fazer valer sua plataforma, e Hermes da Fonseca foi eleito com o apoio das oligarquias estaduais com as quais os conservadores se alinhavam. Diante do perfil político ameno do Presidente – na verdade, exatamente o oposto do que esperavam e propagandeavam seus antagonistas – , o senador Pinheiro Machado, como seu conselheiro mais próximo, acabou por tomar as rédeas dos negócios do Estado. Tida por seus antagonistas como caudilhismo, a dura hegemonia do general senador acabaria por precipitar a Política das Salvações. Em vários Estados, principalmente no Nordeste, como Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará, a população, descontente com o coronelismo reinante, ajudou a desbancar as oligarquias políticas dominantes, substituindo-as por lideranças políticas francamente hostis à dominância política de Machado.

(As) ambigüidades da candidatura Hermes manifestaram-se claramente nos conflitos surgidos durante seu governo entre militares e lideranças políticas estaduais apoiadas por Pinheiro Machado. A animosidade dos militares atingia o próprio Hermes quando este optava por apoiar seu mentor político. As salvações foram fenômenos típicos em que alguns militares, geralmente coronéis, tentavam desalojar oligarquias estaduais, contando com o apoio (real ou presumido) da organização. Em alguns casos, como em Alagoas, Rio Grande do Norte e, parcialmente, na Bahia, os militares eram simplesmente parentes de Hermes. Mas, a par deste elemento de ambição pessoal, havia certamente nas salvações, em alguns casos mais que em outros, o aspecto de conflito entre militares e oligarquias estaduais. Em Pernambuco, por exemplo, houve mesmo manifestações populares a favor do General Barreto contra Rosa e Silva. O

⁷⁶ Cidade da Franca (1909, p. 1).

mesmo se deu no Ceará. Este último caso, o mais rumoroso de todos, mostrou bem o alinhamento de forças. De um lado, a oposição local dos Acioli, apoiada pelos coronéis do Cariri e por Pinheiro Machado no Governo Federal e, de outro lado, o Coronel Franco Rabelo, ex-chefe do estado-maior da Região Militar, com apoio de populares e das forças militares locais e do Rio de Janeiro. O Clube Militar chega a reunir-se no Rio em protesto pela nomeação de um interventor no Ceará, o que provoca seu fechamento por Hermes e a decretação do estado de sítio. Nos Estados mais poderosos e mais unidos internamente, as salvaçãoes não tinham condições de ser efetivadas. Assim é que falham em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Na Bahia foi parcial, no sentido de que o “salvador” foi um político local de prestígio nacional que apenas utilizou um militar, filho de Hermes, como aliado.

O hermismo, com estas ambigüidades, indicava que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da desconfiança em relação ao exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária de um impasse. Esta aceitação parcial se tornara possível pela maior estabilidade do sistema e pela extinção do jacobinismo militar com o fechamento da Escola da Praia Vermelha. Hermes representava no momento o militar profissional, empenhado na modernização da organização e em seu afastamento das atividades políticas. Mas o fenômeno indicava também, através da campanha civilista e das salvaçãoes, provocadas ambas pela candidatura e pelo governo Hermes, que a aproximação entre militares e políticos republicanos era ainda mais prematura. A campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções de civis contra militares, particularmente, contra o militarismo dos primeiros anos da República. As salvaçãoes mostraram a persistente falta de unidade hierárquica do exército evidenciada na atuação autônoma de indivíduos e grupos, bem como a também persistente tendência antipolíticos e antioligarquias dentro da organização. (CARVALHO, 1990, p. 219-220).

Como se vê, o hermismo foi um movimento mais complexo do que se pode supor à primeira vista, tendo levado muitos representantes públicos a optar pelo civilismo mais por equívoco que por esclarecimento político.



FIGURA 9 – Hermes da Fonseca

Fonte – BAIRRO ..., on-line.

A legislatura de Marcolino na Câmara dos Deputados foi voltada à atuação em questões nacionais de maior amplitude política – como, com efeito, havia prometido a seus pares da política patrocinese ao renunciar o mandato de vereador para assumir o posto de deputado federal⁷⁷ – e à defesa de assuntos voltados ao interesse público de forma geral, como se pode constatar através do QUADRO 3.

DATA	ASSUNTO	AUTORIA
26/07/1912	Regras de aposentadoria a professores	Nabuco de Gouvêa
01/05/1913	Criação feriado Dia do Trabalho	Corrêa Defreitas
09/07/1913	Criação feriado Dia do Trabalho	Corrêa Defreitas
15/09/1913	Verba para estátua de Campos Salles	Álvaro de Carvalho
06/10/1913	Gratificação a servidores dos telégrafos	Augusto do Amaral
31/10/1913	Criação do cargo de secretário presidente	Pedro Lago
01/11/1913	Gratificação a servidores do Tesouro	Manoel Reis
17/11/1913	Gratificação a servidores do Tesouro	Manoel Reis
21/11/1913	Tributação construção catedral S Paulo	Álvaro de Carvalho
04/12/1913	Gratificação a servidores dos telégrafos	Augusto do Amaral
20/12/1913	Gratificação a agente postal da Câmara	Teixeira Brandão
24/12/1913	Gratificação a agente postal da Câmara	Teixeira Brandão

QUADRO 3 – Apoiamentos de Estevam Marcolino a projetos de autoria de terceiros

Fonte - ACD, Rio de Janeiro, 1913, v. I, p. 606-607, v. VI, p. 569; 1914, v. IV, p. 122, 240-241; 1915, v. VII, p. 544-545, v. VIII, p. 726-727, v. IX, p. 34, 768, v. X, p. 37-38, v. XI, p. 254, v. XII, p. 423, 547-548.

Nestas últimas questões em particular, a atuação de Marcolino foi especialmente discreta. Entre várias outras subscrições de menor interesse público, como as que proviam gratificações a servidores⁷⁸, criavam regras para sua aposentadoria⁷⁹ e tributavam importações específicas⁸⁰, Marcolino participou do apoio⁸¹ ao projeto de criação do feriado nacional do Dia do Trabalho, de autoria do deputado Correa Defreitas, em 01 de maio de 1913⁸², como se vê na FIGURA 10.

⁷⁷ Cidade da Franca (1909 p. 79).

⁷⁸ ACD, Rio de Janeiro (1915, v. IX, p. 34).

⁷⁹ ACD, Rio de Janeiro (1913, v. VI, p. 569).

⁸⁰ ACD, Rio de Janeiro (1915, v. X, p. 37-38).

⁸¹ Nome que se dá, no processo legislativo, ao procedimento de coletar assinaturas dos parlamentares favoráveis a um projeto que será apresentado à mesa da casa.

⁸² ACD, Rio de Janeiro (1913, v. I, p. 606-607; 1915, v. VII, p. 544-545; v. IX, p. 34, p. 768, v. XI, p. 254; v. XII, p. 423, p. 547-548).

rios difficilmente navegaveis e onde poucos são os que arriscam seus capitães para explorar a navegação, por vapor.

Assim sendo, torna-se necessario que o Congresso Nacional abra o competente credito para esse pagamento, utilizando-se do credito constante da verba 4.^a — *Subvenção ás Companhias de Navegação, do orçamento de 1912* — devendo tambem rectificar a parte em que não só a lei de orçamento como tambem a tabella explicativa se referem a *Caxias*, logar que não existe em Matto Grosso, e sim *Coxim*.

A' Commissão de Finanças.

N. 8 — 1913

Considera feriado nacional o dia 1 de maio de cada anno, em commemoração da festa do trabalho

O Congresso Nacional decreta:

Artigo unico. Fica considerado feriado nacional o dia 1 de maio de cada anno, em commemoração da festa do trabalho; revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões, 1 de maio de 1913. — *Corrêa Defreitas. — João Vespucio. — Mario de Paula. — Jovinião de Carvalho. — Moreira Guimarães. — Landulpho de Magalhães. — Arthur Moreira. — Alves Costa. — S. Fleury Curado. — João Maximiano de Azevedo. — Christiano Brazil. — Manoel Fulgencio. — Agripino Azevedo. — Costa Ribeiro. — Torquato Moreira. — Luciano Pereira. — Lourenço de Sá. — Palmeira Ripper. — João Luiz de Campos. — Augusto de Lima. — Pereira Nunes. — Gentil Falcão. — Raul Cardoso. — Estevam Marcolino. — Victor de Britto. — Olegario Pinto. — Aristarcho Lopes. — Dias de Barros. — Silveira Brum. — F. Paoliello. — Moreira Brandão. — Prudente de Moraes Filho. — A' Commissão de Constituição e Justiça.*

N. 9 — 1913

Régula a concessão de licenças aos membros do Poder Judiciario e do Tribunal de Contas

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o O Supremo Tribunal Federal, o Supremo Tribunal Militar, a Côte de Appellação do Districto Federal, os Tribunaes de Appellação do Acre e o Tribunal de Contas são competentes para licenciar os seus respectivos membros.

Art. 2.^o Cabe regular os casos e condições de concessão de licenças:

- a) ao Supremo Tribunal Federal, quanto aos seus membros, juizes federaes e substitutos;
- b) ao Supremo Tribunal Militar, quanto aos seus membros e auditores;
- c) á Côte de Appellação do Districto Federal, quanto aos seus membros, juizes de direito e pretores;

FIGURA 10 — Fac-símile de página dos Anais da Câmara onde se estabelece o dia 1 de maio como feriado nacional em comemoração ao trabalho.

Fonte - ACD, Rio de Janeiro (1914, v. IV, p. 122).

De fato, o Coronel Estevam parecia estar mais preocupado com a política nacional e seus rumos, especialmente no tocante às questões afetas ao Estado de São Paulo, o que se denota por seus apartes em discussões parlamentares, como quando se manifestou, durante pronunciamento do deputado Rodrigues Alves Filho em defesa da nomeação do Secretário da Fazenda de São Paulo, ex-presidente da Associação Comercial de Santos e membro de uma das casas exportadoras de café mais respeitáveis daquela praça. Na ocasião, o filho do presidente do Estado defendia a primazia da experiência comercial no ramo do café sobre a necessidade de ser o cargo ocupado por políticos, no que foi apoiado por Marcolino, que

ponderava ser a nomeação do secretário “apoiadíssima em todo o Estado”⁸³. À parte o comentário parlamentar, o presente fato sem dúvida demonstra como os negócios do café no Estado de São Paulo estavam profundamente enraizados no cotidiano da política nacional e, da mesma forma, como o privado cruzava a trajetória do público a todo instante. Através de intervenções como esta, o Coronel Estevam ia se enredando cada vez mais na trama da alta política que legitimava e dava sustentação institucional aos empreendimentos cafeeiros e à conseqüente pujança que, em decorrência deles, tomava conta das cidades do interior paulista.

DATA	ASSUNTO
09/05/1912	Refutação a contestação eleitoral apresentada pelo candidato Carlos Cyrillo Junior
27/07/1912	Aparte ao deputado Fonseca Hermes sobre o Partido Republicano Conservador
15/07/1913	Aparte a pronunciamto do deputado Barros Lins sobre favorecimento político de servidores
13/08/1913	Aparte a pronunciamto do deputado Rodrigues Alves Filho sobre nomeação de secretário
28/12/1913	Aparte a discussão sobre fiscalização do orçamento nacional pela Câmara
05/06/1914	Pronunciamento sobre decretação de estado de sítio no Rio de Janeiro

QUADRO 4 – Falas do Estevam Marcolino de Figueiredo na Câmara dos Deputados

Fonte - ACD, Rio de Janeiro (1912, v. II, p. 328-335; 1913, v. VI, p. 605-607; 1914, v. IV, p. 163-165, v. V, p. 140-143; 1915, v. II, p. 174, v. XIII, p. 275-277).

Sua legislatura caracterizou-se pela manutenção do perfil conservador com o qual sempre se identificou e pela defesa dos interesses paulistas na Câmara, mormente os relacionados às questões políticas relevantes para os produtores de café. Em seu mandato, o Coronel buscou sustentar e ampliar as ligações políticas com nomes importantes da Primeira República, das quais se pode colher vários exemplos ao examinar seus relacionamentos com os demais camaristas⁸⁴, como se vê no QUADRO 4.

Ao final de seu mandato na Câmara dos Deputados, a saúde do Coronel Estevam já se encontra abalada, o que não o impede de continuar participando ativamente da vida política do país, sempre fiel ao ideário conservador, como se vê por este pronunciamento sobre a ata da sessão de 3 de junho de 1914, um dos últimos:

Por enfermo deixei de comparecer, entre outras, á sessão de 30 do mez findo, na qual a Camara se manifestou de modo definitivo sobre a decretação do estado de sitio, sobre os actos durante ele praticados e sobre a sua prorrogação.

⁸³ ACD, Rio de Janeiro (1914, v. V, p. 140-143).

⁸⁴ Outro nome que se dava aos deputados à época de Marcolino.

Si estivesse presente, Sr. Presidente, teria subscrito com o meu voto todas aquellas medidas, que me parecem rigorosamente talhadas dentro dos preceitos constitucionaes.

Assim, os actos do honrado Sr. Presidente, adoptando-as, merecem todo o meu apoio e a minha approvação. (*Muito bem*)

Marcolino refere-se aqui ao estado de sítio decretado no Rio de Janeiro ao final do governo Hermes. As "salvações" haviam desencadeado guerras civis nos Estados, e os militares defensores desse programa seriam presos pelo próprio governo que o fomentara. Pinheiro Machado tentou candidatar-se à Presidência da República pelo Partido Republicano Conservador (PRC), mas São Paulo e Minas, apoiados por Pernambuco e Rio de Janeiro, vetaram seu nome. A candidatura do mineiro Venceslau Brás, vice de Hermes, foi então lançada, com sua eleição a presidente em março de 1914. (MARTINS FILHO, 1999, p. 111-112). Nesse ínterim, por motivos e circunstâncias não esclarecidos, ocorreria a ruptura dos laços políticos e pessoais existentes entre Pinheiro Machado e Estevam Marcolino, fato que abalaria pessoal e politicamente o Coronel e culminaria com a não renovação de seu mandato federal em 1915.

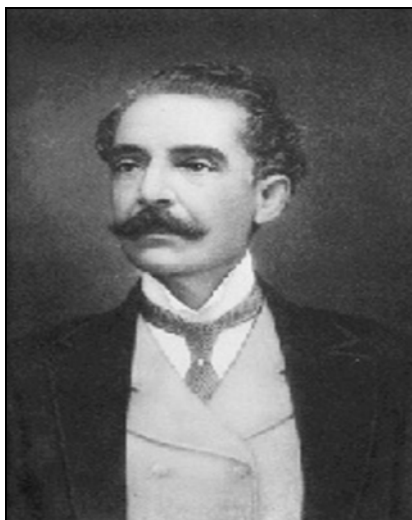


FIGURA 11 – O senador conservador General José Gomes Pinheiro Machado.

Fonte - JOSÉ..., on-line.

**CAPÍTULO 3 ESTEVAM MARCOLINO: UM ATOR POLÍTICO NA TRAMA DA
MODERNIZAÇÃO PATROCINENSE**

A trajetória de Estevam Marcolino e sua influência política e cultural é o objeto deste capítulo. Aqui, evidencia-se a interveniência do nosso personagem nas melhorias urbanas e sua preferência pela via indireta de atuação, compreendendo-se o papel de Marcolino na preparação das condições políticas para que efetivamente se implantassem as melhorias urbanas esperadas. Estudando de que maneira Marcolino participou de episódios importantes na consolidação política e da complexa dinâmica da Primeira República no Estado de São Paulo, apreendem-se os motivos que viriam a estabelecer o contorno tradicionalista que identificaria a política e a cultura patrocínense em décadas posteriores, naquilo que se pode considerar um legado duradouro de Estevam Marcolino: o conservadorismo político.

Ao nos debruçamos sobre as transformações sociais e urbanas ocorridas no final do século XIX e início do século XX no Brasil, três dimensões merecem de imediato nossa atenção: em primeiro lugar, o país se reorganiza politicamente, com as elites tratando de se fazer representar no regime republicano; paralelamente, a economia, em processo de desaceleração com o declínio da cultura cafeeira do vale do Paraíba, tem seu recrudescimento com a migração da produção para o “oeste paulista”⁸⁵; por fim, os hábitos e valores dessa nova sociedade assimilam com avidez a influência estética europeia, mormente a francesa (NEVES; MACHADO, 1999, p. 335), inaugurando o que se convencionou chamar de *belle époque*. (NEEDELL, 1993).

Impulsionada pela pujança da economia cafeeira e em consonância com o projeto político republicano, uma onda de modernidade se põe em movimento no Brasil. Na região privilegiada da produção do café – tanto quanto em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo (SEVCENKO, 1992) – cidades como Ribeirão Preto, Franca, Araraquara, Bauru e outras se ajustam aos ditames das elites produtoras, organizando, no domínio público, uma nova ordenação material em que a esfera privada desempenha papel fundamental. Esta interpenetração do universo público pelo privado será o apanágio dos processos de modernização urbana que se assistirá neste período, transformando de forma definitiva o modo de vida das cidades.

⁸⁵ Diz Sérgio Buarque: “É particularmente no Oeste da província de São Paulo – o Oeste de 1840, não o de 1940 – que os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais [...]”. (HOLANDA, 1995, p. 173-174).

Enquanto esse movimento ocorre em municípios de médio porte do interior paulista, localidades menores como Patrocínio Paulista, onde a produção cafeeira é escoada através destas outras cidades, põem em marcha seu próprio projeto de modernização. Ainda que os sinais característicos de sua modernidade sejam mais singelos do que os de centros maiores, são inequívocos.

A biografia de Estevam Marcolino é uma referência para a análise da política e da modernidade no interior paulista, pois foi uma figura notória de seu tempo, como o confirmam os relatos da época. (PALMA, 1912, p. 184-185). Poucos políticos tiveram participação tão efetiva no cenário das transformações econômicas e sociais que se processavam na região, como se vê por sua atuação parlamentar na Câmara dos Deputados de São Paulo e da Câmara Federal, assim como por sua participação na modernização urbana de Patrocínio Paulista.

Ginzburg (1987), em *O queijo e os vermes* procede a uma reconstrução histórica a partir da vida de um moleiro da Idade Média perseguido pela Inquisição. Através desse viés, e operando por uma via biográfica, consegue reproduzir a história de vida e o pensamento do personagem central, e por extensão reconstitui, com aceitável fidedignidade, a sociedade da época. Nossa via de apreensão do passado é também biográfica, mas a história do nosso personagem central se confunde com a da sua cidade, da sua região, do Estado de São Paulo e do Brasil, e sua importância reporta diretamente à política e à economia da Primeira República, num entrelaçamento onde se pode reconstruir uma época a partir de seu perfil sócio-econômico e da sua participação de seus atores na correlação de forças do poder político.

O mesmo Ginzburg (1989), em *Mitos, emblemas, sinais*, constrói o modelo de um “saber indiciário”, método de conhecimento cuja força está na observação do pormenor revelador, mais do que na dedução. Para além dos paradigmas da micro-história, o que se discute aqui são as várias inter-relações existentes entre a atuação política de Estevam Marcolino e os avanços da modernização urbana de Patrocínio Paulista, partindo da análise do discurso e da prática legislativa do Coronel e relacionando-os às materialidades da modernização da época. Desse modo, é possível lançar luz sobre a gênese e as particularidades do projeto de modernidade abraçado por Patrocínio Paulista no início do século XX, assim como obter respostas às indagações que daí emanam.

Na verdade, o impulso às melhorias urbanas promovido pelas elites em prol de seus interesses particulares reinventa, na cidade em construção, uma convivência intimista própria da estrutura rural, delineando o contorno conservador que se tornaria a marca da política patrocinese. Essa elite plutocrática forjada em uma sociabilidade cordial (HOLANDA, 1995), que Estevam Marcolino representava, manteve uma organização social e política semi-provinciana que pouco se alterou no período estudado. Entretanto, o Coronel Estevam parece ter pouco se valido das prerrogativas de mandonismo típicas do coronelismo. Sua condição de agricultor respeitado, procedente de família importante, e sua posição de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Patrocínio do Sapucaí⁸⁶ foram, ao que tudo indica, menos relevantes que as habilidades políticas que o projetaram em nível federal.

Nem por isso, uma rede de relacionamentos lastreada em laços de família e consolidada desde o período monárquico deixavam de ser importantes nos albores da República. Sobre elas, Ilmar Rolhof de Matos tece um comentário que sintetiza como a estrutura do poder político se engendrava no interior do Brasil em estreita consonância com o poder central, e também como, através dos casamentos, as elites se uniam em torno de interesses comuns:

Instituições como a Guarda Nacional também se constituíam em mecanismos privilegiados não só de consolidar essas relações, na medida em que unia por meio de uma cadeia de hierarquias o oficial de mais baixa patente e localizado no mais distante ponto do Império ao presidente da província e ao ministro da Justiça, como também de difundir regras e concepções que propiciavam uma centralização.

Seria por meio dos casamentos, contudo, que se estabeleciam sólidas e frutuosas relações entre as grandes famílias, preocupadas em preservar os monopólios que as distinguiam, e os elementos que as representavam, e a quem caberia ordenar esses mesmos monopólios. [...] E, convém frisar, quanto mais o Estado leva a cabo uma centralização, mais se aprofundam as relações entre os diferentes segmentos que estamos considerando, e mais os que se constituíam em cidadãos ativos tinham condições de restaurar e, sob condições novas, expandir os monopólios que ainda os distinguiam. (MATTOS, 2004, p. 200).

Com a República, ocorre um rearranjo institucional, como já apontamos aqui anteriormente, mas a forma pela qual os proprietários de terras, comerciantes, coronéis e bacharéis se organizavam para a manutenção e ampliação de seu poder econômico e político pouca modificação teria até a formação de uma burguesia industrial e o começo do declínio das oligarquias rurais no Brasil, a partir da década de 30.

⁸⁶ LIVROS da Guarda Nacional em Franca. Cat. 27, l. I., fls. 31-32.

Na verdade, a sutileza de sua forma de atuação teria sido fruto de características pessoais, do projeto das elites às quais pertencia e da própria modernidade que se inaugurava. É o que se conclui pelo estudo de sua ação política, de sua inserção na ordem social da Primeira República e pelo diálogo com outras experiências regionais, das quais se poderão identificar especificidades e semelhanças em termos de projeto político (MELO, 1995).

As mudanças que se operam no período estudado merecem atenção especial na medida em que novos interesses são despertados na população pela inserção na modernidade. O gosto pela música, pelo teatro, pela leitura e pelo consumo verificado por várias descrições da vida urbana da época (MATOS, 1986) ampliam sobremaneira os horizontes da vida social urbana centrada nos ofícios religiosos típica do período monárquico⁸⁷; representa também o princípio do deslocamento do centro da atividade humana do rural para o urbano.

A presença desses sinais, ao mesmo tempo em que Estevam Marcolino se impõe como uma importante figura do cenário político, serão estudados em seu contexto econômico, social e cultural, buscando estabelecer de que maneira as contingências externas influenciam e principalmente de que formas são influenciadas por este amplo movimento que se estabelece impulsionado pela força do café.

3.1 A mão oculta: coronelismo e sociabilidade

Uma questão peculiar na participação do Coronel Marcolino no desenvolvimento de Patrocínio Paulista é que esta se reveste de características que, à primeira análise, não correspondem ao estereótipo patrimonialista de que é tão pródiga nossa história, e cuja origem cultural Sérgio Buarque de Holanda dissecou com fina sensibilidade em *Raízes do Brasil*. Nesta obra, que discute nossa incapacidade de apartar o público do privado a partir dos nossos antecedentes ibéricos, o autor analisa também os reflexos da herança rural na nossa forma de fazer política. Em sua propriedade, os coronéis, além de potentados econômicos, eram os legisladores e juizes, estabelecendo uma dominação patriarcal e personalista cujas conseqüências ainda se faziam sentir fortemente mesmo quando a dinâmica da economia se transfere do campo para as cidades. Na interpretação de Sérgio Buarque, não era fácil aos detentores das posições públicas de

⁸⁷ Tribuna da Franca (15 set. 1900, p. 1; 3 ago. 1901, p. 1; 21 set. 1901, p. 2; 1 abr. 1906, p. 3; 23 dez. 1906, p. 4; 15 ago. 1908, p. 1 - Cidade da Franca, 19 jan. 1905, p. 2; 25 e 28 maio 1905, p. 3; 1 jun. 1905, p. 2; 4 e 8 jun. 1905, p. 3).

responsabilidade, formados nesse ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. (HOLANDA, 1995, p. 145).

Marcolino, enquanto homem de seu tempo e produto desse contexto social, obviamente tirava proveito de seu poder político, cultivando uma imagem pública e sustentando uma impressionante sociabilidade. Esta sociabilidade, no período em referência, importava na integração de dois segmentos sociais de cuja valorização se dependia para o sucesso na política: por um lado, na inserção em uma rede de interesses de classe que encontrava sua mais acabada expressão na representatividade política – fosse ela vereança ou deputação; por outro lado, na prática de alimentar o apreço público pela manutenção de uma imagem digna de reverência. Assim, há registros de sua presença em ocasiões sociais, religiosas e artísticas, privando com homens de letras, emprestando seu prestígio a alguma causa filantrópica, ciceroneando alguma alta autoridade política ou eclesiástica em visita à cidade ou simplesmente recolhido às atividades agrícolas de sua fazenda⁸⁸ que, não obstante, eram com freqüência propagandeadas, como é possível verificar pelos anúncios de uma manteiga produzida em sua propriedades (FIGURA 9).



FIGURA 12 – Anúncio da “Manteiga Paulista”, produzida na Fazenda Santa Bárbara, de propriedade de Estevam

Fonte - O Francano (5 jan. 1901, p. 2).

⁸⁸ Para Habermas, um dos sintomas da representatividade pública é justamente a afirmação de símbolos ou emblemas ligados à pessoa. (HABERMAS, 2003).

Apesar desta notoriedade, não iremos encontrá-lo distribuindo benesses, favorecendo abertamente a familiares e acólitos ou impondo condições à administração municipal. Tampouco se verá o Coronel Estevam assumindo posturas de mandatário inconcusso junto às suas bases, e nem mesmo em sua propriedade.

Quando se trata de assuntos relativos à urbanização, sua interferência será intencionalmente discreta, em que pesem os sinais evidentes de sua influência em muitas melhorias urbanas. Esta conduta poderia ser, em parte, justificada por suas características da personalidade, a crer no relatos escritos por seus apologistas nos jornais de seu tempo, como este, publicado no *Almanach da Franca 1913*:

[...] Não bastam poucos traços de pincel para definir, em toda a sua luminosidade, a figura prestantíssima desse representante insigne no Congresso Nacional dos interesses da zona a que os nossos avós chamavam embevecidamente o Bello Sertão. Um tal resumo não é possível precisamente pela variedade dos aspectos que apresenta à estima pública o excelente personagem. Como descrever em poucas linhas o fulgor de sua inteligência, os esplendores de sua bondade, o encanto de sua modestia? Como resumir em poucas palavras o seu formoso passado, a epopéia de seus serviços ao município, a exuberância de sua vida affectiva? (PALMA, 1913, p. 184-185).

Ou ainda este, publicado na revista militar *Mar e Terra*, do Rio de Janeiro:

Muito lhano, cheio de affabilidade, democrata em extremo e cheio de prestigio politico entre os seus pares que aqui no Congresso muito lhe estimam e respeitam, o Coronel Dr. Estevam Marcolino é uma verdadeira influencia, um poderoso elemento, a quem S. Paulo não pode deixar⁸⁹.

Apologias à parte, parte do que aqui constatamos, em termos de perfil de sociabilidade, encontra eco na descrição do “homem cordial” de que trata Holanda⁹⁰, o que será ainda insuficiente se não forem explorados aspectos privados contraditórios desse fazer público, além de questões mais complexas ligadas à sua experiência parlamentar e às circunstâncias políticas da Primeira República. Um contraponto interessante nos é apresentado, uma vez mais, pela imprensa francana, em desagravo contra uma suposta atitude intempestiva de Marcolino, em artigo intitulado “Nós e o Coronel Estevam”:

⁸⁹ Tribuna da Franca (1914, p. 1).

⁹⁰ “[...] A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

O sr. coronel Estevam Marcolino de Figueiredo, a quem particularmente estimamos devido a affectos que ligam s.s. a pessoa muito cara ao director-redactor desta folha, não comprehendeu ou não quiz comprehender a nossa attitude em face da sua candidatura.

E por isso enfurecido investe desabridamente contra nós numa linguagem de gente mal educada, impropria de um homem de sua idade e de seus sentimentos religiosos, esquecido de que na doutrina de sua igreja a ira é um peccado capital [...]

Visando ferir as individualidades dos redactores da *Cidade da Franca*, escorega para o terreno pessoal, não reflectindo os perigos a que se expõe de uma justa represália, a que certamente temos direito [...]

Todavia, em attenção a interferencia de pessoa que muito o quer, seremos generosos com s.s.

Porque oppuzemos embargos à sua ligeireza de politico desleal, s.s. perdendo todo decoro de homem ponderado, que parecia ser, nos atirou meia dúzia de desaforos a maneira de qualquer moleque de esquina. Perdendo ainda a tramontana, confundido como um réo confesso, sob o peso esmagador de um documento, cuja existência contestava, não nos poudo responder, nada articula em sua defesa, mas covardemente insinua infâmias contra o accusador do homem politico; esqueceu toda a compostura a que era obrigado; e pilhado em flagrante mentira, porque demos publicidade a existência da carta do eminente General Pinheiro Machado, carta comprometedora de sua lealdade, obediencia e disciplina partidárias, nada podendo articular contra a verdade do nosso libello fulminante, desarticula-se, beija o chão babando ápodos e injurias contra nos e contra o illustre político sr. Rodolpho Miranda.

O Coronel Estevam é um desvairado político, um transfuga insensível às injunções da lealdade, um desertor crimonoso das fileiras partidarias da aggremação politica que o acolhera sem exigências, desprevenidamente, quando tudo fallava contra a sinceridade do coronel.

Volta s.s. ao partido civilista; é mais um Iskariote politico; e nisso não ha surpresa, é até um feitio da personalidade politica do coronel; uma diathese de seu cérebro, mas apezar disso é feia a acção que praticou; por isso as invectivas contra a *Cidade da Franca* ou antes contra seus redactores, principalmente procurando ferir mais determinadamente a um delles, hão de arder como candente remorso no seio da sua consciencia, si é que não está amortecida pela ambição politica.

E como começo de resposta, ahí ficam essas considerações que continuaremos em artigos subseqüentes⁹¹.

Estevam Marcolino conhecia profundamente as necessidades do município, participava ativamente da Câmara e acompanhava os feitos da administração municipal. Porém, mesmo com a articulação que mantinha com os homens à frente da municipalidade patrocinese, havia limitações para alguns tipos de ação direta, como a redução, pela Constituição paulista de 1905, das modestas prerrogativas abertas à autonomia municipal pela Constituição de 1891⁹², o que mantinha a receita das cidades sempre na dependência de iniciativas particulares ou dos favores do Estado. Marcolino conquistava esses favores, mas procurava se preservar politicamente. Como se verá, entretanto, tudo isso não obistou para que

⁹¹ Cidade da Franca (1 fev. 1912, p. 2, grifo do autor).

⁹² Conforme manifestação da Câmara patrocinese relativa às limitações impostas à autonomia municipal.

um processo de modernização urbana tivesse início em Patrocínio Paulista, forjado pela mão oculta de Estevam Marcolino.

Poder-se-ia, entretanto, chegar a uma conclusão satisfatória sobre as características e o posicionamento de nosso coronel sem considerar o horizonte político em que suas ações se desenhavam. As idéias e experiências oriundas do continente europeu e coligidas num pensamento liberal organizado mais do que nunca vicejavam no seio do doutrinário republicano brasileiro, ainda que não estivessem ao alcance ou não interessassem à totalidade dos matizes que compunham a aquarela do pensamento político que aqui se produzia na Primeira República. Sem incorrer no perigo de falarmos em uma “influência política” – como se o ideário constituído ao longo de séculos de guerras, lutas e debates restasse pronto e disponível, quase metafísico, a quem se prontificasse a incorporá-lo –, é certo que a visão do governo vinculado às vontades⁹³ de um soberano, na qual Marcolino se formara, não mais servia à sua condição de representante político em um Estado moderno. Também é certo que a apropriação das idéias e experiências do liberalismo moderno, vividas tanto na França quanto na Inglaterra, as duas grandes referências nesse debate ideológico, ganhava corpo entre nossa classe política.

Este pensamento liberal, do ponto de vista teórico, estribava-se em bases como o conceito de cidadania – sustentado pela idéia de garantia das liberdades individuais – e a necessidade de reformas institucionais na esfera pública política, entre as quais a transformação do Estado em um organismo menos intervencionista e mais regulador dos interesses em jogo, sob a governança de homens ligados ao setor de negócios privados, como capitalistas, proprietários de terras, comerciantes e toda sorte de empreendedores que, desde antanho, em terras tupiniquins, eram conhecidos pela alcunha de “homens de grossa ventura”. (FRAGOSO, 1998). Norbert Elias descreve, com propriedade, a gênese do processo de competição sobre o qual as teorias liberais montam sua apologia à iniciativa e à liberdade de empreendimento. O que se observa, entretanto, é que as propaladas oportunidades acham-se vinculadas a competidores que já participam previamente da competição, não raro na condição de monopolistas, garantindo sua posição hegemônica em relação a estas mesmas oportunidades:

⁹³ O que nos remete novamente à discussão habermasiana de uma *voluntas* (a vontade do soberano) à qual a modernidade contrapõe uma *ratio* (racionalidade política baseada em instrumentos jurídicos que funda a noção moderna de Estado de Direito). (HABERMAS, 2003).

Surge competição em todos os casos em que certo número de pessoas se esforça para desfrutar as mesmas oportunidades, quando a demanda excede as possibilidades de atendimento, estejam ou não essas possibilidades controladas por monopolistas. O tipo específico de competição [...] chamada “livre competição”, caracteriza-se pelo fato de que a demanda se volta para oportunidades ainda não controladas por alguém que, pessoalmente, não pertence ao círculo de competidores. [...] Há “luta competitiva livre” quando as oportunidades financeiras de numerosas pessoas interdependentes estão relativamente bem-distribuídas. [...] A luta é intensificada pelo crescimento da população e da demanda, a menos que as oportunidades cresçam à mesma taxa. (ELIAS, 1993, p. 132-133, destaque do autor).

O universo teórico do liberalismo liga-se, originalmente, menos à Revolução Francesa (que foi mais republicana do que liberal) do que ao contexto histórico de revoluções industriais e de transformações sociais e políticas na Inglaterra a partir de meados do século XIX. Mesmo ali, na chamada oficina do mundo, no próprio berço do liberalismo, a experiência liberal não sofreu poucos revezes. Nas principais cidades inglesas, como Londres, Manchester, Sheffield, Liverpool, etc., assistiram-se a inúmeras lutas políticas entre os diversos setores burgueses e entre estes e uma sociedade que, em sua maioria, vivia do trabalho operário ou se compunha de desempregados, prostitutas e toda sorte de indivíduos entregues à vadiagem ou à criminalidade, dando origem ao termo classes perigosas, como sinônimo de exclusão social e política. (GUIMARÃES, 1981, p. 2-5).

As ditas reformas institucionais se expandiam a partir do universo ideológico político liberal e se materializavam na vida cotidiana das classes privilegiadas por meio de ações de cunho sanitário, educacional, político e social a partir de meados do oitocentos, anunciando o início do relativismo da força do Estado descrito por Hobbes no *Leviatã* (HOBBS, 2003). Se tais medidas conseguiram amenizar o papel excessivo do Estado britânico – processo histórico que, a bem da verdade, começou muito antes, com a Revolução Gloriosa de 1688, quando o parlamento se afirma como instância mediadora e decisória dos problemas nacionais – em favor de uma espécie de assistencialismo social privado, não impediram, porém, a implementação de medidas autoritárias, violentas e preconceituosas por parte deste mesmo Estado, como nos casos das reformas da saúde pública e das reformas políticas. Isso, claro, justificado em grande parte pela crença na auto-regulação e na seleção natural do mercado – ou seja, os que nele não se inserissem e não se nutrissem da idéia de evolução e progresso humano por ele prometidos representariam os excluídos deixados à cargo do poder público e da assistência social particular.

Esta tese da auto-regulação pelo mercado, com discreta intervenção do Estado e de seus representantes, acha-se no cerne da política de mão oculta de Estevam Marcolino. Não

falamos aqui de abraçar os ideais liberais republicanos, até porque, no fundo, nosso coronel sempre foi monarquista e conservador. Mas é importante, para a compreensão do próprio fenômeno da modernidade, ir além das aparências e considerar que a política, comportando as contradições que lhe são inerentes, propicia este tipo de arranjo onde o conservador engendra o liberal, que por sua vez perpetua aquele. Basta lembrar a assertiva de Bauman que, ao fazer a leitura da modernidade, observa que esta desqualifica as antigas opções de antagonismo existentes em outras etapas do desenvolvimento da civilização, permitindo que, no contexto da realidade moderna, o antigo coabite com o novo e o conservador beba nas fontes liberais, na mais íntima relação de complementaridade. (BAUMAN, 1999). Assim sendo, nosso personagem, ainda que alinhado às forças conservadoras da sociedade, promovia a modernização urbana e cumpria os rituais sociais que dão sustentação à política adotando uma postura que muito tinha a ver com a proposta não-intervencionista dos liberais. Não é à toa que os bons propagandistas do liberalismo no período disseminavam a máxima de que o Estado deveria ser uma “mão invisível” a regular a economia, a produção e a sociedade. Tal qual a mão oculta de Marcolino ao agir no mundo da política.

Em busca dos antecedentes históricos, observamos que, no Brasil, a experiência liberal precede o período republicano, mas que, não obstante, crava neste suas marcas com uma singularidade ímpar. No que concerne aos atores republicanos no Brasil – ainda que a maior parte deles fosse formada de homens públicos procedentes do Segundo Reinado – podemos dizer que, se se apropriaram de certas idéias políticas liberais (como no caso de Silva Jardim, Joaquim Nabuco e Luís Pereira Barreto), estas foram submersas e subvertidas ao sabor das cabotinagens, da cordialidade, dos jogos de favor e da violenta apropriação da coisa pública por setores políticos e econômicos do país alinhados, direta ou indiretamente, à hegemonia dos negócios do café (que iam muito além do binômio produção e exportação cafeeira). Num cenário como esse, torna-se compreensível de que forma homens como Marcolino engajaram-se no padrão liberal de conduta política, mesmo que propagassem e defendessem teses ideologicamente opostas.

A experiência liberal brasileira jamais teve, entre nós, as características de um produto importado e aclimatado aos trópicos. Ao contrário, às elites à frente das transformações sociais, econômicas e políticas embaladas pelo sonho republicano cultivavam um liberalismo bem ao sabor de suas conveniências. As teorias que defendem tanto a idéia de liberdade individual, quanto de redução do Estado são muito pouco convincentes na experiência política brasileira durante a Primeira República. Primeiro, porque as garantias individuais eram

subvertidas pela experiência das relações interpessoais na esfera pública – leia-se que o conceito jurídico-político de indivíduo, sujeito inviolável e universal, é diferente do de pessoa, significando este último o "eu" em relação a algo ou alguém, sujeito transgressivo e específico – e também porque as heranças escravistas de um Estado que se inventou sem que a sociedade civil se formasse em bases mais sólidas impediram qualquer espaço para a construção de uma experiência cidadã centrada no indivíduo e em suas prerrogativas mais legítimas.

Além disso, não houve entre nós reformas substanciais de ordem liberal, mas, segundo Freyre (2001), o que se viu na experiência brasileira foi uma "república penetrada pela monarquia", ou seja, tratou-se mais de uma transição entre ordens políticas de naturezas diversas – comandadas no entanto pelas mesmas classes – do que de uma reforma ao sabor de ondas liberais. Claro que as constituições republicanas guardaram e ainda guardam espaços para a defesa de princípios provenientes do liberalismo, como no caso da inviolabilidade dos direitos do indivíduo – mais em sua condição de proprietário ou consumidor do que na de cidadão em seu sentido mais lato –, mas o que importa aqui é a abrangência da concepção que podemos formar a partir da experiência liberal vivida pela sociedade de elite brasileira da época.

Esta experiência cultural foi marcada por relações de sociabilidade, mudanças institucionais e jogos de poder construídos não para refrear as investidas do Estado, mas, pelo contrário, para transformá-lo em um domínio público sob a pertença do privado, seja pela demarcação dos espaços de direito e de mando das elites, seja pela simples prevaricação de interesses públicos e privados, no caso para atender às demandas de capitais nacionais e internacionais ávidos pela licença do Estado para a apropriação das riquezas à disposição país – principalmente o café – e, com elas, novos negócios, lícitos ou espúrios. É dessa forma que nosso liberalismo difere da experiência inglesa, onde houve também, como aqui, interpenetrações de interesses públicos e privados, mas onde, do ponto de vista institucional e jurídico, respeitavam-se alguns limites éticos que separavam as funções e ações do Estado das oriundas do assistencialismo social privado. Aqui, apropriamo-nos mais da experiência republicana francesa do que da liberal inglesa, por conta de nossa formação cultural onde, desde os primórdios da constituição do Estado brasileiro, o indivíduo aprende a esperar deste uma prebenda, um cargo, um favor, e onde o Estado – a despeito de qualquer tendência ideológica – se esforça por manter na sociedade tal expectativa. Nosso republicanismo, portanto, foi construído numa versão mais perversa, porque a cidadania no Brasil da Primeira República é um conceito que não raro se perde nas águas turvas do favorecimento, do patrimonialismo e do paternalismo, traços da política

brasileira presentes, em maior ou menor grau, na totalidade de seus representantes. Estevam Marcolino, apesar de sua sutileza, não foi propriamente uma exceção.

3.2 O fim de uma era da política patrocinese

Em conseqüência de enfermidade, Estevam Marcolino falece em 14 de junho de 1916 em Franca, e é sepultado em Patrocínio Paulista.

Por ocasião de sua morte, o ex-colega de Câmara deputado Palmeira Ripper faz o seguinte pronunciamento:

Sr. Presidente, é do conhecimento da Casa o telegramma que noticia o falecimento, na cidade de Franca, do Coronel Estevão Marcolino de Figueiredo.

Deputado na legislatura passada e meu companheiro de districto, compete-me o doloroso dever de communicar oficialmente á Camara dos Srs. Deputados o lamentável facto e pedir, como é de praxe, a homenagem a que S. Ex. fez direito pelo seu passado. (*Apoiados.*)

Quem o conheceu de perto, sabe bem que o coronel Estevão Marcolino, republicano dos melhores, republicano da propaganda, conseguiu pelo seu espirito de moderação e levado por outro lado pelos seus sentimentos catholicos, a conciliação, na zona em que exerceu a sua influencia política, dos elementos radicaes e vermelhos dos tempos da propaganda e dos primeiros annos da Republica, com os moderados daquella ocasião, obtendo, como resultado natural e lógico esforço o bem estar regional

Divergindo eu, em orientação política, em cor partidária, daquelle digno patricio, mais do que qualquer outro, posso dar testemunho á Camara do seu valor incontestável e incontestável, afirmando que o telegramma que noticiou ao *leader* da nossa bancada oficialmente a morte do coronel Estevão Marcolino, dando-o como legitima influencia no seu districto, não significou mais do que a expressão real da verdade.

E de facto, Sr. Presidente, no convívio que costumo ter sempre com os eleitores do 3º. districto federal de S. Paulo, tive ensejo de conhecer de perto o valor pessoal do coronel Estevão Marcolino de Figueiredo e de saber o quanto de trabalho, o quanto de abnegação, o quanto de dedicação pessoal elle despendeu em favor da zona em que desenvolveu a sua actividade política.

É, pois, um acto de justiça que peço á Camara: é o reconhecimento aos serviços de um digno republicano, o inserirmos na acta dos trabalhos de hoje um voto de pesar pela morte desse prestante cidadão. (*Muito bem; muito bem.*)⁹⁴.

A casa aprova em seguida o requerimento de Palmeira Ripper e lança em ata o voto de pesar pela morte de Marcolino. A homenagem póstuma, feita da tribuna da Câmara, acentua o republicanismo do Coronel Estevam. Não um republicanismo qualquer, mas “dos melhores,

⁹⁴ ACD, Rio de Janeiro (1918. v. II, p. 513).

de propaganda”. Certamente, o parlamentar faz referência aqui ao período de militância pela candidatura do Marechal Hermes, pela qual Estevam Marcolino fez-se conhecido nacionalmente, ao lado de Pinheiro Machado.

Ironicamente, a imagem pintada por Ripper e que seria eternizada nos anais do parlamento brasileiro nada tem a ver com a contrafação explícita pelo próprio Marcolino ao se deparar, *bestializado*⁹⁵ como tantos outros, com a proclamação da República⁹⁶.

De qualquer forma, compreende-se que, a despeito do regime, as características de moderação e de conciliação o acompanhariam por toda a carreira política, assim como o renitente tradicionalismo, tantas vezes tornado público através da imprensa.

Como o primeiro jornal de Patrocínio Paulista – *A Justiça* – só viria à luz em 1915, e o grupo à frente do órgão se opunha a Estevam Marcolino, nosso coronel não veria seus escritos publicados em sua terra natal⁹⁷. De qualquer forma, o novo órgão acabaria por estimular o nascimento de um jornal dos correligionários de Marcolino, chamado *O Estevinópolis*⁹⁸, que passou a circular somente depois de sua morte, e talvez motivado por ela. Reverenciando a memória do Coronel, *O Estevinópolis* publica, no aniversário de sua morte, a seguinte homenagem, escrita na linguagem gongórica característica da época:

Nós, que temos em nosso lábaro de trabalho – “O Estevinópolis” – a perpetuação do nome do grande amigo, que foi inesperadamente roubado ao seio de uma população inteira, colhemos todas as flores do humilde e sincero jardim de nossa alma, e, com elas, edificaremos o grande pedestal onde se verá sempre, sublime e grande, destacar-se a figura simpática e protetora de Estevam Marcolino.

A glória celeste e as recompensas da gratidão sejam convosco, ó grande morto!
(MATOS; COSTA, 1986, p. 118-120).

⁹⁵ Referimo-nos aqui à celebre frase de Aristides Lobo que reporta, por ocasião da Proclamação da República, que o povo assistira bestializado aos acontecimentos de 15 de novembro de 1889, dada à forma restrita como se articularam as elites para a consecução da mudança de regime. (NEVES; MACHADO, 1999, p. 444-445).

⁹⁶ Tribuna da Franca (1903, p. 1). Conforme Capítulo 1, p. 26-27.

⁹⁷ Curiosamente, o periódico patrocínense dos adversários do Coronel seria batizado com o mesmo nome do jornal que, durante o período monárquico, foi gerenciado por Marcolino em Franca, *A Justiça*.

⁹⁸ Este nome, aqui citado pela primeira vez, certamente já indica a intenção dos partidários de Estevam Marcolino de propô-lo a Patrocínio Paulista, o que efetivamente foi feito em outubro de 1918, quando “o presidente da Câmara, Coronel Pio Avelino de Figueiredo, mandou oficial ao deputado Coronel Gabriel de Andrade Junqueira ‘a fim de ser mudado o nome deste município para Estevinópolis’, como homenagem ao Cel. Estevam Marcolino, falecido dois anos antes”. (ACPS. lv. 4, fls. 102-103, destaque do autor).

Discutir a contribuição política de Estevam Marcolino para a modernização urbana de Patrocínio Paulista implica em conhecer os princípios que guiaram seus partidários e influenciaram a população. Reunindo toda a história de sua carreira política desde os primórdios, na organização do Partido Conservador, até o ponto mais alto de sua carreira parlamentar, quando de seu mandato como deputado federal, constatar-se-á que, ao longo de mais de duas décadas de atuação política, ao lado das alianças e das inevitáveis dissensões, sua figura mobiliza seguidores e correligionários por todo o Estado de São Paulo⁹⁹.

DATA	ASSUNTO
18/04/1912	Diplomação do Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo como deputado federal
19/04/1912	Publicação da lista oficial de deputados federais legalmente diplomados pela Câmara
14/05/1912	Reconhecimento da eleição do deputado Estevam Marcolino de Figueiredo após contestação
15/05/1912	Votações obtidas pelo deputado Estevam Marcolino para participação em comissões da Câmara
28/06/1913	Nomeação de Estevam Marcolino para representar a Câmara nos funerais de Campos Sales
15/06/1916	Discurso de homenagem póstuma a Estevam Marcolino em pronunciamento de Palmeira Ripper

QUADRO 5 - Referências oficiais da Câmara dos Deputados a Estevam Marcolino

Fonte - ACD, Rio de Janeiro (1912, v. I, p. 6-7, 8-14; v. II, p. 601-602, 783-786; 1913, v. I, p. 635-636; 1918, v. II, p. 513).

Como se vê, a diversidade de matizes com que se tenta descrever a personalidade de Estevam Marcolino nos remete a um legado cuja profundidade nos deixa sinais vigorosos, já que, durante seu tempo, Patrocínio Paulista se emancipou e conheceu seus dias de mais rápido crescimento, inscrevendo-se de forma definitiva na modernidade trazida pelos albos do século XX.

Uma análise da atuação legislativa de Marcolino permite compreender suas relações eleitorais e sua forma de sua inserção nos círculos do poder estadual e federal, onde obteve, na maioria das vezes, o apoio necessário para se impor politicamente. Sua influência na modernização urbana de Patrocínio Paulista, entretanto, não se limitou à política; foi também homem ligado à cultura, e nestas atividades sua contribuição também foi de fundamental

⁹⁹ Para se ter uma idéia da representatividade de Estevam Marcolino, para se eleger deputado estadual ou federal não bastava que o candidato tivesse força política em seu reduto. Era necessário ter prestígio nas prévias, para se chegar às reuniões da Comissão Central do PRP. Patrocínio Paulista se faz representar nessas reuniões desde 1893. (CARONE; JUNQUEIRA, 1972, p. 135-230).

importância, porquanto estas lastrearam sua carreira política enquanto forma de propagação de suas idéias e das de seus correligionários. Da cultura, de modo particular da imprensa, também serviu-se Marcolino como canal privilegiado de contato com seu eleitorado, em mais uma comprovação de que a comunicação com o público e a construção perene de uma sociabilidade com fins políticos assume uma relação de complementaridade com a discricção que nos leva a criar, em relação à sua figura, a analogia de mão oculta no processo de modernização urbana de sua cidade.

Considerando a afirmação de Heliana Angotti Salgueiro de que a materialidade formal de uma cidade é indissociável da sua história intelectual (SALGUEIRO, 2001, p. 153), no caso de Estevam Marcolino essa influência foi das mais relevantes, pois o coronel fez da imprensa uma tribuna privilegiada. Antes que a atividade política consumisse a maior parte do tempo e dos esforços do nosso personagem, ainda nos princípios do Partido Conservador, Marcolino dedicou-se com afincio à publicação do jornal francano *A Justiça*, de 1884 a 1888, embora com algumas interrupções. Neste período encontra-se concentrada sua produção para os jornais, constituída em sua maior parte por artigos e crônicas de fundo político (PALMA, 1912, p. 26). Em períodos posteriores, esteve sempre presente, de forma intermitente, em jornais francanos como *Tribuna da Franca*, *Cidade da Franca* e *O Francano*, ora emprestando uma nota pessoal em comentário a algum acontecimento social de importância, ora polemizando com algum contendor de prestígio.

Tendo grande interesse em estudos históricos, Estevam Marcolino também pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, ao Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, além de ter sido um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (PALMA, 1912, p. 21-22).

CONCLUSÃO

Para além de considerações de ordem política e econômica de maior amplitude, a existência de um representante regional com a influência de Estevam Marcolino significa, por si só, a expressão de uma inserção importante que a elite cafeeira patrocínense conseguia impor ao cenário político paulista no momento mesmo de sua maior expansão.

Em contrapartida, a cidade recebia a necessária participação do poder público para que a iniciativa particular pudesse concretizar o sonho urbano que se derramava pelas novas terras do café. Este imbricamento entre público e privado, cuja origem remonta à nossa ancestralidade colonial, manifesta-se em plenitude e complexidade nos períodos iniciais da era republicana, em que desenvolvem-se as cidades e consolida-se o papel das elites agrárias como propulsoras da expansão urbana.

Neste sentido, foi Marcolino o articulador por excelência, facilitando o diálogo entre as esferas pública e privada e fazendo ele mesmo o papel de fomentador do progresso que grassava incontestemente pelo interior paulista nos anos de ouro de nossa *belle époque* caipira, sem no entanto valer-se das prerrogativas coronelísticas que, *per se*, representavam os ecos de um tempo recente mas rapidamente esquecido em favor de outros modelos de sociabilidade mais coerentes com a modernidade que se instalaria permanentemente nas terras do café do Estado de São Paulo.

O exercício da política tem suas mazelas: aquele que o abraça aprende continuamente uma infinidade de truques e artimanhas que, somadas às efetivas realizações possibilitadas pelo cargo público temporário que o ocupa, resultam ou não em sucesso junto ao eleitorado, às bases partidárias e aos pares da casa em que milita. No caso de nosso personagem, o que se assiste é a um talento nato para as artes da *polis* que se alimenta de uma sociabilidade que se expande continuamente, arrebanhando seguidores e detratores, ambos projetando um desenvolvimento ainda mais impressionante de sua carreira de representação pública. E como a política não se faz impunemente, tampouco imparcialmente, Marcolino era um homem alinhado com os interesses paulistas, interesses estes que, no período estudado, se resumiam a um único produto: o café.

Entender o que representou o café para o Estado de São Paulo durante os anos da Primeira República, apesar da complexidade das relações econômicas e políticas que com ele foram iniciadas e perpetuadas, é relativamente simples: o café foi tudo. Foi o alicerce da

modernização urbana das cidades do interior e da capital, foi o produto que, depois de séculos de crise agrícola, projetou o Estado a uma posição da qual nunca mais seria rebaixado. Acima de tudo, o fruto do cafezal produziu, em sua fase de ouro, uma geração de políticos de primeira linha, a maior parte dos quais eles mesmos produtores da rubiácea. Estevam Marcolino foi um desses homens.

Envolveu-se cedo com a política, militou em causas diversas e permaneceu conservador durante toda a vida. Foi monarquista, republicano adesista, republicano dissidente, hermista... mas foi, acima de tudo, um articulador, um homem por trás de seu tempo. Como todos os articuladores, mostrava-se somente o necessário para garantir sua posição de destaque nos cenário que ocupava. No mais, relacionava-se o tempo todo com pessoas que garantissem não somente sua permanência na política, mas também e principalmente sua expansão para níveis mais elevados.

Estevam não foi um coronel típico, patrimonialista e mandão. Antes, foi habilidoso, matreiro e, sobretudo, inteligente. O Coronel Marcolino não se fez por seus talentos de chefe local, de autoridade temida conquistada a ferro e fogo; ao contrário, conquistou território por sua afabilidade e pelo distanciamento sobranceiro em relação aos pequenos favores concedidos dos quais nenhum praticante da política pode escapar. Não se arrojou a realizador, posto não ter interesses executivos, mas como legislador postou-se como o fio condutor das iniciativas que modificaram o perfil urbano das cidades paulistas do interior. Sua pequena Patrocínio do Sapucaí foi o balão de ensaio por excelência. Ali, de sua Fazenda Santa Bárbara, Marcolino comandava não só a Câmara local, mas também imiscuia-se na política francana, ao lado de nomes poderosos nos albores republicanos, e erigia uma imagem forte e permanente de sua própria pessoa em todo o Estado. O que conseguiu com êxito, pois os votos de São Paulo lhe garantiram uma cadeira na Câmara ao final de sua carreira.

Acertos, equívocos, contradições: como todo homem público, Marcolino experimentou as várias rotas e resultados da política. Conservador de procedimento liberal, interveio desde sempre como facilitador das iniciativas privadas na coisa pública. Não cedeu ao benefício fácil do cabotismo e da jactância. Antes, ocultou-se o quanto pode, aparecendo somente nas circunstâncias em que o jogo eleitoral assim o exigia. Era moderno, pois queria para sua cidade e para todo o Estado os progressos que conhecera em outros lugares, capitais

brasileiras e estrangeiras, distanciando-se dos cânones de acomodação e atraso ditados por muitos de seus amigos coronéis.

Enfim, fica demonstrado como a modernidade se aproximou e se instalou no interior paulista a partir do retrato de uma de suas mais singelas cidades, Patrocínio Paulista. Em nosso caso, a modernidade veio sob o formato de reformas urbanas e de mudanças nos padrões de sociabilidade. O meio que permitiu este avanço foi a representação política, feita por um homem articulador e habilidoso, que tangeu as cordas do poder econômico regional para colocá-lo a favor das recentes necessidades trazidas pelo novo século, e seu *modus operandi* foi o cultivo de um relacionamento social amplo e diversificado, mobilizando as pessoas em torno de projetos públicos aos quais emprestava seu endosso de político de prestígio, enquanto ao mesmo tempo mostrava-se apenas o suficiente para continuar angariando patrocinadores.

Este pragmatismo cordial tornou-se a quintessência da boa política brasileira pois, apesar de ter bebido na fonte turva do mandonismo e do patrimonialismo, assegurou a modernização das cidades e antecipou o avanço capitalista no Brasil da Primeira República.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **Governos e congressos da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: apontamentos biographicos sobre todos os prezidentes e vice-prezidentes da republica, ministros de estado, e senadores e deputados ao Congresso Nacional, 1889 a 1917. São Paulo, 1918.

BAIRRO do Cadete: os presidentes no palácio: Hermes de Fonseca. Disponível em: <<http://www.bairrodocadete.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1995.

BOURROUL, Estevão Leão. **Homenagem do povo do Patrocinio do Sapucahy ao seu querido chefe Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo**. São Paulo: Escolas Profissionaes Salesianas, 1913.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Nominata de deputados brasileiros**: 1912-1914. Brasília, DF: [19--]. (folhas datilografadas, de uso interno)

CAMARGO, José Francisco. **Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1971.

_____; JUNQUEIRA, Maria Sílvia Arantes. Atas do Partido Republicano Paulista. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 11, p. 135-230, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALCANTI, Temístocles Brandão. **O voto distrital no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1975.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Edgard. **A legislação eleitoral brasileira**. Rio de Janeiro: Dep. Imprensa Nacional, 1964.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DOIN, José Evaldo de Mello. **O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)**. 2001. Tese (Livre Docência em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2001. 2 v.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1975.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, M. (Org.). **Almanack de Franca para 1902**. Franca: Duprat, 1902.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2007.

JOSÉ Gomes Pinheiro Machado. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Gomes_Pinheiro_Machado>. Acesso em: 10 fev. 2008.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **O oeste paulista e a República**. São Paulo: Vértice, 1986.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **500 anos de História do Brasil: resumo esquemático**. São Paulo: LTr, 1999.

MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (Org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, Egle Roberto Menezes de. **O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880-1914)**. 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVATO, Palmira Luiza; RAVAGNANI, Oswaldo M. Dispersão do Arraial de Santa Bárbara. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1973, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Anpuh, 1974.

NUNES, José de Castro. **As constituições estaduais do Brasil**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922. 2 v.

_____. **Do Estado federado e sua organização municipal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

PALMA, Vital (Org.). **Almanach de Franca**: 1913. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1912.

_____. **Almanach da Franca**: 1914. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1913.

PEREIRA, Robson Mendonça. **Washington Luís e a modernização de Batatais**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 2.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RIO DE JANEIRO. **Câmara dos Deputados: cadeia velha**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/HistoriaPreservacao/Sedes/Rio>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

SAES, Flávio A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. **Legislativo paulista: parlamentares, 1835-1998**. São Paulo: Imesp, 1998.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STAROBINSKI, Jean. **Ação e reação**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELAROLLI, Rodolpho. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República**. São Paulo, 1981. (Tese de Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 1981.

_____. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

FONTES

ACTAS da Camara de Patrocinio do Sapucahy. Patrocínio do Sapucahy, 1889-1914. (Arquivo da Câmara Municipal de Patrocínio Paulista).

ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DO ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Imprensa Oficial, 1896.

ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912-1916.

CIDADE DA FRANCA. Franca, 9 fev.1905 - 28 ago. 1913.

LIVROS da Guarda Nacional em Franca. Cat. 27, l. I., fls. 31-32

O FRANCANO. Franca, 2 fev./28 dez. 1901.

TRIBUNA DA FRANCA. Franca, 25 ago. 1900 - 31 dez. 1914.

VILA FRANCA. Franca, ano 4, n. 25, v. 1120, nov. 1962. p. 356-357.